

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

ALINE ALBUQUERQUE DA CRUZ

**AS CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PARA REDUÇÃO DO
ABANDONO ESCOLAR**

JUIZ DE FORA
2017

ALINE ALBUQUERQUE DA CRUZ

**AS CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PARA REDUÇÃO DO
ABANDONO ESCOLAR**

Dissertação apresentada como requisito parcial à conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Gaudereto Lamas

JUIZ DE FORA
2017

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Cruz, Aline Albuquerque da.

As contribuições do Programa Bolsa Família para redução do abandono escolar / Aline Albuquerque da Cruz. -- 2017.

119 p.

Orientador: Fernando Gaudereto Lamas

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2017.

1. Abandono Escolar. 2. Coordenadoria Distrital 6. 3. Programa Bolsa Família. I. Gaudereto Lamas, Fernando, orient. II. Título.

ALINE ALBUQUERQUE DA CRUZ

**AS CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PARA REDUÇÃO DO
ABANDONO ESCOLAR**

Dissertação apresentada como requisito parcial à conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Dr. Fernando Gaudereto Lamas
Prof^o. Dr. orientador(a)

Membro da banca

Membro da banca

Dedico este trabalho aos meus pais, Paulo Fernandes da Cruz e Cândida Maria Albuquerque da Cruz (In Memoriam), com todo o meu amor e gratidão, por tudo o que fizeram por mim ao longo da vida, e pelas escolhas e orientações que direcionaram o meu fazer profissional. Fico feliz por ter sido merecedora de todo o esforço que destinaram a todos os aspectos de minha formação acadêmica, acreditando no meu potencial e me incentivando a continuar no caminho do conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Nesta caminhada que foi o mestrado, muitas foram as pessoas que estiveram comigo neste processo do conhecimento. A todas, a minha gratidão e louvor, por se fazerem presentes em um momento tão único. Mas algumas, em especial, precisam ser referenciadas. Destaco, aqui, as que influenciaram na realização de um sonho.

A Deus, que, em nenhum momento desta caminhada, me deixou desamparada.

Aos meus pais, que sempre se fizeram presentes, no incentivo ao conhecimento e crescimento profissional.

À minha única e amada irmã, Adriana, que sempre participou de todos os momentos de vitórias e tristezas no percurso de construção da dissertação.

Ao meu companheiro, Jackson, que, por inúmeras vezes, contribuiu para a realização de um sonho em construção.

Aos meus cachorrinhos e gatinhos, que tanto amo, e que foram os meus companheiros inseparáveis na escrita dessa dissertação.

Às minhas amigas Jaqueline e Luciana, que me ajudaram no processo de coleta de dados da pesquisa.

Às novas amigadas construídas na Turma de 2015 do mestrado, principalmente às amigas Maísa e Márcia, pelo companheirismo e participação no dia a dia das aulas presenciais.

À minha Asa preferida, Amélia Gabriella, que, com sua competência, soube direcionar todo o processo de construção da dissertação.

Ao meu orientador Fernando Lamas, pela humildade, competência e nobre participação na realização de um sonho.

Enfim, a todos que, nesses anos de conclusão da pesquisa, torceram e acreditaram no meu potencial.

Se meus joelhos
Não doessem mais
Diante de um bom motivo
Que me traga fé
Que me traga fé

Se por alguns
Segundos eu observar
E só observar
A isca e o anzol

Ainda assim estarei
Pronto pra comemorar
Se eu me tornar
Menos faminto
E curioso
Curioso

O mar escuro
Trará o medo
Lado a lado
Com os corais
Mais coloridos

Valeu a pena
Êh! Êh!
Sou pescador de ilusões

(Pescador de Ilusões - Rappa)

RESUMO

A presente dissertação foi desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP), do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão estudado descreveu e discutiu o Programa Bolsa Família e as demais políticas de combate ao abandono escolar no Brasil e no Amazonas. Analisou os motivos do abandono escolar dos alunos beneficiários do Bolsa Família da Coordenadoria Distrital 6 e propôs ações, com a finalidade de auxiliar a redução do abandono na Coordenaria analisada. Os objetivos definidos para este estudo de pesquisa têm, por objetivo geral, contribuir com alternativas para a redução das taxas de abandono escolar da Coordenadoria Distrital 06, na prevenção ao abandono escolar das respectivas escolas que compõem o quadro. Além disso, elencamos como objetivos específicos: 1. Identificar as causas do abandono escolar dos alunos da Coordenadoria Distrital 06, verificando se os índices do abandono escolar são de alunos beneficiários do Programa Bolsa Família; 2) Analisar se o Programa Bolsa Família vem contribuindo na redução do abandono escolar; 3) Investigar a forma como as escolas implementam e monitoram a condicionalidade da presença nas escolas selecionadas pela pesquisa; 4) Sugerir possíveis soluções para a redução dos índices do abandono escolar das escolas da Coordenadoria Distrital 06. Para tanto, utilizaremos, como metodologia, a pesquisa bibliográfica, de campo, quantitativa e qualitativa, abordando os fundamentos do abandono escolar nas escolas estaduais da capital da Coordenadoria Distrital 6 do Ensino Fundamental, do 1º ao 9º ano. Além disso, serão propostas ações de prevenção à problemática, com foco nos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família da referida unidade de ensino e como instrumento entrevista semiestruturada.

Palavras-Chave: Abandono Escolar. Coordenadoria Distrital 6. Programa Bolsa Família.

ABSTRACT

The following research was developed in the range of the Professional Master degree in Education Management and Evaluation (PPGP) of the Center of Public Policies and Evaluation of Education of the Federal University of Juiz de Fora (CAED/UFJF). The management case studied described and discussed the Bolsa Família Program and other policies to combat school drop-out in Brazil and the state of Amazonas. It analyzed the reasons why students who benefit from the Bolsa Família Program drop out of school at the 6th District Coordination and proposed actions to help reduce drop-out in the Coordination analyzed. The objectives defined for this research study have, as a general objective, to contribute with alternatives for the reduction of school drop-out rates of the 6th District Coordination, in the prevention of dropping out of the respective schools in the picture. In addition, we set out specific objectives: 1. Identify the causes of school drop-out among students of the 6th District Coordination, verifying if the drop-out rates are students who are beneficiaries of the Bolsa Família Program; 2) Analyze whether the Bolsa Família Program has contributed to the reduction of school drop-out; 3) To analyze how schools implement and monitor the conditionality of attendance in the schools selected by the research; 4) To suggest possible solutions for the reduction of school drop-out rates of the 6th District Coordination schools. For this purpose, we will use as a methodology the bibliographical and field researches, as well as the quantitative and qualitative, addressing the principles of school drop-out in state schools in the capital of the 6th District Coordination of Elementary School, from 1st to 9th grade. In addition, actions will be proposed to prevent the problem, focusing on the beneficiary students of the Bolsa Família Program of the said unit of education and as a semi-structured interview instrument.

Key Words: School drop-out. 6th District Coordination. Bolsa Família Program.

LISTA DE FIGURA

Figura 1 - Gestão do cadastro único	35
Figura 2 - Dados da educação no cumprimento da condicionalidade	37
Figura 3 - Repercussão Gradativa	40

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 -	Dados de Equipe Gestora da E.E. Belarmino Marreiro	51
Quadro 2 -	Projetos Desenvolvidos na Escola Estadual Dom João de Souza Lima	54
Quadro 3 -	Legenda dos entrevistados-Gestor	75
Quadro 4 -	Legenda dos entrevistados – Pedagogo.....	76
Quadro 5 -	Legenda dos entrevistado - Secretário de Escola.....	76
Quadro 6 -	Pontos relevantes da pesquisa e propostas.....	92
Quadro 7 -	Criação de um Núcleo de Prevenção ao Abandono Escolar.....	94
Quadro 8 -	Reuniões Periódicas com pais e alunos.....	97
Quadro 9 -	Proposta 3 - Roda de Conversa com os profissionais da educação, para o nivelamento de informações sobre as diretrizes do Programa Bolsa Família	98
Quadro 10 -	Parcerias com as instituições que fazem parte da rede de proteção as crianças e adolescentes do estado	101
Quadro 11 -	Proposta 5 - Fórum de debates com gestor, professores e pais sobre as legislações que preconizam a permanência do aluno na escola e a questão da responsabilidade compartilhada entre escola e família	102

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Registro total de alunos com baixa frequência do Programa Bolsa Família no Amazonas	38
Tabela 2 - Média Total de 3 anos - Taxa de Abandono Escolar por Coordenadoria Distrital, do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental, dos anos de 2013, 2014 e 2015	42
Tabela 3 - Comparação das Taxas de Abandono Escolar entre os alunos do Programa Bolsa Família e demais alunos no Ensino Fundamental, do 1º ao 9º ano de 2013, das escolas da Coordenadoria Distrital 06	44
Tabela 4 - Comparação das Taxas de Abandono Escolar entre os alunos do Programa Bolsa Família e demais alunos no Ensino Fundamental, do 1º ao 9º ano de 2014, das escolas da Coordenadoria Distrital 06	46
Tabela 5 - Comparação das Taxas de Abandono Escolar entre os alunos do Programa Bolsa Família e demais alunos no Ensino Fundamental, do 1º ao 9º ano de 2015, das escolas da Coordenadoria Distrital 06	48
Tabela 6 - Escola Estadual Belarmino Marreiro –Dados dos Professores 2017	51
Tabela 7 - Escola Estadual Belarmino Marreiro-Matrículas 2017.....	52
Tabela 8 - Escola Estadual D. João de Souza-Matrículas 2017.....	53
Tabela 9 - Escola Estadual Dom João de Souza Lima–Dados dos Professores 2017	53
Tabela 10 - Escola Estadual Engenheiro Arthur Soares Amorim-Matrículas 2017 ..	55
Tabela 11 - Escola Estadual Engenheiro Arthur Soares – Dados dos Professores 2017	56
Tabela 12 - Escola Estadual Juracy Batista -Matrículas 2017	57
Tabela 13 - Escola Estadual Juracy Batista –Dados dos Professores 2017	58
Tabela 14 - Estrutura Física da Escola Estadual Wilma Vitoriano.....	59
Tabela 15 - Escola Estadual Wilma Vitoriano Geber-Matrículas 2017	60
Tabela 16 - Escola Estadual Wilma Vitoriano –Dados dos Professores 2017	60

LISTA DE ABREVIATURAS

CETAM	Centro de Educação Tecnológico do Amazonas
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro Especializado de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do adolescente
FNDE	Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDSA	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
MEC	Ministério da Educação
PAE	Plano de Ação Educacional
PAIF	Programa de Atenção Integral a Família
PBF	Programa Bolsa Família
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PEE	Plano Estadual de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP	Projeto Político Pedagógico
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
PSS	Processo Seletivo Simplificado
SAGI	Secretaria de Avaliação da Informação
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino
SENARC	Secretaria Nacional de Renda de Cidadania
SIGEAM	Sistema de Gestão Escolar do Amazonas
TAC	Tecnologia de Aprendizagem e Convivência
TICS	Tecnologias de Informação e Comunicação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 O ABANDONO ESCOLAR: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES NO AMAZONAS –CARACTERIZANDO UM CASO DE GESTÃO.....	18
1.1 O ABANDONO ESCOLAR NO BRASIL E NO AMAZONAS	19
1.2 ESTRATÉGIAS DE COMBATE AO ABANDONO ESCOLAR NO BRASIL ..	21
1.3 PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL DE COMBATE AO ABANDONO ESCOLAR	26
1.4 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO UM DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE AO ABANDONO ESCOLAR	28
1.5 PANORAMA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO AMAZONAS- ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA PARA A GESTÃO DO PROGRAMA NAS ESCOLAS	36
1.6 A COORDENADORIA DISTRITAL 6.....	42
1.6.1 Abandono Escolar na Coordenadoria Distrital 06	43
1.7 CARACTERIZAÇÃO DAS ESCOLAS ESTADUAIS DA PESQUISA DE CAMPO	50
1.7.1 Escola Estadual Belarmino Alves Marreiro.....	50
1.7.2 Escola Estadual Dom João de Souza Lima.....	52
1.7.3 Escola Estadual Engenheiro Arthur Soares Amorim	54
1.7.4 Escola Estadual Juracy Batista Gomes.....	56
1.7.5 Escola Estadual Wilma Vitoriano Geber	58
2 DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NA REDUÇÃO DO ABANDONO ESCOLAR	62
2.1 REFERENCIAL TEÓRICO	62
2.1.1 Abandono escolar e Política Pública	62
2.1.2 Gestão Democrática	66
2.2 O PERCURSO METODOLÓGICO	72
2.3 ANÁLISE DOS DADOS	74
2.3.1 O perfil dos entrevistados	74
2.3.2 A família dos alunos das escolas participantes da pesquisa.....	77
2.3.3 O abandono escolar nas escolas selecionadas para a pesquisa.....	81
2.3.4 A gestão escolar nas escolas pesquisadas	83
2.3.5 A situação de vulnerabilidade social das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.....	86

3	PROPOSTA DE INTERVENÇÃO EM ESCOLAS ESTADUAIS DA COORDENADORIA DISTRITAL 6.....	90
3.1	PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL-PAE: ALTERNATIVAS DE PREVENÇÃO AO ABANDONO ESCOLAR NAS ESCOLAS DA COORDENADORIA DISTRITAL 6	91
3.1.1	Proposta 1 - Criação de um Núcleo de Prevenção ao Abandono Escolar por escola.....	92
3.1.2	Proposta 2 - Reunião periódicas com a comunidade escolar e com os pais sobre temáticas de prevenção das causas do abandono escolar .	94
3.1.3	Proposta 3 - Roda de Conversa com os profissionais da educação para o nivelamento de informações sobre as diretrizes do Programa Bolsa Família	97
3.1.4	Proposta 4 - Parcerias com as instituições que fazem parte da rede de proteção a crianças e adolescentes do bairro	99
3.1.5	Proposta 5 - Fórum de debates com gestor, professores e pais sobre as legislações que preconizam a permanência do aluno na escola e a questão da responsabilidade compartilhada entre escola e família	101
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
	REFERÊNCIAS	107
	APÊNDICE A	113
	APÊNDICE B	115
	APÊNDICE C	116

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o Governo Federal, juntamente com as esferas estaduais e municipais, intensificou as ações para a prevenção e acompanhamento, nos níveis de combate à repetência, evasão e abandono escolar, como forma de garantir o direito a educação de qualidade.

Nessa perspectiva, o Ministério da Educação tem realizado a pactuação de programas de redução do abandono escolar e, como uma das estratégias de combate a tal problema, o Governo Federal estabeleceu, dentro do Programa Bolsa Família, o acompanhamento da frequência escolar, com o objetivo de promover a prevenção ao abandono escolar e a permanência do aluno na escola.

Assim, o Ministério da Educação tem acompanhado, atualmente, a frequência escolar de quase 17 milhões de crianças e adolescentes, nos 5.570 municípios e no Distrito Federal.

O interesse em abordar a problemática do abandono escolar, nas escolas estaduais de Manaus e dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família, como política pública de prevenção ao abandono escola, surgiu, porque atuo na Coordenação Estadual do mencionado programa, na Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino (SEDUC) do Amazonas. Além disso, como coordenadora do programa na educação, tenho facilidade de acesso aos dados.

A escolha do problema apresentado nesta dissertação se deve aos índices relacionados ao abandono escolar nas Coordenadorias Distritais da capital, segundo os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira- INEP e do Sistema de Gestão Escolar do Amazonas (SIGEAM), que demonstram taxas que refletem nas escolas do Amazonas.

O tema abordado é de grande relevância para a educação, haja vista que a escola, como um espaço comum de aprendizagem e com as influências da participação da família, resulta em um maior sucesso escolar dos alunos. Essas duas instituições juntas têm o papel de desenvolver a afetividade, a sociabilidade e o processo ensino-aprendizagem, contribuindo para permanência na escola, ou seja, enfrentando o abandono escolar.

Assim, ao me basear nos dados obtidos a partir do SIGEAM, sobre as taxas de abandono escolar nos anos de 2013, 2014 e 2015, no Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano das sete Coordenadorias Distritais de Educação de Manaus, a média dos 3 anos corresponde a aproximadamente 20.121 de alunos matriculados, em que 1.436 alunos estão na condição de abandono, com um percentual de 7,4 %. Ressalto que esses dados serão melhor demonstrados no Capítulo 1.

Tal cenário nos levou a perceber que a Coordenadoria Distrital 06¹, nos anos de 2013, 2014 e 2015, obteve os maiores percentuais de abandono escolar em relação às demais coordenadorias. Dessa forma, essa pesquisa tem como objetivo analisar o Programa Bolsa Família e as demais políticas de combate ao abandono escolar no Brasil e no Amazonas. Nesse sentido, busca investigar os motivos do abandono escolar dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família da Coordenadoria Distrital 6 e propor ações, com a finalidade de auxiliar a redução do abandono na Coordenaria analisada.

Diante do quantitativo elevado de alunos que abandonaram a escola, foi realizado um recorte, a partir de um levantamento realizado pelas 7 Coordenadorias Distritais da capital acerca das taxas de abandono escolar das escolas, culminando na definição da Coordenadoria Distrital 06 como lócus de estudo.

Para essa dissertação, foram utilizados, como recorte, os alunos beneficiários do Programa Bolsa Família, localizados na Coordenadoria Distrital de Educação 06, do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Dessa forma, explicitamos como ocorre essa relação do abandono com os alunos do Programa. Destacamos que o presente estudo utilizou, como fonte de pesquisa, preliminarmente, os dados do Sistema de Informação Estatística do Amazonas (SIGEAM) e o Sistema Presença do Ministério da Educação. Além disso, também ressaltamos que foram utilizados os indicadores dos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) dos anos de, 2013, 2014 e 2015, referente aos níveis de abandono escolar dos alunos do Ensino Fundamental no Estado do Amazonas, com parâmetro para identificar as escolas estaduais e o percentual de alunos que serão objeto de estudos.

¹Existem 7 Coordenadorias Distritais na Capital, cada uma corresponde a um grupo da escola. A Coordenadoria Distrital é um setor que administra pedagogicamente as atividades das escolas estaduais das diversas Zonas da Cidade de Manaus.

Diante dos dados apresentados, foram selecionadas escolas que apresentaram altas taxas de abandono escolar, em 2013, 2014 e 2015. Dentre elas, destacamos as escolas estaduais Belarmino Marreiro, Dom João de Souza, Engenheiro Arthur Soares Amorim, Juracy Batista, além da escola estadual sem índices de abandono escolar, a Wilma Vitoriano.

Destacamos que o objetivo geral da pesquisa é o de contribuir com alternativas para a redução das taxas de abandono escolar, da Coordenadoria Distrital 06, através da prevenção ao abandono escolar nas respectivas escolas que compõem o quadro. Além disso, apresentamos, como objetivos específicos: 1) Identificar as causas do abandono escolar dos alunos da Coordenadoria Distrital 06, verificando se os índices do abandono escolar são de alunos beneficiários do Programa Bolsa Família; 2) Analisar se o Programa Bolsa Família vem contribuindo na redução do abandono escolar; 3) Investigar a forma como as escolas implementam e monitoram a condicionalidade da educação no Sistema Presença nas escolas selecionadas pela pesquisa; 4) sugerir possíveis soluções para redução dos índices do abandono escolar das escolas da Coordenadoria Distrital 06.

Nesse sentido, procuramos tratar sobre as questões até aqui comentadas, em relação à problemática do abandono escolar no Brasil, buscando abordar o problema de forma que, por um lado, seja útil e prático para os profissionais da educação preocupados com essa temática, e, por outro lado, que constitua em um projeto de intervenção para amenizar os índices de abandono escolar na Coordenadoria Distrital 06.

Destacamos que no Capítulo 1, será abordada a questão das estratégias de prevenção ao abandono escolar no Brasil e os demais programas implementados pelo governo, com ênfase no Programa Bolsa Família. Ressaltamos que a partir do cruzamento de dados do número de alunos, caracterizados como abandono escolar das 7 Coordenadorias Distritais de Educação de Manaus, foi definido como foco da pesquisa a Coordenadoria Distrital 06. Dessa forma, foram enfatizados os dados dos alunos das escolas estaduais que fazem parte dessa coordenadoria. No conjunto, trata-se de um capítulo que pretende descrever os programas relacionados ao abandono escolar e os programas que possuem como foco a redução desses índices. Além disso, serão apresentados os dados relativos ao número de alunos do Programa Bolsa Família que abandonaram as escolas da coordenadoria 6.

No capítulo 2, foram realizadas entrevistas para coleta de dados com os gestores, pedagogos e secretários de escolas. Posteriormente, foi feita a análise das escolas pesquisadas sobre a problemática do abandono escolar e procurou-se entender como os teóricos conceituam essa questão, com diversas abordagens sobre o tema, sendo imprescindível a sua contextualização. Nesse sentido, na condição de recorte, torna-se imperioso identificar e explicitar as análises das informações do Sistema de Condicionalidades do MDS e o Sistema Presença MEC, como sistemas de base de dados do Programa Bolsa Família e Cadastro Único, que permitem a pesquisa de dados oficiais e atualizados para fins de estudo dos alunos beneficiários.

No capítulo 3, foi elaborado o Plano de Ação Educacional (PAE), visando propor ações para auxiliar a redução do abandono escolar na Coordenadoria Distrital 06. Nesse sentido, foi apresentado o reconhecimento da realidade complexa das escolas na questão do abandono escolar, orientando os passos a seguir, assim como as de diagnosticar. A elaboração do plano de ações coletivas (PAE) envolveu a rede de proteção da criança e do adolescente, além da família dos alunos das escolas da Coordenadoria 06, tendo como dispositivos legais o Art. 227 da Constituição Federal, Art. 86 da Lei 8069 e a Resolução nº 113 do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente, que define ações compartilhadas de diversas instituições em prol da intervenção e prevenção dos direitos violados das crianças e dos adolescentes, a exemplo o abandono e a evasão escolar. Ressalto que não se trata de uma fórmula acabada, mas de uma ferramenta que pretende orientar e facilitar o trabalho dos educadores que estejam sensibilizados em abordar, de maneira flexível, responsável e diversa, a questão do abandono escolar. Enfatizamos ser relevante mencionar a parceria das instituições que fazem parte da rede de proteção para a garantia dos direitos fundamentais desse grupo.

1 O ABANDONO ESCOLAR: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES NO AMAZONAS – CARACTERIZANDO UM CASO DE GESTÃO

O primeiro capítulo dessa dissertação tem como foco a descrição das legislações que amparam a obrigatoriedade da permanência dos alunos na escola. Além disso, busca-se apresentar as políticas públicas de combate à evasão e ao abandono escolar, que visam à melhoria no sistema educacional. Com a explanação sobre as vertentes que englobam as situações de abandono escolar e o recorte dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família na prevenção a este fenômeno, buscou-se construir a realidade dessa categoria. Para tanto, foi utilizado o levantamento de informações, além da organização e sistematização dessas informações, destacando os dados das escolas da Coordenadoria Distrital 6.

Assim, esse capítulo, de caráter descritivo, tem por objetivo apresentar o caso de gestão, que aborda o abandono escolar, a partir da perspectiva da gestão. Para tanto, está organizado em quatro seções: a primeira delas apresenta as leis, decretos e pareceres sobre a prevenção ao abandono escolar, com objetivo de situar o caso de gestão legalmente, partindo de um contexto mais amplo (nacional) para um mais específico (estadual).

A segunda seção traz um panorama da rede estadual de educação do Amazonas, descrevendo as principais características, formas de organização e os aspectos gerenciais desta rede. Já a terceira seção apresenta o contexto em que a escola está inserida, bem como dos instrumentos de gestão e os aspectos e demandas da rotina escolar.

Para tanto, utiliza-se, como fontes, instrumentos de gestão da escola: regimento escolar, projeto político pedagógico e Plano de Ação. Para a pesquisa proposta, fez-se necessário refletir sobre tais documentos, referentes às escolas estaduais da Coordenadoria Distrital 6, apresentando, a partir deles, os maiores índices de taxa de abandono escolar.

A quarta e última seção desse capítulo pretende elencar e tratar dos desafios enfrentados pela gestão, no desenvolvimento e na implementação de ações de prevenção ao abandono escolar.

1.1 O ABANDONO ESCOLAR NO BRASIL E NO AMAZONAS

Para a pesquisa proposta por essa dissertação, cabe ressaltar a diferenciação das categorias abandono escolar e evasão escolar, objeto do nosso estudo. De acordo com Klein (2008), o abandono escolar define a situação em que o aluno deixa de estudar no decorrer do ano letivo, com sucessivas faltas e sem comunicar à escola. Entretanto, quando o aluno desaparece das aulas, sem considerar a situação de aprovação ou repetência, não efetivando a matrícula no ano seguinte, caracteriza-se uma situação de evasão escolar.

O abandono e a evasão escolar sempre foram grandes problemas para o sistema educacional, tornando-se um desafio para os profissionais da educação, para as escolas e o Estado, haja vista que existem diversos elementos que podem contribuir para o aumento das estatísticas das causas desse fenômeno, como a dificuldade na aprendizagem, a falta de motivação e a não participação da família na responsabilidade compartilhada.

No que tange à educação, a legislação brasileira, mais precisamente a Constituição Federal de 1988, estabelece referenciais legais para a garantia da frequência escolar dos alunos nas escolas da Educação Básica. E o art. 206 aborda a igualdade do acesso à educação. Além disso, a permanência obrigatória dos alunos na escola é tratada no artigo 208:

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I-ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; II-ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)III- educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)(BRASIL,1988, 123).

E, por conseguinte, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, também trata da permanência de crianças e adolescentes na escola, conforme estabelecem os artigos:

Art. 53. “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício

da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes: **I** - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; **II** - direito de ser respeitado por seus educadores; **III** - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; **IV** - direito de organização e participação em entidades estudantis; **V** - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. **Parágrafo único:** É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Art. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de: **I** - maus-tratos envolvendo seus alunos; **II** - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares; **III** - elevados níveis de repetência (BRASIL, 1990, p.20).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece a definição de direitos, de competências e obrigações, nos artigos 5º, 9º, 12º, 24º, sobre a obrigatoriedade do acesso à educação como um direito subjetivo. Além disso, aborda a organização da educação e a sua regulamentação, além das responsabilidades dos estabelecimentos de ensino e das disposições gerais sobre a Educação Básica.

A partir da aplicação das legislações mencionadas, houve um avanço no âmbito da educação, no que diz respeito à garantia dos direitos e deveres pelas crianças, adolescentes e suas famílias.

Assim, destacamos que, na recente história brasileira, a Constituição Federal de 1988, no Art. 208, determina que o dever do Estado, em relação à educação, será efetivado mediante a garantia do inciso 3º: “compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola” (BRASIL, 1988, p.123).

E o Estatuto da Criança e do Adolescente, no seu artigo 56, determina a obrigatoriedade das escolas comunicarem, ao Conselho Tutelar e outros órgãos de proteção, a existência de um quantitativo de faltas maior de cinquenta por cento do percentual garantido na lei dispositivo, incluído pela Lei nº 10.287/2001². Nesse sentido, destacamos que a comunicação, às referidas instituições, somente deverá

²Altera dispositivo da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Art. 1º art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VIII – notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei.

ser feita se a escola tiver desenvolvido estratégias de prevenção ao abandono que não surtiram efeito positivo.

Ressaltamos que o registro do número elevado de faltas, sem justificativas, fere as referidas legislações, reforçando a obrigatoriedade da frequência escolar. Assim, as diversas instâncias de gestão escolar devem estar voltadas, dentre outras questões, para combater o problema do abandono. Além disso, a finalidade da escola não é somente resgatar o aluno, mas proporcionar uma educação de qualidade e propor estratégias para evitar a evasão escolar.

Correa (2012, 12) enfatiza que a família representa um papel importante na vida escolar de seus filhos. É importante considerarmos, então, o número significativo de famílias que tem problemas no cuidar, na proteção e na formação das crianças. Dessa forma, a vulnerabilidade da família nos ajuda a explicar a dificuldade no acompanhamento da escolaridade.

A escola tem a responsabilidade em criar estratégias para prevenir as taxas de abandono e evasão escolar para uma educação de qualidade. Nessa perspectiva, enfatizo, ainda, que os alunos do ensino fundamental tendem à situação de reprovação, pois têm dificuldade de aprendizagem e não conseguem construir habilidades e competências, sendo fadados ao insucesso escolar.

Dessa forma, além da escola, a família também é vista como um fator importante na vida escolar de crianças e adolescentes, pois a responsabilidade compartilhada reflete positivamente na permanência na escola.

Enfatizamos que o governo federal, no sentido de criar estratégias de combate ao abandono escolar, implementou vários programas, que serão descritos na próxima seção.

1.2 ESTRATÉGIAS DE COMBATE AO ABANDONO ESCOLAR NO BRASIL

Nessa seção, busca-se apresentar as estratégias implementadas pelo governo federal nas escolas, para o combate ao abandono escolar, em defesa ao acesso à educação e à permanência na escola.

O fenômeno do abandono escolar é reflexo, em muitos casos, da condição de pobreza do aluno, resultado das desigualdades sociais históricas. Assim, tendo em vista essa característica, ações estratégicas de combate ao abandono escolar visam

garantir o direito à educação prevista na Constituição Federal de 1988, dando condições para que o aluno saia dessa condição de desigualdade.

Embora muito se tenha avançado na questão da educação nos últimos anos, em relação à a permanência dos alunos na escola e à participação da família e do Estado, foi a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, no Artigo 205, que se efetivou a legislação.

Com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação ficou garantido que o Estado teria o comprometimento, juntamente com a família, em relação à educação. Isso pode ser visto no trecho a seguir:

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996, p.8).

Consideramos que alguns educadores sabem que os resultados do seu trabalho, na escola, com os alunos, dependem da cumplicidade e do apoio da família. O trabalho conjunto com a família é um grande desafio para escola e, em especial, para o gestor escolar.

Dessa forma, ao considerarmos as instituições escolares como espaços de construção de uma educação de qualidade para todos, a escola pública eficaz deve ser capaz de ajudar a garantir, a cada um de seus alunos, independentemente das condições do seu grupo familiar, o direito a aprender e à permanência na escola.

Nesse sentido, estabelecer uma gestão democrática, com a participação de todos no desenvolvimento das ações escolares, contribui para o sucesso escolar. E outro ponto a destacar é o desafio em romper com as estruturas hierárquicas e burocráticas de um sistema organizado, ou seja, a verticalização no ensinar, organizar, conceber e implantar ações no espaço escolar.

A relação entre a equidade e as políticas educacionais se baseia no princípio de que a educação é o único meio que tornará os indivíduos, de fato, humanos. Além disso, uma das formas de combater a discriminação em geral é investir em ações educativas, que visem ao fortalecimento de grupos vulneráveis³ (negros,

³ São indivíduos que são excluídos da sociedade, principalmente pela situação socioeconômica, na promoção, proteção ou garantia de seus direitos. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/294974/grupos-vulneraveis>. Acesso em: 17 nov.2016.

índios, homossexuais, entre outros) críticos . Ou seja, são essas as maiores vítimas de violações de direitos, que muitas vezes são, em sua grande maioria, massacradas pela sociedade vigente. Setubal (2010) pontua:

Enfim, escola e comunidades vulneráveis constituem mundos regidos por ordens opostas, uma vez que a instituição de ensino é o espaço da legalidade e da burocracia, muitas vezes o único espaço público de algumas comunidades que vivem em uma tênue fronteira entre o legal e o ilegal, cercadas pela presença ameaçadora do tráfico de drogas. Cidadania implica convivência social e, se a escola é o espaço da construção da cidadania, é o espaço para a aprendizagem de normas e práticas que reflitam esse diálogo de convivência, permeado pelo reconhecimento do outro como sujeito de direitos. Uma sociedade mais justa e com equidade exige que todos os indivíduos sejam reconhecidos em sua dignidade pessoal e os diferentes grupos sociais aceitos e respeitados em suas diferenças materiais e simbólicas (SETUBAL, 2010, p.14).

A expressão de que “somos todos iguais” começou a ser revista, a partir do reconhecimento de que somos todos diferentes: a igualdade não deve ser tomada como um ponto de partida, mas sim como um horizonte a ser alcançado. Coloca-se, assim, a noção de equidade como base de um projeto político de igualdade, que parte do reconhecimento das desigualdades iniciais (BROOKE, 2012).

Inicialmente é preciso reconhecer que a concepção de que todos somos iguais, por desconsiderar as diferenças de origem, contribuiu para converter desigualdades sociais em desigualdades escolares. São notórias as situações de desigualdades que os alunos passam nos bancos escolares, sendo muitos ridicularizados, inclusive por dificuldade de aprendizagem.

A busca pela qualidade com equidade, ou seja, todos os alunos aprendendo e progredindo na carreira escolar na idade certa, está presente na pauta das políticas, nos projetos e também nos programas de pesquisa na área da Educação.

O Governo Federal, juntamente com as esferas estaduais e municipais, intensificou ações para a prevenção e o acompanhamento, nos níveis de combate à repetência, evasão e abandono escolar, como forma de garantir o direito à educação de qualidade.

Nessa perspectiva, o Ministério da Educação tem lançado a pactuação de programas, tais como o Programa do Transporte Escolar, Programa Saúde na Escola e Programa Mais Educação, com a mesma finalidade de garantir a permanência do aluno no espaço escolar. No caso, particularmente analiso o

Programa Bolsa família, que tem como ações o acompanhamento da frequência escolar, combate ao abandono escolar e permanência do aluno na escola, assegurando o direito à educação.

Para a pesquisa proposta, é importante esclarecer sobre os elementos que constituem o Programa Bolsa Família. Esses elementos buscam a interrupção do ciclo geracional da pobreza e a proteção integral da família. Para tanto, parte da unificação de várias ações do governo, com articulação nas esferas federal, estadual e municipal, na garantia dos direitos sociais, e assume a educação como um direito universal. Assim, a educação oportuniza o exercício de outros direitos, que garantam que o ser humano, de diferentes classes sociais, tenha condições de conviver com as diversidades. Cabe ressaltar que são muitos os desafios para a universalização da educação, haja vista que o estado necessita da pactuação entre os entes federados, além de priorizar ações efetivas e investimentos na área educacional.

O Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014 (BRASIL, 2014) apresentam estratégias em duas metas fundamentais para a efetivação da conclusão do Ensino Fundamental e Médio da Educação Básica:

Estratégias da Meta 2: 2.4 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos alunos, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude; 2.5. Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e de proteção à infância, adolescência e juventude.

Estratégias da Meta 3: 3.8. Estruturar e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude; 3.8. Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e de proteção à adolescência e à juventude; 3.9. Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e de proteção à adolescência e à juventude; 3.13. Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação racial,

por orientação sexual ou identidade de gênero, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão (BRASIL, 2014, p.5).

Além disso, nas estratégias destacamos a criação de mecanismos para o acompanhamento individualizado dos (as) alunos (as) do ensino fundamental e médio, bem como o fortalecimento do acompanhamento e do monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar, além das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola. Essas ações procuram estabelecer condições adequadas para o sucesso escolar dos (as) alunos (as), em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.

Ainda, pressupõe-se que a junção dessas estratégias possa promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude. Por fim, há também o objetivo de estimular habilidades esportivas e incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos.

Enfatizamos que o Plano Estadual de Educação (PEE) também, na Meta 2, visa a garantia do direito à Educação Básica com qualidade, promovendo o acesso à universalização do ensino obrigatório e a ampliação das oportunidades educacionais. Essas estratégias se baseiam na busca de que crianças e adolescentes estejam na escola. Para tanto, há a construção de mecanismo de acompanhamento da frequência escolar e do aprendizado do aluno. Destacamos que as estratégias visam os desafios da referida Meta de garantir o acesso ao Ensino Fundamental.

Embora a escola tenha responsabilidades na construção do conhecimento, na formação humana e na proteção social de crianças e adolescentes, cabe também acompanhar e monitorar a frequência escolar dos alunos, além dos motivos das faltas justificadas ou injustificadas. Nesse sentido, é fundamental comunicar, ao Conselho Tutelar, fatos relativos a maus-tratos, reiteração de faltas e altos níveis de repetência, no que tange o Art. 56 do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

No intuito de contextualizar a temática dessa pesquisa, no que se refere às ações implementadas pelo Governo Federal para o combate ao abandono escolar,

na próxima seção, serão apresentados os programas criados pelo Governo Federal. Dentre eles, destacamos o Programa de Transporte Escolar, Programa Saúde na Escola, Programa Mais Educação e principalmente o Programa Bolsa Família, que têm o objetivo de minimizar o abandono escolar.

1.3 PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL DE COMBATE AO ABANDONO ESCOLAR

A partir das prerrogativas da Constituição Federal, no que se refere ao direito à educação, o Governo Federal instituiu decretos e resoluções para a criação de programas federais estratégicos de combate e prevenção ao abandono escolar. Um deles é o Programa Caminho da Escola, criado em 2007, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a partir da Resolução nº 45, de 20/11/2013 (BRASIL, 2013), que dispõe sobre os critérios para a utilização de veículos de transporte escolar, adquiridos no âmbito do Programa.

O referido programa tem a finalidade de garantir, aos estudantes que moram em áreas rurais e ribeirinhas das redes municipais e estaduais, a renovação de veículos escolares para o transporte seguro. Dessa forma, ele contribui para a redução do abandono e evasão escolar e para o acesso e permanência dos alunos regularmente matriculados na educação básica. O programa se justifica, uma vez que, em sua grande maioria, os alunos necessitam de transporte diário para o traslado entre a escola e a casa.

Outra estratégia é o Programa Saúde na Escola, criado pelo Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007 (BRASIL, 2007), que tem por finalidade contribuir para a formação integral dos alunos, através de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde, para a permanência do aluno na escola. Além disso, destacamos que a legislação do Programa, no seu artigo 2º, define s seguintes objetivos:

- I - promover a saúde e a cultura da paz, reforçando a prevenção de agravos à saúde, bem como fortalecer a relação entre as redes públicas de saúde e de educação;
- II - articular as ações do Sistema Único de Saúde - SUS às ações das redes de educação básica pública, de forma a ampliar o alcance e o impacto de suas ações relativas aos estudantes e suas famílias, otimizando a utilização dos espaços, equipamentos e recursos disponíveis;
- III - contribuir para a constituição de condições para a formação integral de educandos;

- IV - contribuir para a construção de sistema de atenção social, com foco na promoção da cidadania e nos direitos humanos;
- V - fortalecer o enfrentamento das vulnerabilidades, no campo da saúde, que possam comprometer o pleno desenvolvimento escolar;
- VI - promover a comunicação entre escolas e unidades de saúde, assegurando a troca de informações sobre as condições de saúde dos estudantes; e
- VII - fortalecer a participação comunitária nas políticas de educação básica e saúde, nos três níveis de governo (BRASIL, 2007, p. 5).

Por conseguinte, destacamos o Programa Mais Educação, instituído pela Portaria Interministerial Nº 17 e Nº 19/2007 (BRASIL, 2007), que integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), iniciativa do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral. Nesse sentido, ele procura contribuir para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, priorizando a permanência na escola no combate ao abandono escolar.

Para tanto, estabelece a ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas, além de compartilhar a tarefa de educar entre os profissionais da educação e de outras áreas, as famílias e diferentes atores sociais, sob a coordenação da escola e dos professores. Isso porque a Educação Integral⁴, associada ao processo de escolaridade, pressupõe a aprendizagem conectada à vida e ao universo de interesse e das crianças, adolescentes e jovens. Nesse sentido, há a promoção de atividades no campo das Artes, Cultura, Esporte, Lazer, Inclusão Digital, das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), Tecnologia de Aprendizagem e Convivência (TAC), da Saúde, etc., sendo elas articuladas com os projetos político-pedagógicos das redes/sistemas de ensino e das escolas.

Enfatizamos que, dada à importância do Programa Bolsa Família para a pesquisa, ele será tratado mais detalhadamente em uma seção específica.

⁴ Cabe diferenciar a Educação Integral de Escola de Tempo Integral. A Educação integral tem por finalidade que a educação oportunize o acesso ao desenvolvimento dos sujeitos, em todas as suas potencialidades, tais como: emocional, física, social, coletiva, intelectual. Nesse sentido, promove a equidade, pautada na inclusão de todas as diferenças sociais. Na escola de tempo integral, o aluno deve participar de um currículo integrado na escola, com experimentações que envolvam atividades culturais, esportivas, lazer, saúde, direitos humanos.

1.4 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO UM DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE AO ABANDONO ESCOLAR

O Programa Bolsa Família, objeto da presente pesquisa, é importante no que diz respeito ao combate ao abandono escolar, pois, como política pública, tem por objetivo, dentre outros, a permanência do aluno na escola e, por consequência, a diminuição das taxas de abandono.

De acordo com Silva, Yasbek e Giovanni (2014), diversos países, ao longo dos anos, vêm criando programas de transferência de renda, para garantir a autonomia do sujeito e minimizar os efeitos da pobreza e da desigualdade social. Isso é evidente, uma vez que há a consolidação de políticas públicas neste viés.

No Brasil, o Programa Bolsa Família foi instituído pela Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003 (BRASIL, 2003), transformada na Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004 (BRASIL, 2004a), e foi regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004 (BRASIL, 2004b).

Este Programa foi idealizado enquanto uma política intersetorial, com a finalidade de corrigir falhas estruturais para sua implementação nas três áreas que envolvem a Assistência Social, a Educação e a Saúde. Para tanto, unificou outros programas dessa natureza, como o programa Bolsa Escola, Auxílio Gás e Cartão Alimentação e Bolsa Alimentação. Nesse sentido, buscou a consolidação dos direitos sociais de acesso da população aos diversos programas assistenciais e maior proteção ao grupo familiar.

De acordo com Aurélio Weissheimer (2010), a estratégia para a erradicação da pobreza do Programa é caracterizada por três dimensões: alívio imediato da pobreza, com a transferência de renda às famílias carentes; a quebra do ciclo geracional da pobreza, como forma de garantir os direitos básicos a essas famílias, nas áreas da assistência social, da educação (garantia de permanência dos alunos na escola) e da saúde; e o apoio ao incentivo e desenvolvimento dessas famílias para a geração de renda, emprego, alfabetização e de cursos complementares.

Segundo Sales (2015), outra situação que deve ficar bem clara é a de que o Programa Bolsa Família não é um direito, mas é política pública. Nesse sentido, assim como as demais, beneficia na concretização de direitos sociais básicos, como saúde, educação, habitação, segurança, entre outros, garantidos pela Constituição Federal de 1988. Apesar de o Programa garantir, em suas diretrizes, os direitos

sociais, ele limita a participação de algumas famílias, haja vista que não há a liberação de cadastro para todos que necessitam desse benefício.

O Programa Bolsa Família é coordenado a nível Nacional, pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC) do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), que desenvolve um importante papel na articulação com os municípios para o controle do Programa, bem como no repasse de verba aos beneficiários.

Outro aspecto relevante do Programa é o compromisso que as famílias beneficiárias assumem, pautado no reforço do direito e ampliação de acesso às políticas de Assistência Social, Educação e Saúde e, assim, são definidas as regras para a permanência no Programa.

Na assistência social, a frequência exigida é de no mínimo 85% nos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); na Educação, matricular e cumprir a frequência escolar de 85% para alunos de 6 a 15 anos e de 75% para alunos de 16 e 17 anos; já na Saúde, é realizado o acompanhamento do calendário vacinal, do crescimento e do desenvolvimento das crianças menores de 7 anos, pré-natal para gestantes e acompanhamento de nutrízes, de acordo com Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) (SILVA, 2016,).

A gestão do acompanhamento da frequência escolar dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família é de responsabilidade do Ministério da Educação (MEC) e é realizada pela Coordenação dos estados e municípios, voltada para obrigatoriedade da matrícula e da frequência escolar. Para tanto, a escola tem a obrigatoriedade de registrar, no formulário, a frequência escolar periódica dos alunos, de acordo com a Portaria Interministerial nº 3.789, de 17 de novembro de 2004 (BRASIL, 2004), do Ministério da Educação. A legislação determina que as escolas devem acompanhar a frequência escolar dos alunos e as normas para o cumprimento da condicionalidade da educação, de beneficiários de 6 a 15 anos. Nesse sentido, o programa garante a permanência na escola, atuando como forma de reduzir os índices de abandono e evasão escolar.

Vale ressaltar que o controle para o recebimento regular do benefício necessita de atualizações cadastrais, ou seja, o recadastramento dessas famílias por um período de dois anos, que, segundo Sales (2015):

A partir de 2004, o benefício passou a ser concedido pelo período inicial de dois anos. Após esse lapso temporal, deve haver atualização cadastral das famílias, afim de que se verifique se elas ainda são elegíveis e podem continuar a receber os valores ou se já houve sua emancipação. Afirma-se que, se a família passa a receber algum outro tipo de renda que a torne inelegível para o recebimento do benefício, ou seja, se resta renda eleva a renda per capita familiar para um valor superior aos limites estabelecidos em lei para aferição dos valores do Programa, tanto a família quanto o município respectivo deverão ser informados de que o benefício será bloqueado. Se, com a atualização do cadastro, realmente for verificado que a família não se enquadra mais no perfil do programa, o benefício será, então, cancelado, para que outra família possa começar a receber (SALES,2015, p.222).

Dessa forma, observa-se todo um processo de monitoramento acerca da possibilidade do cumprimento das condicionalidades das famílias beneficiárias, que se baseia nas informações das secretárias de assistência social, educação e saúde para a garantia aos serviços sociais a que se têm direito. Nessa perspectiva, é possível identificar as vulnerabilidades e riscos sociais que, por algum motivo, estejam ocorrendo. Ou seja, o Programa não julga necessário punir as famílias, mas acompanhar toda a sua trajetória.

O Programa Bolsa Família é coordenado também pela Secretária de Renda e Cidadania (SENARC) do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS). Ela deve realizar o repasse dos valores pagos às famílias beneficiárias e os procedimentos de bloqueio, suspensão, bem como a formulação do questionário respondido pelo grupo familiar no Cadastro Único, regulamentado pelo decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007 (BRASIL, 2007). Além disso, a Secretaria de Avaliação da Informação (SAGI) é a responsável pela avaliação dos impactos positivos e negativos do Programa. Por fim, a Caixa Econômica Federal repassa o pagamento a essas famílias beneficiárias.

O acesso a outros programas e ações sociais, para a efetivação da inclusão social, também é ofertado. Dentre eles, destacamos o programa Minha Casa Minha Vida⁵; tarifa de água, telefone e luz reduzida⁶; programas de agricultura familiar⁷;

⁵ O Programa Minha Casa Minha Vida é regulamentado pela Lei 11.977 de 07/07/2009, que auxilia na compra da casa própria, ao facilitar as condições de financiamento, a depender da renda da família. As famílias de baixa renda, que estão no Cadastro Único, pagam prestações reduzidas para adquirir o seu imóvel. O Minha Casa Minha Vida atende a várias faixas de renda. Uma das modalidades do Programa se destina a famílias inscritas no Cadastro Único com renda familiar mensal de até R\$ 1.600,00 (habitação urbana) e a famílias de agricultores familiares, também inscritas no Cadastro, com renda familiar anual de R\$ 15 mil a 60 mil (habitação rural). Nos dois

incentivo à capacitação profissional⁸; e isenção na taxa de inscrição de concurso público⁹.

Ressaltamos que o abandono escolar, a repetência e a evasão são obstáculos que prolongam e interrompem o processo educacional, com repercussão nos índices de aprovação. Para tanto, o Governo Federal utiliza estratégias para o acompanhamento da frequência escolar do ano letivo e os motivos que causam a

casos, a família não pode possuir outro imóvel. Disponível em:<<http://www.brasil.gov.br/Infraestrutura>>. Acesso em 30 de jan. 2017.

⁶ Tarifa reduzida: as famílias precisam estar inscritas no Cadastro Único (Cad-Único) dos programas sociais do governo federal para obter descontos. O cadastro é uma base de dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), cujo objetivo é gerenciar os programas sociais do governo federal, como o Bolsa-Família e o Brasil Alfabetizado, realizado em parceria com o MEC (Ministério da Educação). Disponível em:< <http://www.brasil.gov.br/Infraestrutura>>. Acesso em 30 de jan. 2017.

⁷ Programas de agricultura familiar: Criado em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma ação do Governo Federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção. Parte dos alimentos é adquirida pelo governo diretamente dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, para a formação de estoques estratégicos e distribuição à população em maior vulnerabilidade social. Os produtos destinados à doação são oferecidos para entidades da rede socioassistencial, nos restaurantes populares, bancos de alimentos e cozinhas comunitárias e, ainda, para cestas de alimentos distribuídas pelo Governo Federal. Outra parte dos alimentos é adquirida pelas próprias organizações da agricultura familiar, para a formação de estoques próprios. Dessa forma, é possível comercializá-los no momento mais propício, em mercados públicos ou privados, permitindo maior agregação de valor aos produtos. Disponível em:<<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa>> Acesso em 17 de jan. de 2017.

⁸ “O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. O programa visa expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional presencial e a distância. Foi criado para que os jovens que não tem condições financeiras possam cursar um curso técnico e, assim, se preparar da melhor maneira para o mercado de trabalho. Desse modo, o governo federal acaba contribuindo para a melhoria futura da qualidade de ensino público, de modo que isso possa impactar futuramente de modo positivo no mercado de trabalho, tendo formado profissionais capacitados, através da qualificação profissional. As instituições que participam do Pronatec são as instituições federais da rede de ensino técnico – Senai e Senac.” Disponível em:<<http://www.pronatec.mec.gov.br/>>. Acesso em 17 de jan. de 2017.

⁹ “O governo federal oferece isenção total do pagamento da taxa de inscrição em todos os concursos que promove. A iniciativa saiu do papel em 2008, quando o presidente Luís Inácio Lula da Silva assinou o decreto 6.593/2007 que regulamentou a lei 8.112, de 11 de novembro de 1990, que determina a isenção do pagamento da taxa à população carente. Por população carente, entenda-se quem possui renda familiar per capita (por pessoa) de até meio salário mínimo, ou renda familiar mensal de até três salários mínimos. A isenção passou a valer para os concursos e processos seletivos simplificados para órgãos, autarquias e fundações do poder executivo federal. É preciso estar inscrito no Cadastro Único (Cad-Único) para programas sociais do governo federal para obter a isenção. O cadastro é uma base de dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), cujo objetivo é gerenciar os programas sociais do governo federal, como o Bolsa-Família e o Brasil Alfabetizado, realizado em parceria com o MEC (Ministério da Educação).” Disponível em: <http://www.mds.gov.br/.../cadastro-unico/o.../isencao-de-taxa-de-inscricao-em-concursos-publico>. Acesso em 17 de jan. de 2017.

baixa frequência. Cabe ao Programa Bolsa Família, na área educacional, a responsabilidade de acompanhar a frequência escolar das crianças e adolescentes beneficiários.

A partir da perspectiva do direito à educação, o Ministério da Educação promove o valor da educação como forma de emancipação dessas famílias beneficiárias. Essa estratégia é associada a outras políticas públicas de saúde, assistência social, sendo elas garantidas nas diretrizes do Programa Bolsa Família.

A efetivação da frequência escolar perpassa as referências legais na Constituição Federal, no artigo 208, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, com a garantia da permanência das crianças na escola, com a definição dos direitos, competências e obrigações nos artigos 5º, 9º, 12, 24. Além disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente também retrata a permanência na escola, nos artigos 53 e 56, com o cumprimento das legislações mencionadas, evitando o abandono escolar.

Dessa forma, o Governo Federal instituiu Programas de Transferência de Renda (SILVA; YAZBECK; GIOVANNI, 2014) como medidas para atenuar e minimizar o abandono escolar e retirar crianças e jovens da rua ou do mercado de trabalho informal. Dessa forma, garante o direito de estudar, cuja prioridade era a educação como pré-condição, em direção à universalização da educação. Os autores partiram do pressuposto de que há muitos estudantes que deixam de frequentar a escola, em razão de terem que ajudar no custeio da renda familiar, estando na condição de pobreza. Nesse sentido, não dão a devida importância à educação formal, que futuramente poderia lhe tirar de tal situação. Há, portanto, a necessidade do pagamento de um benefício para atraí-las à escola:

Portanto, é no bojo de um Sistema de Proteção Social em redimensionamento que vem se ampliando um espaço de debate e de implementação de Programas de Transferência de Renda, alcançando, a partir de 2001, um elevado nível de expansão, sobretudo com a implantação de programas de iniciativa do Governo Federal, implantados em todos os municípios brasileiros (SILVA; YAZBECK; GIOVANNI, 2014, p.47).

As ações implementadas pelo poder público, no intuito de cumprir o que determina as legislações, explicitadas nos dispositivos legais da Constituição Federal (BRASIL, 1988), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) mostram a

obrigatoriedade de oferta da educação, acesso, permanência e qualidade da educação.

O país vive uma discussão vasta sobre a questão da definição da categoria política pública. Essa não é uma tarefa fácil, pois é necessário considerar a complexidade constituída pelas instituições. Dessa forma, muitos estudiosos enfatizam que elas têm, por finalidade, o desenvolvimento de ações do governo para amenizar situações de desigualdades estruturais, produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico, que exclui os direitos sociais básicos de uma parcela da população.

É pertinente enfatizar que os Programas de Transferência de Renda contribuem para a efetivação da obrigatoriedade da matrícula e da permanência do aluno na escola, tendo uma influência positiva na assiduidade. Além disso, também atua na diminuição dos níveis de repetência e de abandono escolar. E ainda, o Programa considerou a escolarização como um meio de emancipação e de inserção social. Dessa forma:

Alguns estudos demonstram que houve aumento significativo na frequência escolar das crianças e adolescentes cujos pais são beneficiários do Programa Bolsa Família. Entretanto, sem serviços públicos de qualidade, poucos terão efeito às contrapartidas exigidas. Por isso, reitera-se que o Programa Bolsa Família, sozinho, não é suficiente. Em longo prazo, muito mais eficaz que a implantação de programas de transferência direta de renda seria uma efetiva melhora nos serviços públicos básicos, como saúde, educação, saneamento básico, moradia etc (SALES, 2015, p.242).

Assim, para a efetivação dessa política pública, o trabalho intersetorial precisa estar vinculado a ações compartilhadas das áreas da Assistência Social, Educação e Saúde, para que juntas, elas fortaleçam a rede de proteção social das famílias beneficiárias. Um aspecto relevante é o fato de a pobreza ser, muitas vezes, a razão principal para que as crianças comecem a trabalhar prematuramente. Isso dá origem a um círculo vicioso, pois trabalho prematuro perpetua à pobreza, tirando da criança a oportunidade de conseguir educação e habilidades para se profissionalizar. Assim, a erradicação da pobreza extrema e da fome é essencial para combater o trabalho infantil, oportunizando uma formação adequada que possibilite, a esse indivíduo, mais oportunidades. Nesse sentido, a redução do trabalho infantil é um pré-requisito para a redução da pobreza, tanto a longo, quanto em curto prazo (SILVA, 2016).

Para Silva (2016), o trabalho infantil é um reflexo da pobreza e extrema pobreza, deixa crianças e adolescentes excluídos, à medida que o ciclo se perpetua de uma geração para outra. Dificilmente será assegurado o trabalho durante a maturidade, se as crianças não tiverem oportunidade de se desenvolverem normalmente e adquirir as habilidades de educação e de vida de que precisam a fim de se tornarem membros produtivos da sociedade, quando adultas.

Diante do exposto, não se espera que a educação resolva todos os problemas sociais, porém, é imprescindível um olhar diferenciado e intersetorial para as situações de vulnerabilidades sociais em que muitos alunos se encontram nas escolas. Uma das funções dos educadores é identificar as demandas e encaminhá-las aos serviços de apoio social existentes no município, estruturados especificamente para as necessidades não escolares, por exemplo: o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), além dos serviços de saúde, entre outros.

Desse modo, entende-se que as condicionalidades são necessárias e podem ser exigidas, desde que a família não seja penalizada pelas deficiências na prestação de serviços por parte do Estado. As contrapartidas contribuem para a construção da cidadania e da noção de responsabilidade social e, inclusive, para aceitação do Programa perante outros seguimentos da sociedade, bem como para afastar a ideia de que se trata de favor ou esmola governamental (SALES, 2015, p.245).

Cabe ressaltar que, com o cumprimento da condicionalidade da educação, que corresponde a alunos com frequência integral, as escolas e seus profissionais formam um universo capaz de propiciar o desenvolvimento do aluno, bem como de criar condições para que ocorram aprendizagens significativas e interações entre alunos, professores, gestores e demais membros da equipe técnica, favorecendo ou não os processos informativos e de comunicação na escola. Nesse ambiente de diversidade, no entanto, também ocorrem brigas, atos de agressividade e de violência, e as medidas tomadas para solucionar os conflitos, em geral, cabem à direção da escola. Os procedimentos adotados são, em sua maioria, advertências, suspensões, transferências e expulsões, conforme a gravidade do caso analisado pela escola.

Cabe destacar, que a organização do Programa, entre os entes federados, está explicitada na Figura 1.

Figura 1 - Gestão do cadastro único



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário-MDSA

E ainda a área da educação realiza o acompanhamento por meio da inserção da frequência escolar no Sistema Presença, ocorrendo a cada dois meses.

No caso do gestor da escola, ele tem a obrigatoriedade de preencher o formulário de frequência, bem como os motivos que caracterizam a baixa frequência, de acordo com a Portaria Interministerial nº 3.789, de 17 de novembro de 2004 (BRASIL, 2004c) do Ministério da Educação.

É relevante registrar que o Programa Bolsa Família é coordenado também pela Secretária de Renda e Cidadania (SENARC) do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS). Ela é responsável por realizar o repasse dos valores pagos às famílias beneficiárias, além dos procedimentos de bloqueio, suspensão, bem como a formulação do questionário, respondida pelo grupo familiar no Cadastro Único, regulamentado pelo decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007 (BRASIL, 2007). Além disso, a Secretaria de Avaliação da Informação (SAGI) é responsável pela avaliação dos impactos positivos e negativos do Programa. Por fim, a Caixa Econômica Federal deve repassar o pagamento a essas famílias beneficiárias.

A efetivação da frequência escolar é preconizada nas legislações da Constituição Federal, no artigo 208, através da Lei de Diretrizes e Bases da

Educação (LDB). A definição dos direitos, competências e obrigações é feita nos artigos 5º, 9º, 12º, 24º. Além disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) também retrata a permanência na escola nos artigos 53 e 56. Esses mecanismos legais são responsáveis por evitar o abandono escolar.

Assim, o autor nos traz uma reflexão,

Dentro de uma mesma cidade e amparadas pelas mesmas legislações e políticas, diferentes crianças e jovens não têm acesso aos mesmos direitos. E quando têm, como é o caso do acesso à escola, direito quase universalizado no país, isso se dá em condições bastante desiguais. Uma das maneiras, que temos de abordar a questão da pobreza no Brasil é utilizando os dados gerados pelo Programa Bolsa Família, que busca aliar a política de transferência de renda às famílias com a garantia do direito à educação de crianças, jovens e adolescentes em situação de pobreza no Brasil (LEITE, p.14, 2015).

Apresentaremos, na seção 1.4, a descrição do Programa Bolsa Família no combate ao abandono escolar e como vem sendo realizada a gestão no estado do Amazonas.

1.5 PANORAMA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO AMAZONAS- ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA PARA A GESTÃO DO PROGRAMA NAS ESCOLAS

Segundo Sales (2015), os programas de transferência de renda têm um papel fundamental na educação, sob o pressuposto de que, mediante a participação na escola, há a garantia de um futuro com expectativas de melhoria econômica e transformação no ciclo geracional da pobreza dessas famílias. No caso do Programa Bolsa Família, a frequência escolar, de crianças e adolescentes entre 06 e 17 anos, é uma condição determinante para a permanência no Programa.

Em relação à relevância do Programa na redução da desigualdade, na diminuição da infrequência escolar e na interrupção do ciclo de pobreza:

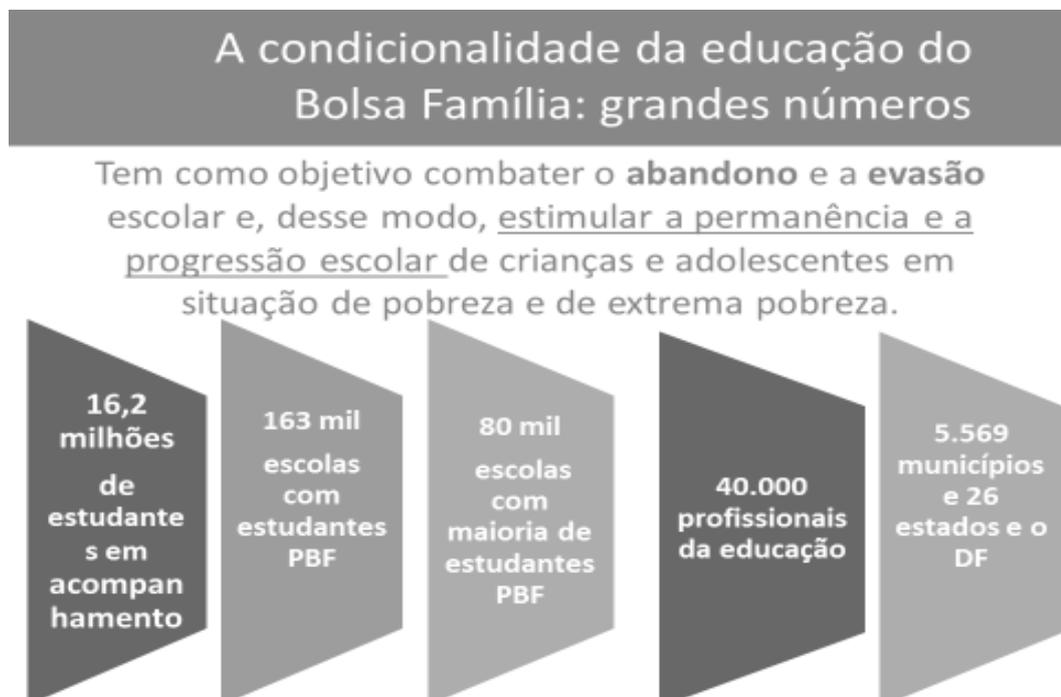
A baixa escolaridade é o principal empecilho para que ocorra menor disparidade entre ricos e pobres, e o chama a atenção é que esta pobreza é transmitida de pai para filho, ocorrendo um ciclo de geração em geração. Isso quer dizer que os filhos de pais pobres têm mais chances de serem pobres, e quando crescerem e tiverem seus filhos, eles terão grandes chances de serem pobres também.

Deve ocorrer um rompimento neste ciclo, por isso a Educação e Saúde vêm como condicionalidade na constituição Programa Bolsa Família, partindo do princípio de que quem tem mais anos de estudos ganham as melhores rendas e tem acesso a melhor saúde (BRASIL, 2011b, 10).

De fato, a educação, como direito e caminho para uma melhoria econômica de vida, corrobora para a efetivação do cumprimento das condicionalidades dessas famílias beneficiárias, quando fortalece a obrigatoriedade da matrícula e da permanência do aluno no espaço escolar.

Uma das condições para as famílias serem contempladas no Programa Bolsa Família é o cumprimento das condicionalidades na Assistência Social, Educação e Saúde, que, no caso, será enfatizado na área da educação. As condicionalidades são deveres determinados pela Lei nº 10.836 (BRASIL, 2004), que impõe a obrigatoriedade de todos os beneficiários cumprirem requisitos mínimos para a sua devida manutenção. Nesse sentido, o setor público tem a responsabilidade de ofertar serviços de assistência social, educação e saúde, para que essas famílias possam usufruir de tais direitos. Vejamos a Figura 2.

Figura 2 - Dados da educação no cumprimento da condicionalidade



Fonte: Ministério da Educação.

Quando se identifica algum descumprimento dessas famílias às condicionalidades das três áreas, são necessárias ações articuladas para a superação das vulnerabilidades identificadas e dos riscos sociais a que estão inseridas. Uma dessas ações é o acompanhamento familiar, realizado pelas equipes de assistentes sociais e psicólogos dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Esse acompanhamento é pautado no desenvolvimento de intervenções, em que a família é levada a pensar sobre a sua realidade e possíveis mudanças na transformação de suas relações.

Na área da Educação, o acompanhamento da frequência escolar dos alunos de famílias beneficiárias acontece bimestralmente, por meio do Sistema Presença, que é alimentado pelos 62 Coordenadores Municipais do Programa Bolsa Família, que, em sua grande maioria, desenvolvem o trabalho nos municípios subordinados à Coordenação Estadual da SEDUC. Assim, os gestores escolares dão suporte ao trabalho, realizando a frequência online, com o registro de presenças e faltas. Além disso, também documentam a “Lista de Motivos da Baixa Frequência” (APÊNDICE A), que tem por objetivo caracterizar indícios, para posterior identificação real, das causas que estariam provocando a baixa frequência do estudante.

A partir desses registros, o Sistema de Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes¹⁰ pode ser acionado e, mediante esses referidos dados, é capaz de tomar providências legais. Na Tabela 1, exemplificamos os motivos de baixa frequência, apontados pelos dados dos anos 2013, 2014 e 2015, dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família nas escolas.

Tabela 1 - Registro total de alunos com baixa frequência do Programa Bolsa Família no Amazonas

Ano	Nº de alunos do Programa Bolsa Família	Baixa Frequência %	Motivos de Baixa Frequência
2013	4.285	5,29	Desmotivação/desinteresse
2014	3.379	4,31	Abandono Escolar
2015	3.591	4,72	Não quer mais estudar

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Sistema Presença do MEC.

¹⁰ Conjunto de programas e benefícios oferecido pelo setor público, pelo privado e pela sociedade civil, que assegura os direitos básicos de um determinado grupo social, no caso crianças e adolescentes vítimas de violação de direitos para promoção, defesa e controle para efetivação dos direitos legais.

De acordo com o Sistema Presença do Ministério da Educação, as escolas estaduais de Manaus compreendiam, no ano de 2013, um total de 80.970 alunos; no ano de 2014, um total de 78.273 alunos; e, no ano de 2015, 75.947 alunos beneficiários de 6 a 15 anos.

Enfatizamos também que o Coordenador Municipal do Programa desempenha atividades paralelas, uma delas é que após concluído o período de coleta de dados, é realizado a apropriação das informações do Relatório Gerencial, oriundas do Sistema Presença do MEC, para análise dos dados de cada município para os encaminhamentos devidos.

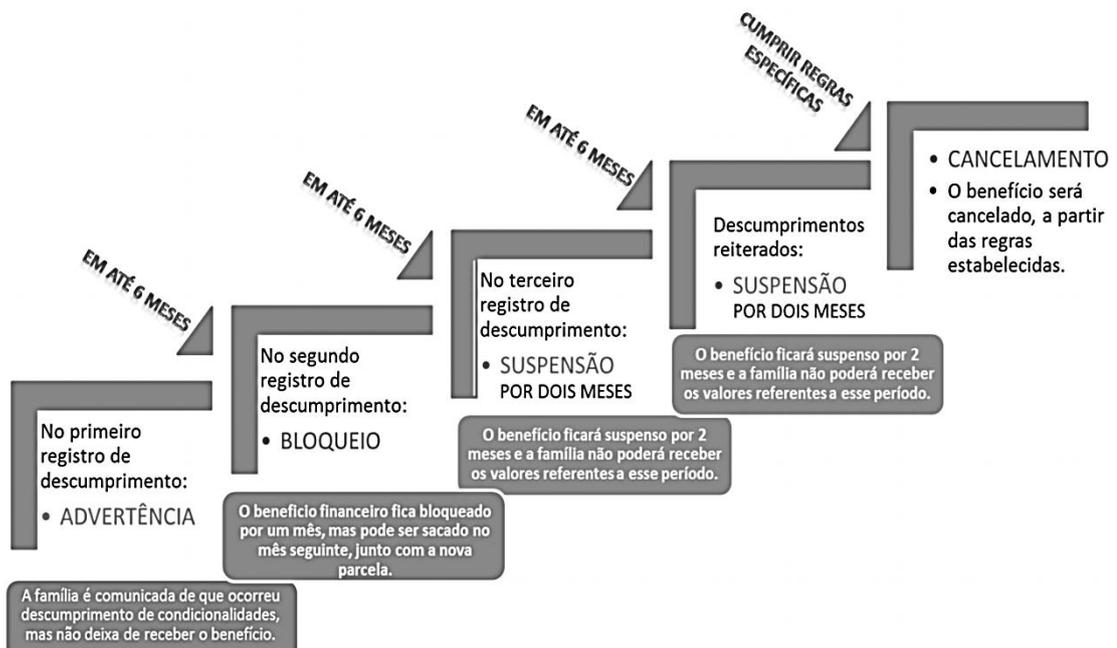
A partir desse trabalho de análise do Relatório Gerencial, realiza-se a leitura de como se apresentam os dados do cumprimento da frequência escolar no Sistema Presença do Programa Bolsa Família, sendo identificadas as seguintes informações: escolas sem informação de frequência; escolas com casos de frequência inferiores a 85% e 75%; quantidade e percentual de alunos com frequência inferior a 85% das aulas; quantidade e percentual de alunos com frequência igual ou superior a 85% ou 75% das aulas; quantidade e percentual de alunos em “Escola/INEP não identificada”; quantidade e percentual de beneficiários indicados como “não localizados”; e, por fim, quantidade e percentual total de alunos com informação de frequência e sem informação de frequência.

A partir dessa análise, o cumprimento ou não da condicionalidade (Frequência mínima de 85%) permite, em parceria com outras áreas da saúde e da assistência social, atuar na efetividade de uma política pública.

A partir dos dados registrados pelos municípios e pelas escolas no Sistema Presença, as informações são disponibilizadas ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), pela base de dados do Cadastro Único. Posteriormente, há a análise dos efeitos de gestão e o pagamento dos benefícios ou cancelamento do mesmo, a responsabilidade dos beneficiários na gestão do Programa.

Embora seja realizado todo um acompanhamento da condicionalidade na educação, pela Coordenação no Sistema Presença, as famílias são alertadas sobre o descumprimento de frequentar a escola. Segundo a Portaria nº 251, de 12 de dezembro de 2012 (BRASIL, 2012), que determina os efeitos “gradativos”, são apresentadas, no extrato de pagamento realizado pela Caixa Econômica Federal, informações como: alerta, suspensão e bloqueio, podendo chegar ao cancelamento do benefício, conforme demonstra a Figura 3.

Figura 3 - Repercussão Gradativa



Fonte: Secretaria Nacional de Renda e Cidadania.

O acompanhamento de famílias, em descumprimento das condicionalidades, obedece todo um esquema, acordado pelas áreas da Assistência Social, Educação e Saúde. O objetivo é o de auxiliar as referidas famílias, consideradas em situação de maior vulnerabilidade social, na superação das dificuldades encontradas no cumprimento das condicionalidades. Esse acompanhamento ocorre, uma vez que a família pode ter o benefício bloqueado, suspenso ou até mesmo cancelado.

O referido acompanhamento é realizado pelo Programa de Atenção Integral a Família (PAIF), especificamente pelas equipes que compõem o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e o Centro Especializado de Assistência Social (CREAS). Além disso, ele também é realizado pelas equipes da Proteção Social Básica (PSB) e pela Proteção Social Especial (PSE), vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social. Dessa forma, a partir dessa iniciativa, é possível trabalhar, com essas famílias, para a superação das vulnerabilidades sociais e também dos riscos sociais a que são expostas.

Diante do exposto, o alerta realizado às famílias, sobre o descumprimento das condicionalidades pelas áreas envolvidas, tem um papel fundamental no acompanhamento e na efetivação dessas condicionalidades. Com isso, as famílias entendem as suas responsabilidades, assumidas junto às diretrizes do Programa.

Enfatizamos que, paralelamente às fases do descumprimento, as famílias são acompanhadas pelo poder público, com a finalidade de identificar os motivos do não cumprimento. Posteriormente, são definidas as ações de acompanhamento das famílias em descumprimento, com índices de maior vulnerabilidade social.

Vale ressaltar que o papel fundamental do acompanhamento familiar é reverter o quadro situacional, superando as dificuldades enfrentadas para o cumprimento das condicionalidades. Dessa forma, elas são acompanhadas pelos serviços sócio assistenciais, de forma que a sua situação monetária fique estabilizada novamente.

Assim, fica evidente como é importante:

O trabalho de acompanhamento familiar é compreendido como estratégia para trabalhar a superação das vulnerabilidades sociais que impedem que a família cumpra os compromissos previstos no Programa Bolsa Família. Ademais, ocorre no intuito de contribuir para manutenção do benefício financeiro articulado com a inclusão das famílias em atividades no âmbito do Sistema Único de Assistência Social-SUAS, bem como em serviços de outras políticas setoriais (SILVA, 2015, p.114).

Entendemos que esse trabalho, realizado com as famílias, deve ser vinculado a outras áreas da Assistência Social. Entretanto, embora haja a realização de todo o acompanhamento das três áreas, muitas famílias permanecem nesta condição de descumprimento, em virtude da limitação das famílias, em relação ao acesso aos serviços sociais, podendo agravar as situações de vulnerabilidade. Dada a fragilidade e ausência de condições estruturais e, principalmente, da garantia das legislações que preconizam direitos sociais a essa parcela da população, cabe ao estado tal responsabilidade.

Ressaltamos que, na Tabela 2, a Média da taxa de abandono escolar, por Coordenadoria Distrital do Ensino Fundamental, do 1º ao 9º ano dos anos de 2013, 2014 e 2015, demonstra que, na Coordenadoria Distrital 6, há um número maior de alunos na condição de abandono escolar. Essa taxa é correspondendo a 1.436 alunos, com percentual de 7,14. Esse fato pode ser comprovado nos dados a seguir:

Tabela 2 - Média Total de 3 anos - Taxa de Abandono Escolar por Coordenadoria Distrital, do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental, dos anos de 2013, 2014 e 2015

Coordenadoria Distrital	Matrícula	Abandono	% de Abandono
01	10.581	441	4,17
02	18.897	613	3,24
03	15.229	617	4,05
04	16.714	1.159	6,93
05	18.874	1.214	6,43
06	20.121	1.436	7,14
07	21.262	1.095	5,15

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do SIGEAM.

Diante do exposto, percebemos que a Coordenadoria Distrital 06 apresenta a maior taxa de alunos na condição de abandono escolar. Além disso, com essa situação, a problemática do abandono escolar preocupa os profissionais da escola, pois não foi possível identificar quais os motivos de muitos alunos perderem o interesse pelo estudo. Além disso, em muitos casos, a ausência nas aulas pode caracterizar a situação de vulnerabilidade social em que se encontram.

Enfatizamos que será realizada uma explanação sobre o histórico, identificando as escolas com as taxas de abandono escolar e os problemas que estão refletindo no espaço escolar da Coordenadoria Distrital 6. Além disso, será apresentado um recorte dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família, que estão na condição de abandono escolar.

1.6 A COORDENADORIA DISTRITAL 6

A Coordenadoria Distrital 6 foi instituída pela Lei Delegada n.º 8, de 05 de julho de 2005, e regulamentada no novo organograma da SEDUC, pela Lei Delegada n.º 78, de 18 de maio de 2007. Está localizada na Zona Norte de Manaus, na Rua Cel. Taborda de Miranda, Quadra 115, nº 31, Núcleo 03, no bairro da Cidade Nova. Além disso, desde 2011, é composta por 27 escolas, sendo duas de Tempo Integral e um anexo. Ademais, a sua área abrange os bairros da Cidade Nova, Novo Aleixo, Nova Cidade, Manôa, Mundo Novo, Alfredo Nascimento, Nossa Senhora de Fátima e Amazonino Mendes e Cidade de Deus.

Dentro desse quadro funcional, há um Coordenador Adjunto, Administrativo e Financeiro e três Coordenadores Adjuntos Pedagógicos. A Coordenadoria possui, ainda, nove Supervisores Pedagógicos, um Assessor do Abandono Escolar, um Assessor de Recursos Federais, uma Assessora de Projetos, um Ouvidor Distrital e um Coordenador de Educação Física.

A coordenadoria tem, por trabalho, representar a SEDUC/AM nas escolas e comunidades sob a sua responsabilidade, intermediando as suas demandas. Nesse sentido, tem o papel de coordenar, implementar, assessorar e acompanhar as suas ações, de acordo com as diretrizes emanadas da sede, criando condições para a realização de uma educação de excelência.

A partir das atividades implementadas nas escolas da Coordenadoria 6, outros fatores também são acompanhados. Em relação à Coordenadoria Distrital 06, as taxas, dos alunos do Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano, são: no ano de 2013, 7,7% dos 21.782 alunos matriculados; em 2014, 7,52% dos 20.259 alunos matriculados; e, em 2015, 6,98% dos 18.323 alunos matriculados.

Diante dos dados apresentados, verificamos que as taxas de abandono escolar das Coordenadorias Distritais 6 da SEDUC-AM demonstram que uma parcela significativa dos jovens está abandonando a escola. Nesse sentido, são necessárias discussões e reflexões sobre esse fenômeno para a elaboração de estratégias para amenizar tal situação.

1.6.1 Abandono Escolar na Coordenadoria Distrital 06

As escolas da Coordenadoria Distrital 6 estão localizadas na zona Norte da cidade de Manaus. No ano de 2013, havia 21.782 alunos matriculados; em 2014, um total de 20.259; e, em 2015, eram 18.323 alunos matriculados no Ensino Fundamental.

Como garantia da permanência do aluno na escola, o poder público, juntamente com o Conselho Tutelar e o Ministério Público, fiscaliza esse público. Nesse sentido, procura-se salvaguardar esses direitos, como preconiza os artigos 53 e 57 do Estatuto da Criança e do Adolescente, em relação ao direito à educação.

Além desses órgãos, a escola tem, como aliados para a efetivação da permanência do aluno na escola, dispositivos legais próprios, como o projeto político pedagógico e o regimento escolar.

Enfatizamos que, nas tabelas abaixo, demonstraremos as taxas de abandono, relativas a um recorte dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família, nos anos de 2013, 2014 e 2015 das escolas da Coordenaria Distrital 06:

Tabela 3 - Comparação das Taxas de Abandono Escolar entre os alunos do Programa Bolsa Família e demais alunos no Ensino Fundamental, do 1º ao 9º ano de 2013, das escolas da Coordenadoria Distrital 06

Nº	Escolas Estaduais	Nº de alunos matriculados	Aband	Aband %	Nº de alunos PBF	Nº de alunos PBF Aband	AlunosPBF Aband %
01	Belarmino Marreiro	944	48	5,1	363	0	0
02	Cid Cabral	706	39	5,5	271	0	0
04	D. Milton Correa P.	799	150	18,8	250	0	0
05	D.João de Lima	1.710	204	11,9	507	1	0,20
06	Dr. José Milton Bandeira	536	40	7,5	168	15	8,93
07	Eng. Artur Amorim	1.356	81	6,0	439	12	2,73
08	Elira Pinheiro	875	21	2,4	412	0	0
09	Francisca de Paula	1.101	56	5,1	421	7	1,66
10	Frei Mario Monacelli	527	85	16,1	216	0	0
11	Homero de Miranda	93	1	1,1	86	0	0
12	Letício de Campos	1.719	67	3,9	827	0	0
13	Maria do Céu Vaz de Oliveira	615	32	5,2	226	0	0
14	Osmar Pedrosa	1.112	44	4,0	407	0	0
15	Profª Hilda Tribuzy	1.586	43	2,7	549	0	0
16	Prof. José Lindoso	1.728	257	14,9	614	26	4,23
17	Prof. Júlio César Passos	605	20	3,3	298	6	2,01
18	Prof. Juracy Batista	1.902	267	14,0	744	0	0
19	Profª. Lenina Ferraro	840	9	1,1	392	0	0
20	Profª. Wilma Geber	411	0	0,0	205	0	0
21	Raio de Sol	602	11	1,8	315	4	1,27
22	Raimunda Holanda	443	26	5,9	223	13	5,83
23	Tempo Integral Marcantonio Vilaça II	632	0	0,0	29	0	0
TOTAL		21.782	1.668	7,7	8.660	84	0,97

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Sistema Presença do MEC e do SIGEAM.

Verificamos que, em 2013, as taxas de abandono representaram 1.668 alunos matriculados das escolas da Coordenadoria Distrital 06. A maior parte desses números representa alunos do Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano, que supostamente apresentam algum tipo de problema, responsável por provocar tal situação. E outro ponto a destacar são que os casos de abandono escolar não acontecem sucessivamente em todas as escolas da referida Coordenadoria.

Os alunos do Ensino Fundamental, a taxa de abandono escolar é menor para os estudantes do Programa Bolsa Família em comparação com os demais da rede pública estadual da Coordenadoria Distrital 6 (7,7% contra 0,97%) com enorme percentual de diferencial positivo para os estudantes do PBF, ver Tabela 3. Observando-se especificamente os estudantes das famílias beneficiárias acompanhados pelas condicionalidades, existe um equilíbrio na trajetória escolar, pois os alunos acabam por abandonarem menos a escola com melhores taxas nos índices de aprovação escolar.

Os referidos resultados sinalizam um esforço na permanência na escola e a questão da inclusão dos estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família quanto a prevenção ao abandono escolar.

Tabela 4 - Comparação das Taxas de Abandono Escolar entre os alunos do Programa Bolsa Família e demais alunos no Ensino Fundamental, do 1º ao 9º ano de 2014, das escolas da Coordenadoria Distrital 06

Nº	Escolas Estaduais	Nº de alunos matriculados	Aband	Aband %	Nº de alunos PBF	Nº de alunos PBF Aband	AlunosPBF Aband %
01	Belarmino Marreiro	913	79	8,7	367	0	0
02	Cid Cabral	584	34	5,8	257	0	0
03	Des.André Vidal	800	102	12,8	408	0	0
04	D. Milton Correa	567	57	10,1	243	5	2,06
05	D. João de Lima	1.428	125	8,8	542	12	2,21
06	Dr. José Milton	395	27	6,8	161	0	0
07	Eng. Artur S. Amorim	1.509	161	10,7	436	0	0
08	Elira Pinheiro	855	35	4,1	459	2	0,44
09	Francisca de Paula Jesus	951	46	4,8	428	0	0
10	Frei Mario Monacelli	600	99	16,5	223	0	0
11	Homero de Miranda Leão	—	—	—	72	0	0
12	Letício de Campos	1.799	161	8,9	821	10	1,22
13	Maria do Céu	483	22	4,6	220	0	0
14	Osmar Pedrosa	886	72	8,1	402	0	0
15	Profª Hilda Tribuzy	1.475	4	0,3	581	0	0
16	Prof. José Bernardino	1.426	184	12,9	603	34	5,64
17	Prof. Júlio César de Moraes	610	28	4,6	289	0	0
18	Prof. Juracy Batista Gomes	1.393	252	14,0	738	0	0
19	Profª.Lenina Ferraro da Silva	838	24	2,9	402	0	0
20	Prof. Wilma Vitoriano Geber	429	3	0,7	209	0	0
21	Raio de Sol	606	0	0,0	325	0	0
22	Raimunda Holanda	438	9	2,1	211	0	0
23	Marcantonio Vilaça II	872	0	0,0	26	0	0
TOTAL		20.259	1.524	7,52	8.661	63	0,73

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Sistema Presença do MEC e do SIGEAM.

Na faixa etária de 6 a 17 anos, correspondentes aos anos iniciais do ensino fundamental, em 2014, houve uma pequena queda no número de alunos que

abandonaram a escola, de acordo com dados da Tabela 4. Nesse sentido, podemos concluir que essas taxas de abandono vêm decaindo, como nos demonstra a Tabela seguinte.

Muitos fatores apontam para as causas do abandono escolar, sendo uma delas o “insucesso da aprendizagem” desses alunos, que perpassam pelas diferenças de classes sociais, que segundo Dias:

É essa escola das classes trabalhadoras que vem fracassando em todo lugar. Não são as diferenças de clima ou de região que marcam as grandes diferenças entre escola possível ou impossível, mas as diferenças de classe. As políticas oficiais tentam ocultar esse caráter de classe no fracasso escolar, apresentando os problemas e as soluções com políticas regionais e locais (DIAS, 2013, p.20).

De acordo com Fernandes (2005), outro fator apontado como causador dessa problemática seriam as avaliações externas, haja vista que são excludentes e acabam por reforçar as diferenças de classes. Essas crianças perderam o interesse pelo conteúdo apresentado, uma vez que, em muitos casos, esse conteúdo não tem relação alguma com a sua prática do cotidiano.

Destacamos que as taxas de abandono escolar de alunos que não são beneficiários do Programa Bolsa Família são bastante expressivas nos anos de 2013, 2014 e 2015, como por exemplo, a Escola Estadual Belarmino Marreiro que no último ano resultou em 12,1% e a Escola Estadual José Benardino Lindoso com 18,1% altos índices de abandono escolar em relação as demais escolas.

Tabela 5 - Comparação das Taxas de Abandono Escolar entre os alunos do Programa Bolsa Família e demais alunos no Ensino Fundamental, do 1º ao 9º ano de 2015, das escolas da Coordenadoria Distrital 06

Nº	Escolas Estaduais	Nº de alunos matriculados	Aband.	Aband %	Nº de alunos PBF	Nº de alunos PBF Aband	AlunosPBF Aband %
01	Belarmino Marreiro	854	103	12,1	354	30	8,47
02	Cid Cabral	265	33	12,5	168	0	0
03	Des.André Vidal	490	71	14,5	222	0	0
04	D. Milton Correa Pereira	411	24	5,8	165	0	0
05	D.João deLima	1.431	100	7,0	532	14	2,63
06	Dr. José Milton Bandeira	181	7	3,9	127	0	0
07	Eng. Artur Amorim	1.310	112	8,5	417	0	0
08	Elira Pinheiro	741	12	1,6	375	4	1,07
09	Francisca de Paula	1.031	57	5,5	430	0	0
10	Frei Mario Monacelli	501	71	14,2	196	0	0
11	Homero de Miranda Leão	—	—	—	52	0	0
12	Leticio de Campos	1.834	108	5,9	813	21	2,58
13	Maria do Céu Vaz de Oliveira	227	3	1,3	99	0	0
14	Osmar Pedrosa	1.094	85	7,8	449	0	0
15	Profª. Hilda de Tribuzy	1.485	18	1,2	570	0	0
16	Prof.José Lindoso	958	173	18,1	393	0	0
17	Prof. Júlio César de Moraes	619	15	2,4	280	0	0
18	Prof.Juracy Batista Gomes	1.414	90	5	719	0	0
19	Profª.Lenina Ferraro	843	30	3,6	370	0	0
20	Profª.Wilma Vitoriano Geber	457	0	0,0	226	0	0
21	Raio de Sol	605	0	0,0	311	0	0
22	Raimunda Holanda	322	3	0,9	211	0	0
23	Marcantonio Vilaça II	1.073	1	0,1	30	0	0
	TOTAL	18.323	1.116	6,98	7.735	69	0,89

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Sistema Presença do MEC e do SIGEAM.

Diante, dos dados apresentados foi selecionado um número de escolas, com taxas altas de abandono escolar nos três últimos anos, que compreendem 2013, 2014 e 2015. Dentre elas, destacamos as escolas estaduais Dom João de Souza, Engenheiro Arthur Soares Amorim, com taxas de abandono de alunos beneficiários do Programa Bolsa Família e as escolas Juracy Batista e Belarmino Marreiro, com taxas dos alunos do Ensino Fundamental.

Considero pertinente a análise da escola estadual Vilma Vitoriano, uma vez que ela apresenta baixos índices de abandono escolar, visto que atende a alunos do 1º ao 5º ano, numa área da cidade de Manaus com vulnerabilidade social. Em um bairro, denominado Cidade de Deus, em que a pobreza tem uma grande relação com as desigualdades sociais. Apesar de todos esses fatores negativos, a escola tem conseguido, de alguma forma, contribuir para a redução considerável do abandono escolar.

É importante registrar que, segundo o Relatório de Desenvolvimento de 2012, um em cada quatro alunos que inicia o Ensino Fundamental abandona a escola antes de completar a última série. Esse dado foi divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), havendo uma taxa de 24,3% no Brasil, sendo a terceira maior taxa de abandono.

No estado do Amazonas, precisamente na capital, Manaus, as escolas estaduais do Ensino Fundamental têm, em média, nos últimos anos de 2013, 2014 e 2015, 121.678 alunos matriculados, com uma taxa de 5,40% de abandono escolar, de acordo com o SIGEAM:

Outro autor, Charlot, enfatiza que a dificuldade de aprendizagem está relacionada com o cenário de sucesso ou insucesso.

O “fracasso escolar” não existe; o que existe são alunos fracassados, situações de fracasso, histórias escolares que terminam mal. Esses alunos, essas situações, essas histórias é que devem ser analisados, e não algum objeto misterioso, ou algum vírus resistente, chamado “fracasso escolar” (CHARLOT, 2000, p. 16).

Assim, os fatores que causam esse fenômeno do sucesso ou do “fracasso escolar” representam, para os professores, uma multiplicidade de situações do cotidiano do aluno (Charlot,2000). Nesse sentido, essas causas precisam ser revistas, de forma que sejam tratadas de forma adequada.

Um desafio posto é a complexidade dinâmica da motivação entre o aluno e o professor. Nesse sentido, tornar as aulas mais interessantes, com ênfase no domínio de práticas e técnicas de motivação, é uma forma de prevenir o abandono escolar. Não é uma tarefa fácil de resolver, em razão da multiplicidade dos fatos, já que não existem “receitas prontas” de como proceder num ambiente de sala de aula. Esse contexto é marcado por currículos defasados, que não estão adequados à realidade e às necessidades dos alunos, com tantas diversidades e especificidades culturais.

Assim, na próxima seção, serão descritas as escolas estaduais da Coordenadoria Distrital 6, no intuito de caracterizar as instituições que fazem parte do recorte, tendo sido nelas realizada a pesquisa de campo, por meio de entrevistas sobre o abandono escolar.

1.7 CARACTERIZAÇÃO DAS ESCOLAS ESTADUAIS DA PESQUISA DE CAMPO

1.7.1 **Escola Estadual Belarmino Alves Marreiro**

A Escola Estadual Belarmino Marreiro, criada pelo Decreto de Lei nº 22.611, de 15 de maio de 2002, está localizada na Rua Junqueira, s/nº, Bairro Novo Aleixo, Cidade Nova III. A escola está localizada em um bairro que não possui nenhum tipo de atrativo cultural ou desportivo. Nesse sentido, os alunos buscam, na escola, preencher essa lacuna. Nesse contexto, o Projeto Jovem Cidadão é um parceiro importante, pois, ao completarem 12 anos, os alunos são inseridos no projeto, sendo realizadas, no contra turno, atividades desportivas e culturais. Os alunos da escola realizam, também, atividades no Núcleo do Projeto Jovem Cidadão, que funciona na Escola Estadual Arthur Soares Amorim.

De acordo com os dados do Projeto Político Pedagógico-PPP da Escola Estadual Belarmino Marreiro, o nível socioeconômico da comunidade é baixo. Nesse documento, consta que há falta de emprego e que não possuem emprego com direitos trabalhistas garantidos no PPP da escola. Nesse sentido, sobrevivem de atividades informais e utiliza o auxílio do Programa do Governo Federal Bolsa Família para complementar a renda familiar.

A Equipe Gestora é formada pela gestora, com formação superior e uma secretária, também com formação superior, ambas nomeadas pela Secretaria de

Educação. Além disso, também há um assistente administrativo efetivo, com Ensino Superior Incompleto; quatro merendeiras, que atendem nos dois turnos; quatro serviços gerais e um vigilante. Esses dados são apresentados no Quadro 1:

Quadro 1 - Dados de Equipe Gestora da E.E. Belarmino Marreiro

Função	Quantitativo	Situação Funcional	Titulação
Gestora	1	Efetiva	Pós-Graduada
Secretária	1	Efetiva	Graduada
Assistente Administrativo	1	Efetiva	Superior Incompleto
Merendeiras	4	Efetiva	Ensino Médio
Aux. de Serv. Gerais	4	Efetiva	Ensino Médio
Vigilante	1	Terceirizado	Ensino Médio

Fonte: SIGEAM (2017).

O corpo docente é composto por 40 professores, sendo que 20 atuam no Ensino Fundamental nos anos iniciais, do 1º ao 5º ano; e 20 atuam no Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano. Além disso, todos os professores possuem formação de nível Superior na área em que atuam e a maioria são servidores efetivos da Secretaria. Isso é demonstrado na Tabela 6:

Tabela 6 - Escola Estadual Belarmino Marreiro –Dados dos Professores 2017

Turno	Nº de Professores	SITUAÇÃO FUNCIONAL		TITULAÇÃO-	
Matutino	20	Efetivo	Processo Seletivo Simplificado	Graduação	20
				Especialização	-
		20	-	Mestrado	-
				Doutorado	-
Vespertino	20	Efetivo	Processo Seletivo Simplificado	Graduação	20
				Especialização	-
		16	04	Mestrado	-
				Doutorado	-
TOTAL	40				

Fonte: SIGEAM, 2017.

Em cada turno a escola possui um corpo discente com faixa etária e nível de ensino diferenciado. O turno matutino é composto por alunos do 1º ao 5º ano, distribuídos em: 02 turmas de 1º ano; 02 turmas de 2º ano; 04 turmas de 3º ano; 03 turmas de 4º ano; e 03 turmas de 5º ano. Já no turno vespertino, o corpo discente é formado por alunos do Ensino Fundamental, de 6º ao 9º ano, distribuídos em: 03 turmas de 6º ano; 04 turmas de 7º ano; 04 turmas de 8º ano; e 03 turmas de 9º ano, totalizando em 805 alunos nos dois turnos. Como forma de corrigir a distorção idade série, a escola possui 5 turmas do Projeto Avançar, conforme a Tabela 7.

Tabela 7 - Escola Estadual Belarmino Marreiro-Matrículas 2017

Modalidade	Turno	Turmas	Matrículas Efetivadas
Ensino Fundamental 1	Matutino	07	188
Projeto Avançar	Matutino	02	32
	Vespertino	03	87
Ensino Fundamental 2	Matutino	03	97
	Vespertino	09	401
Ensino Médio	Noturno	00	00
TOTAL	--	24	805

Fonte: SIGEAM, 2017.

Assim, segundo a entrevista com a gestora em exercício, a escola tem um excelente ambiente de trabalho com seus professores, principalmente no turno matutino. Segundo seu posicionamento, os educadores sempre apoiam qualquer projeto ou ação da escola, com empenho e dedicação para a qualidade do ensino, no processo ensino-aprendizagem. Os professores do turno vespertino, entretanto, possuem maior resistência na realização de atividades no ambiente escolar.

1.7.2 Escola Estadual Dom João de Souza Lima

A Escola Estadual D. João de Souza Lima, criada pelo Decreto de Lei nº 21.711, de 10 de maio de 2000, está localizada Av. Timbiras, nº 1154, Bairro da Cidade Nova.

A escola possui modalidades do Ensino Fundamental 1 e 2 e do Projeto Avançar, para minimizar a distorção idade-série, atendendo a 1.305 alunos nos três turnos, como mostra a Tabela 8. E ainda, de acordo com o Projeto Político Pedagógico, nas dependências da escola, também há uma sala, sendo ela chamada “Sala de Recursos”. Esse espaço é destinado para alunos com dificuldade de

aprendizagem, sendo que o professor utiliza metodologias específicas para atendimento dessa clientela.

Tabela 8 - Escola Estadual D. João de Souza-Matrículas 2017

Modalidade	Turno	Turmas	Matrículas Efetivas
Ensino Fundamental 1	Matutino	12	365
Projeto Avançar	Matutino	02	50
	Vespertino	05	166
Ensino Fundamental 2	Matutino	00	00
	Vespertino	16	724
Ensino Médio	Noturno	00	00
TOTAL	--	35	1.305

Fonte: SIGEAM, 2017.

O quadro funcional da escola são constituídos por 64 professores, distribuídos nos turnos matutino e vespertino, sendo, em sua maioria, efetivos. 60 profissionais são efetivos da Secretaria de Educação e apenas 4 do Processo Seletivo Simplificado (PSS). Além disso, todos os professores são graduados, sendo que somente 9 possuem especialização e nenhum possui mestrado e doutorado. Essa realidade é demonstrada na Tabela 9.

Tabela 9 - Escola Estadual Dom João de Souza Lima-Dados dos Professores 2017

Turno	Nº de Professores	Situação funcional		Titulação	
		Efetivo	Processo Seletivo Simplificado	Graduação	
Matutino	25	24	01	Graduação	20
				Especialização	05
		-	-	Mestrado	-
				Doutorado	-
Vespertino	39	36	03	Graduação	35
				Especialização	04
		-	-	Mestrado	-
				Doutorado	-
Total	64				

Fonte: SIGEAM, 2017.

A gestora em entrevista relatou sobre alguns dos projetos que constam no Projeto Político Pedagógico-PPP da Escola Estadual D. João de Souza Lima, sendo eles desenvolvidos na escola para a melhoria da aprendizagem nas Disciplinas

escolares com maiores índices de reprovação. Esses projetos são apresentados no Quadro 2:

Quadro 2 - Projetos Desenvolvidos na Escola Estadual Dom João de Souza Lima

Projeto	Objetivo
Projeto de Leitura “Voando nas Asas	Desenvolver o hábito e o prazer pela leitura, de forma lúdica e interdisciplinar
Projeto “Um Olhar sobre os Meios Naturais da Zona Norte de Manaus.	Reconhecer os meios ambientais naturais da região norte de Manaus.
Reforço Escolar	Melhorar o rendimento escolar dos alunos das Disciplinas com maiores dificuldades.
Novo Mais Educação	Melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes.

Fonte: Projeto Político Pedagógico da Escola.

Assim, de acordo com o Projeto Político Pedagógico da escola, os referidos projetos vêm revertendo pontos relevantes para a melhoria do processo ensino-aprendizagem.

1.7.3 Escola Estadual Engenheiro Arthur Soares Amorim

A Escola estadual Engenheiro Artur Soares Amorim, localizada na Rua Cariré, 60 – Núcleo 16 da Cidade Nova, foi criada em 27/04/1987, pelo Decreto Lei nº 10.208/87, a fim de atender grande parte da clientela estudantil do bairro da Cidade Nova, na Educação Básica Fundamental e Médio.

No funcionamento da escola, são atendidos alunos nos turnos matutino e vespertino, com o Projeto Avançar, que tem por objetivo minimizar a distorção idade-série. Além disso, também são atendidos alunos nos dois primeiros turnos do 6º ao 9º ano e no Ensino Médio. Ademais, há uma concentração bem expressiva de alunos do Ensino Médio no turno Vespertino e no noturno, há poucas turmas dessa modalidade. No total, são 1.598 alunos atendidos. É o que visualizamos na Tabela 10.

Tabela 10 - Escola Estadual Engenheiro Arthur Soares Amorim-Matrículas 2017

Modalidade	Turno	Turmas	Matrículas Efetivadas
Ensino Fundamental 1	Matutino	00	00
Projeto Avançar	Matutino	04	128
	Vespertino	02	59
Ensino Fundamental 2	Matutino	16	642
	Vespertino	00	00
Ensino Médio	Vespertino	17	604
	Noturno	06	165
TOTAL	--	45	1.598

Fonte: SIGEAM (2017).

Segundo o Projeto Político Pedagógico (PPP), as principais metas são: Elevar em 5% o índice de aprovação geral da Escola; Reduzir em pelo menos 5% o índice de abandono da Escola; Diminuir o grau de indisciplina, bem como a violência na escola; Resgatar o exercício da cidadania; Buscar inovações metodológicas para o desenvolvimento da aprendizagem; Melhorar a integração escola-família-comunidade.

De acordo com a entrevista com o gestor, a maioria dos alunos é oriunda de bairros mais distantes da escola e, dessa forma, é necessário o transporte para a locomoção. Além disso, muitos alunos de sua clientela não têm condições de comprar materiais básicos escolares.

O quadro de professores é composto por 82 profissionais, a sua maioria é efetiva da Secretaria de Educação, sendo todos graduados nas referidas áreas, um deles possui especialização e dois possuem mestrado. É o que demonstra a Tabela 11:

Tabela 11 - Escola Estadual Engenheiro Arthur Soares – Dados dos Professores 2017

Turno	Nº de Professores	Situação funcional		Titulação-	
		Efetivo	Processo Seletivo Simplificado	Graduação	
Matutino	36	33	03	Graduação	35
				Especialização	-
		09	04	Mestrado	01
				Doutorado	-
Vespertino	33	29	04	Graduação	33
				Especialização	-
		09	04	Mestrado	-
				Doutorado	-
Noturno	13	09	04	Graduação	11
				Especialização	01
		09	04	Mestrado	01
				Doutorado	
Total	82				

Fonte: SIGEAM, 2017.

E de acordo com o gestor da Escola Estadual Eng. Arthur Soares Amorim, a sua equipe escolar desenvolve um trabalho em parceria com outras instituições públicas e privadas para o atendimento especializado dos alunos, inclusive com cursos técnicos do Centro de Educação Tecnológico do Amazonas (CETAM). O referido centro disponibiliza diversos tipos de cursos tecnológicos e de inclusão digital para alunos da rede pública de ensino e para outras clientelas da capital e do interior do estado.

1.7.4 Escola Estadual Juracy Batista Gomes

A Escola Estadual Escola Estadual Professor Juracy Batista Gomes, situada Rua 40, s/nº, Bairro Amazonino Mendes, foi criado pelo Decreto nº 20.761 de 07 de fevereiro de 2000. Ela atende a alunos nas três modalidades de ensino, do Ensino Fundamental ao Ensino Médio, totalizando em 2.168 estudantes. Além disso, ela possui professores de todas as áreas do conhecimento, compreendendo 80 professores no seu quadro pedagógico e no administrativo, 34 funcionários.

A clientela de alunos sempre foi oriunda dos bairros Amazonino Mendes I e II, Jorge Teixeira, Tancredo Neves, Novo Aleixo e São José, todos os referidos bairros

são invasões, ou seja, ocupações irregulares de pessoas em terrenos públicos ou privados, que, ao longo dos anos, se desenvolveram de forma crescente.

Na Tabela 12, podemos visualizar o atendimento da escola de 1.997 alunos, distribuídos nas modalidades do Ensino Fundamental 1 e 2, Projeto Avançar e o Ensino Médio, com maior concentração de alunos do 1º ao 5º ano. A Escola Estadual Professor Juracy Batista Gomes desenvolve, através de seu currículo básico, projetos para minimizar e prevenir ações de violência e cidadania, como: Projeto Descobrimos lideranças, Projeto BULLING: mude esse ato de violência, Projeto Jovem Cidadão, Mais Educação, Conservação do Ambiente Escolar, Projeto de Implantação do Programa 8S na Escola, Projeto Geração Leitura e Projeto Bom de Matemática.

Tabela 12 - Escola Estadual Juracy Batista -Matrículas 2017

Modalidade	Turno	Turmas	Matrículas Efetivadas
Ensino Fundamental 1	Matutino	19	618
Projeto Avançar	Matutino	02	48
	Vespertino	04	106
Ensino Fundamental 2	Matutino	00	00
	Vespertino	17	744
Ensino Médio	Noturno	12	481
TOTAL	--	54	1.997

Fonte: SIGEAM, 2017.

O seu quadro funcional engloba um efetivo de 93 professores, com um grande percentual de profissionais efetivos, um total de 85. Fica demonstrado, na Tabela 13, que apenas 14 são do Processo Seletivo Simplificado (PSS), todos são graduados, 9 têm especialização e nenhum possui mestrado e doutorado.

Tabela 13 - Escola Estadual Juracy Batista –Dados dos Professores 2017

Turno	Nº de Professores	Situação funcional		Titulação	
		Efetivo	Processo Seletivo Simplificado	Graduação	
Matutino	36	36	-	Graduação	29
				Especialização	07
		-	Mestrado	-	
			Doutorado	-	
Vespertino	36	30	06	Graduação	34
				Especialização	02
		-	Mestrado	-	
			Doutorado	-	
Noturno	21	19	02	Graduação	21
				Especialização	-
		-	Mestrado	-	
			Doutorado	-	
Total	93				

Fonte: SIGEAM, 2017.

Segundo a entrevista com a gestora em exercício, a equipe escolar procura desenvolver um trabalho mais próximo com as famílias dos alunos. Porém, os responsáveis têm resistência em participar de atividades escolares, o que impede a referida ação, prejudicando uma ação compartilhada entre família e escola.

1.7.5 Escola Estadual Wilma Vitoriano Geber

A Escola Estadual Wilma Vitoriano Geber foi criada pelo Decreto Lei nº 25.998 de 30 de junho de 2006, e está localizada a Rua Marcos Cavalcante, 821-Bairro Alfredo Nascimento. Nela, funcionam os turnos matutino e vespertino, sendo oferecido o Ensino Fundamental, do 1º ao 9º ano.

A comunidade da escola é representada por alunos do próprio bairro Alfredo Nascimento e outros próximos, tais como: Fazendinha, Cidade de Deus, entre outros. A maioria dos pais tem, como atividade laboral, o trabalho informal, com salários insuficientes e baixos poder aquisitivo. Dessa forma, a maioria dos alunos que frequentam a escola é beneficiária do Programa Bolsa Família, por terem o perfil para adesão, ainda que muitos pais desempenhem atividades de marcenaria, da construção civil, comerciais, de vendas, a maioria é sem vínculo trabalhista.

A equipe gestora é formada por pedagogo, professores, secretária da escola, auxiliar administrativo, auxiliar de biblioteca, auxiliar no ambiente de mídias, coordenador de projetos, vigilante, merendeiros e auxiliar de serviços gerais. Esses

profissionais trabalham em conjunto para o bom andamento e para a melhoria da qualidade das ações no cotidiano da escola. Embora a escola não tenha prédio próprio e nem tenha uma estrutura física adequada para o atendimento de alunos do Ensino Fundamental, a gestão desenvolve um trabalho com o apoio de seus funcionários e pais dos alunos. Destacamos, na Tabela 14, o quantitativo do espaço físico:

Tabela 14 - Estrutura Física da Escola Estadual Wilma Vitoriano

Espaços	Quantitativo
Banheiros de Alunos	2
Banheiro de Funcionários	1
Biblioteca	1
Cozinha	1
Espaço de Recreação	1
Sala de Aula	7
Sal de Informática	1
Sala do Pedagogo	1
Sala de Ambiente de Mídias	1
Sala dos Professores	1
Sala da Direção	1
Sala da Secretaria	1

Fonte: Projeto Político Pedagógico da escola.

Na visita à escola, verificamos o zelo com os espaços, de forma a torná-los um ambiente agradável para a comunidade escolar. Nela, é possível notar a organização dos painéis, que informam os índices de melhoria pela qualidade do ensino. Os referidos painéis ficam expostos no hall da escola e mostram os índices de desempenho escolar, as atividades desempenhadas na escola, os projetos que tem êxitos positivos e a prestação de contas de tudo que foi gasto para o andamento da escola.

Algumas das estratégias para alcançar tais objetivos são as visitas domiciliares à casa dos alunos; parcerias com outras Secretarias para ministrar palestras de prevenção às doenças, ao bullying, às drogas, entre outras; políticas de premiação aos alunos com melhor desempenho escolar; recuperações contínuas e paralelas dos alunos com dificuldade de aprendizagem; implementação de projetos de prevenção à violência e de incentivo à diversidade; além da tentativa de prevenir o abandono escolar com o auxílio de atividades lúdicas.

A escola está inserida em uma rua e atua como ponto central do bairro, com um fluxo de comércio e de pessoas bem movimentado. Apesar de ser um bairro oriundo de invasões, possui ruas asfaltadas, rede elétrica, água encanada, comércios de gêneros alimentícios e de vestuários, uma reserva ecológica, rede telefônica, Unidades de Saúde, Distrito Policial, escolas municipais e estaduais, entre outros.

Em 2017 atendeu a 459 alunos no Ensino Fundamental, do 1º ao 5º ano, distribuídos em 14 Turmas, como mostra a Tabela 15.

Tabela 15 - Escola Estadual Wilma Vitoriano Geber-Matrículas 2017

Modalidade	Turno	Turmas	Matrículas Efetivadas
Ensino Fundamental 1	Matutino	07	230
	Vespertino	07	229
Projeto Avançar	Matutino	00	00
	Vespertino	00	00
Ensino Fundamental 2	Matutino	00	00
	Vespertino	00	00
Ensino Médio	Noturno	00	00
TOTAL	--	14	459

Fonte: SIGEAM, 2017.

Embora muitos alunos sejam beneficiários do Programa Bolsa Família, a escola tem a preocupação com a diminuição das taxas de abandono escolar e com o acompanhamento do rendimento escolar de todos os alunos. Nesse sentido, implementa projetos que auxiliem no processo ensino aprendizagem.

O quadro funcional dos professores é composto por 26 servidores, como podemos verificar na Tabela 16.

Tabela 16 - Escola Estadual Wilma Vitoriano –Dados dos Professores 2017

Turno	Nº de Professores	Situação funcional		Titulação	
		Efetivo	Processo Seletivo Simplificado	Graduação	Especialização
Matutino	14	14	-	Graduação	13
				Especialização	01
		-	Mestrado	-	
			Doutorado	-	
Vespertino	12	12	-	Graduação	12
				Especialização	-
		-	Mestrado	-	
			Doutorado	-	
Total	26				

Fonte: SIGEAM, 2017.

Podemos observar que todos os professores são efetivos no quadro funcional da escola. Com essa estabilidade no trabalho, acreditamos na construção de caminhos sólidos para um planejamento participativo na gestão da escolar. Isso fortalece um trabalho coletivo para alcançar resultados positivos, principalmente na diminuição das taxas do abandono escolar.

Tendo em vista os dados aqui apresentados, no capítulo dois serão abordados autores de referência sobre a problemática do abandono escolar e categorias pertinentes ao debate posto. Além disso, será feita, também, a análise dos dados colhidos nas escolas recorte da pesquisa, no intuito de aprofundar o conhecimento sobre o abandono escolar na Coordenadoria Distrital 6.

2 DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NA REDUÇÃO DO ABANDONO ESCOLAR

O capítulo 2 analisa as causas do abandono escolar na Coordenadoria Distrital 6, a partir das análises de dados das escolas estaduais Belarmino Marreiro, D. João de Souza Lima, Engenheiro Arthur Soares Amorim, Juracy Batista e Vilma Vitoriano. Observaremos o olhar de cada profissional da educação no espaço escolar e como eles percebem o contexto da prevenção ao abandono escolar no recorte dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família.

Para tanto, serão apresentadas três seções. Na primeira seção, serão descritas as categorias e análises, a partir dos autores que são referência sobre a temática da problemática do abandono escolar. Para tanto, será abordado sobre a família (ACOSTA; VITALE, 2015), abandono escolar (ALVARES; CALADO, 2015), política pública (DRAIBE, 1998), gestão democrática (FREIRE, 2000) e vulnerabilidade social (ABRAMOVAY, 2002). O objetivo é o de tecer uma discussão embasada sobre o abandono escolar e a contribuição do Programa Bolsa Família como estratégia de prevenção a essa demanda.

Na segunda seção, é apresentada a metodologia utilizada para a coleta dos dados, os procedimentos para se chegar aos fundamentos e todo o instrumento que foi aplicado.

Na terceira e última seção, será feita uma análise, a partir dos pontos relevantes encontrados na pesquisa. Ela procurará entender quais as causas do abandono escolar nas escolas investigadas. Para tanto, são abordados alguns aspectos fundamentais para a pesquisa, relacionados com a gestão escolar (LUCK, 2009), como a forma de vivenciar o cotidiano do ambiente escolar, o desempenho das escolas pesquisadas e como elas lidam com a problemática do abandono escolar no seu cotidiano.

2.1 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1.1 Abandono escolar e Política Pública

De acordo com o Fundo das Nações para a Infância (UNICEF, 2014), muitos dos nossos alunos estão fora da escola por inúmeros motivos, dentre eles, podemos citar as questões sociais, as desigualdades sociais com risco do abandono e evasão

escolar em diferentes setores da sociedade, sendo essa realidade mais presente entre pobres, indígenas, negros, quilombolas e mestiços. Os desafios para prevenir e resgatar esses alunos envolvem um planejamento para redefinir a realidade da escola hoje. Isso é essencial, já que o modelo tradicional acaba afastando essa clientela, que busca por um ambiente mais dinâmico, integrado com perspectivas de um novo modelo da estrutura da escola, que se dedique a desenvolver as habilidades e o pensamento crítico.

Apesar da determinação legal, preconizada no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), de que crianças e adolescente têm a obrigatoriedade da matrícula e da permanência na escola, segundo o Censo Demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 3,8 milhões de crianças e adolescentes, na faixa etária de 4 a 17 anos, estavam fora da escola. Assim, observamos que essa realidade gera uma questão preocupante para a área educacional.

A expectativa é que esses números diminuam nos próximos anos, a partir da ampliação da obrigatoriedade da matrícula escolar, com a efetivação do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Esse plano determina diretrizes, metas e estratégias para nortear a política educacional brasileira nos próximos dez anos, nas Metas 1, 2 e 3. No entanto, para que isso aconteça, é necessário planejamento e investimentos financeiros suficientes para o cumprimento do PNE 2014.

Como o Programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda, que Estado criou para o combate à pobreza e para a efetivação dos direitos sociais, tornando-se relevante analisar as políticas públicas no cerne da pesquisa. De acordo com Draibe:

As políticas públicas são o conjunto de ações e programas governamentais em determinada área que afeta diretamente a vida dos cidadãos envolvidos, mediante o atendimento de necessidades básicas. Pode-se afirmar, ademais, que políticas públicas são, antes de tudo, atividades ou o conjunto de atividades voltadas à consecução de determinados objetivos sociais (DRAIBE, 1998, p.28).

Dessa forma, as políticas públicas têm como princípio básico resolver problemas sociais e reduzir os impactos negativos que tais problemas podem causar. Para que uma política seja construída, há a necessidade de um

levantamento para diagnosticar a raiz do problema que precisa ser confrontado. Além disso, é necessário entender os impactos e dificuldades que a política pode ter, caso seja implementada.

É importante ressaltar que o desenvolvimento de uma política pública pode, muitas vezes, se tornar complexo, tendo em vista que muito do trabalho realizado pode envolver outras instituições e pessoas no processo. Essa complexidade acaba dificultando a sua realização e o seu monitoramento.

Esse é o caso do Programa Bolsa Família, foco desse estudo que, apesar de ser de responsabilidades do Ministério do Desenvolvimento Social, o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação e outras secretarias estaduais e municipais também estão envolvidas na implementação e organização desse programa. Ademais, como sabemos, as políticas públicas passam por possíveis falhas, com diversas dificuldades, obstáculos e desafios, que aparecem quando colocadas em prática. Conforme ressaltava Fonte (2013),

A habilitação orçamentária não significa a efetiva existência de dinheiro. É como a norma que cria a política pública é editada por grupos com interesses políticos, não é raro verificar, no momento da escolha, o interesse na criação da medida e, na etapa de implementação, um súbito desinteresse em sua realização (FONTE, 2013, p.58-59).

Dessa forma, a implementação das políticas públicas não depende apenas de recursos financeiros, muitas vezes, se não houver interesses em comum e a pactuação dos que estão envolvidos, fica difícil a sua efetivação.

Concomitante ao programa do governo federal abordado na presente pesquisa, muitos estados estão implementados projetos de combate ao abandono escolar em suas instituições escolares. Um exemplo é o trabalho realizado no Paraná, que tem o objetivo resgatar estudantes com faltas consecutivas, a partir de ações integradas entre a escola e a Rede de Proteção à criança e ao Adolescente.

Ressaltamos que as escolas do estado do Paraná realizam um trabalho de parcerias com o Conselho Tutelar e o Ministério Público, havendo informações atualizadas da infrequência escolar e medidas que ajudam a prevenir o abandono escolar. Todo o trabalho de acompanhamento da frequência escolar dos alunos é realizado por professores e pela equipe pedagógica, a fim de monitorar as faltas

sucessivas, justificadas ou não, e a mediação com os pais sobre o histórico dos alunos em processo de infrequência.

Esse é um trabalho que envolve todas as esferas da escola, de forma sistemática, com o preenchimento de formulários, agendamento de reuniões com os pais, e encaminhamentos aos órgãos de garantia de direitos de crianças e adolescentes.

Outro Programa que merece destaque é o de São Paulo, denominado “Quem Falta, Faz Falta”, da Resolução SE 42/2015. Essa iniciativa tem o objetivo de auxiliar os professores, garantindo a frequência escolar dos alunos, mediante ações preventivas.

O Programa consiste em um diagnóstico da situação dos alunos quanto à questão dos motivos das ausências, a fim de desenvolver ações preventivas e medidas educacionais. Com o envolvimento dos órgãos colegiados e instituições de garantia de direitos de crianças e adolescente, comunica aos pais sobre as legislações que amparam a obrigatoriedade da matrícula e da permanência na escola.

Um ponto relevante, no que diz respeito ao retorno desse aluno para escola, é o fato de haver um acompanhamento sistemático para que haja adaptação e o resgate dos conteúdos das Disciplinas. Nesse sentido, a recuperação da aprendizagem pode incentivar o aluno a frequentar às aulas (GUEDES, 2015).

Apresentamos, nessa seção, algumas estratégias implementadas por outros estados brasileiros para a prevenção do abandono escolar, com o intuito de garantir as legislações que amparam a permanência na escola. Ficou evidente que é preciso que cada um realize um trabalho contínuo de enfrentamento das diversas vulnerabilidades, que fazem parte do cotidiano escolar dos alunos e de suas famílias.

Ressaltamos a importância da gestão escolar para a efetivação de Programas Estaduais ou Federais, sendo ela fundamental para um processo que englobe a implementação de políticas desse nível. Vivemos em uma realidade social, na qual o gestor precisa ser fortalecido. Para tanto, é necessária uma visão integrada de sua realidade, das áreas pedagógicas, financeiras e estruturais, além da comunidade e das relações pessoais, para que haja um desempenho eficiente. Dessa forma, analisaremos, na próxima seção, o desafio de uma gestão democrática que atenda aos anseios de todos e tenha perspectivas de um trabalho dinâmico.

2.1.2 Gestão Democrática

A gestão democrática envolve inúmeras situações de participação de toda a comunidade escolar. Essa participação deve ser pautada na autonomia dos indivíduos na tomada de decisões do que for melhor para instituição. É importante pontuar que raramente se vê nas escolas uma gestão que envolva essas características, pois toda cultura de participação deve ser estimulada, sendo um exercício constante nesse espaço democrático.

Na concepção de Freire, a gestão democrática envolve:

Estruturas administrativas a serviço do poder centralizado não favorecem procedimentos democráticos. Um dos papéis das lideranças democráticas é, precisamente, superar os esquemas autoritários e propiciar tomadas de decisão de natureza dialógica. O centralismo brasileiro, contra que tanto lutou Anísio Teixeira, expressa nossas tradições autoritárias e as alimenta (FREIRE, 2000, p. 45).

Um processo de descentralização no sistema educacional é imprescindível para o desenvolvimento de uma gestão democrática, sendo ela respaldada no Artigo 206, da Constituição Federal de 1988, que trata dos princípios: “da liberdade de aprender, pesquisar, divulgar o pensamento, ensinar; do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; garantia de padrão de qualidade; e da gestão democrática do ensino público, na forma da lei” (BRASIL, 1988).

Com a construção do Projeto Político Pedagógico, somado ao papel desempenhado pelos Conselhos Escolares e os Grêmios Estudantil, constituem-se cada qual, como um campo de mediação, com possibilidades e limites para realização de um trabalho democrático no espaço escolar.

Dessa forma, é necessário consideramos as instituições escolares como espaços de uma educação de qualidade para todos, pois a escola pública eficaz deve ser capaz de ajudar a garantir, a cada um de seus alunos, independente das condições do seu grupo familiar, o direito de aprender.

Outro aspecto relevante para a temática da presente pesquisa é a autonomia dos Conselhos Escolares na Educação Básica, garantidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), sendo essa uma estratégia de gestão democrática. Esse órgão colegiado, representado por gestores, professores, alunos,

funcionários, pais, entre outros, tem atribuições consultivas, fiscais, deliberativas e mobilizadoras. Além disso, ele também atua na elaboração do Projeto Político Pedagógico, o que possibilita uma formação diversificada e de participação social mobilizadora na gestão democrática da escola.

No que se refere ao abandono dos alunos, o Conselho escolar pode vir a ser uma ferramenta eficaz no combate a essa realidade, na medida em que podem ser transformados em “mecanismos” de participação da comunidade na escola, já estão presentes em muitas escolas do país. A função dos conselhos é orientar, opinar e decidir sobre tudo o que tem a ver com a qualidade da escola (como participar da construção do projeto político-pedagógico e dos planejamentos anuais, avaliar os resultados da administração, ajudar na busca de meios para solucionar os problemas administrativos e pedagógicos e decidir sobre os investimentos prioritários).

A construção desse espaço é um trabalho árduo e requer exercício constante de persistência, para a discussão de assuntos relevantes para a educação. Assim, Neubauer e Silveira (2008) enfatizam que a construção da autonomia acontece mediante um trabalho em conjunto de cooperação mútua, entre equipe escolar e comunidade. Há uma grande necessidade do envolvimento de todos no processo de um trabalho em comum.

Muitas vezes, o gestor necessita ser empreendedor, para suprir as necessidades básicas na escola ou mesmo a capacidade de agregar soluções para problemáticas que impedem o crescimento do sistema educacional. Saber mediar conflitos, solucionar problemas e estabelecer parcerias são atividades que fazem parte do perfil de um gestor empreendedor, que busca gerenciar a sua escola com um olhar diferenciado.

Com as palavras de Moacyr Gadotti,

A Gestão Democrática é, portanto, atitude e método. A atitude democrática é necessária, mas não é suficiente. Precisamos de métodos democráticos de efetivo exercício da democracia. Ela também é um aprendizado, demanda tempo, atenção e trabalho (GADOTTI, 2004, p. 04).

Uma gestão democrática é favorável à construção de um processo de mudanças, nas relações internas da escola, com inovações das convicções pedagógicas, dos objetivos, dos conteúdos de ensino e métodos de trabalho. Isso

ocorre com a participação da comunidade, de forma que haja um desempenho satisfatório e empreendedor na gestão escolar.

Muitas discussões são realizadas em torno das causas do abandono. Sucessivas repetências englobam fatores que desmotivam e repercutem no desinteresse de muitos pelos estudos. E um fato que vem sendo fomentado pelos profissionais da educação, segundo Alvares e Calado, é que:

Entre professores e técnicos escolares, as causas do abandono situam-se, evidentemente, em relação ao insucesso escolar, mas este é percebido como resultado de determinadas configurações da família de origem (a existência de uma “família desestruturada”) ou relacionado com determinadas características culturais e étnicas, sem a relevância de processos que tenham lugar na escola. (ALVARES; CALADO, 2015, p.34).

É importante destacar que muitos alunos vivem em condições menos favorecidas, em situação de vulnerabilidade social. Nesse sentido, em muitos casos, o cotidiano é marcado por violência, homicídios frequentes, preconceito, discriminações, exclusão, desigualdades sociais, tráfico de drogas, entre outros, realidades que ferem os direitos fundamentais de todo indivíduo. Oportunizar a esses alunos o acesso a uma educação de qualidade e

O combate à vulnerabilidade social também implica a superação dos enfoques setoriais e desarticulados de grande parte das políticas sociais. Conforme visto anteriormente, problemas como a exclusão, desigualdades sociais, discriminações e a violência decorrem de uma multiplicidade de fatores que interagem entre si formando complexas redes causais. Entretanto, e em relação direta com a ausência de uma coordenação interinstitucional, um traço inerente às políticas, especificamente àquelas voltadas para a juventude, refere-se justamente à ausência de uma percepção integrada sobre os problemas sociais e suas raízes multicausais. O negligenciamento de tal fato proporciona abordagens incompletas onde as ineficiências são esperadas. (ABRAMOVAY, 2002, p.67-68).

Para essas situações de vulnerabilidades, que fazem parte do cotidiano de muitos alunos, o gestor precisa estar preparado para uma gestão participativa, compreendida como uma ação coletiva que envolve todos os atores que compõem a instituição escola. Tal estratégia poderá fortalecer a escola, através de uma visão integradora de sua realidade, de seus sujeitos, das áreas pedagógicas,

administrativas, das relações pessoais, dos resultados escolares e do relacionamento com a rede de ensino e comunidade.

E ainda, é preciso ter em mente que o Projeto Político Pedagógico, os Conselhos Escolares e os Grêmios Estudantis são importantes instâncias de mediação para a concretização de uma política de educação de qualidade e democrática, objetivando sujeitos éticos e emancipados. De acordo com Luck (2009):

O trabalho de gestão escolar exige, pois, o exercício de múltiplas competências específicas e dos mais variados matizes. A sua diversidade é um desafio para os gestores. Dada, de um lado, essa multiplicidade de competências, e de outro, a dinâmica constante das situações, que impõe novos desdobramentos e novos desafios ao gestor, não se pode deixar de considerar como fundamental para a formação de gestores um processo de formação continuada, em serviço, além de programas especiais e concentrados sobre temas específicos (LÜCK, 2009, p.25).

A natureza do trabalho do gestor engloba a participação de uma equipe comprometida com a aprendizagem dos alunos. Hoje, agregam-se novos conceitos, visando às metas mínimas de competência e desempenho, exigidos para enfrentar com sucesso as situações que nos apresentam como cidadão, como estudante, como trabalhador e ainda como consumidores.

Considerando que o gestor precisa trabalhar com diversos modelos de família que se encontram em circunstâncias de pobreza, extrema pobreza e vulnerabilidade social, há muitas dificuldades para a permanência, acompanhamento e conclusão dos filhos na educação básica. Muitos fatores interferem no referido processo, principalmente a questão da invisibilidade da pobreza, haja vista que os próprios preconceitos com essa questão são presentes no âmbito escolar. É importante salientar, entretanto, que a educação é uma forte ferramenta para o rompimento desse ciclo, assegurando aos alunos o direito legal de ter uma educação de qualidade, que garanta tais preceitos.

Novos cenários conduzem a necessidade de um olhar mais direcionado e especial dos gestores para os estudantes e suas famílias. Nesse sentido, o campo educacional necessita atender os alunos oriundos das desigualdades sociais tão presentes no sistema escolar, que, pelo seu próprio movimento histórico, não está estruturado para o referido atendimento. Dessa forma, a trajetória escolar é o

processo ideal para oferecer oportunidades, capazes promover a inclusão desse público alvo, ao longo dos anos escolares.

Entretanto, ao longo dessa trajetória, não vale apenas a exigência e a garantia da permanência na escola, sendo necessário, também, um ensino de qualidade, com aprendizagem na idade certa e com oportunidades para a continuidade do ensino para todos.

Assim, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2011), o desenho do Programa Bolsa Família vem contribuindo para a redução de percentuais de crianças e adolescentes que não frequentavam a escola, apresentando um menor índice na taxa de abandono escolar, diminuindo a questão das desigualdades educacionais.

E com a análise dos resultados, oriundo do relatório gerencial é possível perceber um panorama da realidade de cada escola dos alunos beneficiários do Programa, como os indicativos dos motivos de baixa frequência. Nesse contexto, o gestor atua como agente articulador e crítico, sendo ele uma importante ferramenta para a permanência na escola, desenvolvendo estratégias de prevenção para o desenvolvimento escolar desse aluno.

Muito se tem debatido e discutido sobre um modelo de gestão que supere os indicadores, que revelam alguns problemas educacionais, tais como desempenho escolar, distorção idade-série, abandono e evasão escolar, dentre outros. Tais indicadores refletem negativamente nos índices escolares.

O conceito de cultura escolar começou a ser debatido no Brasil por volta dos anos 70, dando possibilidade de se discutir o aspecto organizacional para gerenciar o espaço escolar (NÓVOA, 1995). Essa organização se baseia na responsabilidade que cada um, no que tange a um modelo de descentralização, através da distribuição de tarefas por todos que trabalham no espaço escolar. Dessa forma, os outros profissionais da educação são envolvidos no gerenciamento das funções pertinentes ao contexto educacional.

Dessa forma, o conceito de cultura escolar se constitui em um conjunto de práticas, comportamentos e normas estabelecidas na escola, além de concepções pedagógicas por educadores e alunos. Ressaltamos que os estudantes são peças fundamentais na incorporação da cultura escolar, haja vista a importância de agregar, em uma gestão democrática, todos os atores para um espaço de diálogo e troca de experiências.

A cultura escolar é um forte aliado na construção de um projeto político pedagógico, pautado em alternativas de prevenção ao abandono escolar e no desenvolvimento de um ambiente escolar democrático, capaz de gerenciar seus conflitos e problemas, incorporando soluções, discutidas no contexto educacional.

É necessário estabelecer relações fundamentadas nos princípios democráticos, sendo elas de respeito à diversidade, visando a participação de todos em prol de um problema. Dentro do contexto educacional, as propostas devem ser avaliadas e pensadas, a partir do reconhecimento de algumas concepções e práticas que possam ser adaptadas a diferentes realidades.

Essas mudanças de paradigmas, nas relações de poder, constituem ou não uma escola democrática, dependendo da forma como é conduzida pelo gestor e a definição dos papéis de cada um.

No contexto brasileiro, esse modelo de democracia, no contexto educacional, foi instituído a partir dos desdobramentos da implementação dos órgãos de gestão, com a elaboração do Projeto Político Pedagógico, além da criação dos colegiados, da utilização dos recursos financeiros diretos pela escola e das avaliações do trabalho desenvolvido na escola. E com a promulgação de Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), normas foram criadas para uma gestão democráticas em instituições públicas de ensino, em que a comunidade escolar deve ter um papel participativo.

A partir da gestão democrática na escola, a instituição fica fortalecida, já que é incorporada uma visão integradora de sua realidade, das áreas pedagógicas, financeiras e estruturais, da comunidade, das relações pessoais do desempenho escolar e do relacionamento com o ensino.

E acima de tudo, o gestor deve desenvolver um papel de liderança:

Orientar a equipe sob sua supervisão é outra tarefa fundamental do líder. Para alcançar um elevado patamar de desempenho, qualquer equipe necessita receber, de seu líder, orientações que lhe permitam manter o foco adequado nas ações empreendidas. Mesmo equipes constituídas por profissionais maduros, capazes e comprometidos precisam ter no líder um aglutinador de esforços, alguém que direcione as ações coletivas de modo eficaz (FERREIRA, 2016, p.01).

O gestor necessita assumir uma postura de respeito à opinião das pessoas, com novas habilidades e perspectivas de mudanças. Com a necessidade de ter

habilidades técnicas e políticas, para realizar uma gestão que englobe a participação de todos. Outro ponto relevante é o conhecimento teórico sobre as temáticas pautadas na pedagogia e administração escolar, já que são conhecimentos necessários para a realização de um trabalho na perspectiva democrática.

A partir da concepção da cultura escolar, cada instituição tem um modo de desenvolver as suas atividades e de desempenhar seu papel social. Dessa forma, é fundamental que a comunidade escolar se reúna para planejar e deliberar sobre a problemática do abandono escolar. Nesse sentido, é necessário sempre levar em consideração a opinião de todos envolvidos no processo educacional. Cabe ressaltar a importância do conhecimento das causas e consequências desse fenômeno, para que uma ação em conjunto possa ser construída com a participação de todos.

Assim, na próxima seção, será enfatizado a metodologia aplicada na dissertação e todos os procedimentos utilizados para a coleta de dados.

2.2 O PERCURSO METODOLÓGICO

Considerando a pesquisa como fator relevante para a dissertação, corroboro com o autor Antônio Carlos Gil (1999), que a define como o descobrimento de respostas para problemas oriundos do seu objeto, a partir dos procedimentos científicos. Assim, o problema necessita ter relevância:

Um problema será relevante em termos científicos à medida que conduzir à obtenção de novos conhecimentos. Para se assegurar disso, o pesquisador necessita fazer um levantamento bibliográfico da área, entrando em contato com as pesquisas já realizadas, verificando quais os problemas que não foram pesquisados, quais os que não o foram adequadamente e quais os que vêm recebendo respostas contraditórias. Este levantamento bibliográfico é muitas das vezes demorado e pode constituir mesmo uma pesquisa de cunho exploratório, cujo produto final será a relocalização do problema sob um novo prisma (GIL, 1999, p.54).

Com isso, a metodologia para a escrita da presente dissertação foi baseada em pesquisas bibliográfica, documental e de campo. Além disso, os dados foram analisados a partir de análises quantitativa e qualitativa sobre os fundamentos do abandono escolar, nas escolas estaduais da capital da Coordenadoria Distrital 6, do

Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano. A partir desse estudo, foram propostas ações de prevenção à problemática, com foco nos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família da referida unidade de ensino.

No que se refere à pesquisa de campo, foram utilizados dados coletados nas entrevistas com gestores, pedagogos e secretários das escolas recorte da presente pesquisa.

É importante ressaltar a pesquisa de campo, a partir da coleta de dados “in loco”, oferece precisões específicas acerca do problema. Segundo Lakatos e Marconi (2010), essa vivência é essencial para desvendar realidades, comprovar ou não suposições e visualizar outras situações que surjam. Assim,

As fases da pesquisa de campo requerem, em primeiro lugar, a realização de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão. Ela servirá, como primeiro passo, para se saber em que estado se encontra atualmente o problema, que trabalhos já foram realizados a respeito e quais são as opiniões reinantes sobre o assunto. Como segundo passo, permitirá que se estabeleça um modelo teórico inicial de referência, da mesma forma que auxiliará na determinação das variáveis e elaboração do plano geral da pesquisa (LAKATOS; MARCONI, 2010, p.185).

Assim, como instrumento de coleta de dados, adotou-se a técnica da entrevista semiestruturada, caracterizada por uma maior flexibilidade em seu roteiro de perguntas, estabelecendo uma interação entre pesquisado e pesquisador, sem ter um corpo rígido de perguntas. Essa entrevista será realizada com alguns atores da educação das escolas estaduais da Coordenadoria Distrital 06. Foram escolhidas as escolas com maiores percentuais de taxa de abandono escolar, havendo um recorte nos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família. Dentre essas escolas, destacamos: Escola Estadual Belarmino Marreiro (Escola 1), Escola Estadual D.João de Souza Lima (Escola 2), Escola Estadual Engenheiro Arthur Soares Amorim (Escola 3), Escola Estadual Juracy Batista (Escola 4) e Escola Estadual Vilma Vitoriano (Escola 5).

Diante disso, os sujeitos analisados foram os pedagogos, secretários e gestores das escolas envolvidos no fenômeno do abandono escolar, com o recorte de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Justifica-se a escolha da análise, uma vez que a minha atuação, no campo profissional, está relacionada diretamente com meu objeto de estudo, proporcionando acesso a dados relevantes

para a pesquisa. A referida pesquisa será por amostragem não probabilísticas, por ser acessível ao público entrevistado, que compreende duas escolas com altas taxas de abandono escolar, mais duas com percentuais de abandono escolar dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família e uma escola sem percentuais de abandono escolar, em decorrência de o universo ser muito extenso. A partir da coleta de dados, será possível mensurar a ordenação e a classificação das informações, de acordo com os objetivos do tema proposto, facilitando todo o processo de análise, direcionada pelo referencial teórico.

As entrevistas foram agendadas por contato telefônico com os gestores escolares, para que o processo não causasse nenhum tipo de interferência na rotina da escola. Destacamos que em todas as entrevistas, as autorizações foram assinadas pelos profissionais, com seus respectivos consentimentos para a gravação e uso das falas para pesquisa.

Dos 14 entrevistados, 5 foram gestores de escolas, 4 foram pedagogas e 5 foram secretários de escolas. Esses profissionais trabalham em instituições educacionais com maiores percentuais de abandono escolar.

Diante do exposto, salientamos que a pesquisa e o caminho percorrido englobaram atores do cotidiano escolar sobre a temática do abandono escolar, a fim de trilhar, nas próximas seções, a análise das entrevistas.

2.3 ANÁLISE DOS DADOS

2.3.1 O perfil dos entrevistados

No intuito de promover uma visão mais clara do perfil dos gestores entrevistados para a pesquisa, construímos os quadros, com o panorama do perfil dos participantes. Esses dados foram colhidos a partir das entrevistas com os atores da comunidade escolar e procuram preservar o anonimato dos colaboradores. De acordo com o Quadro 3 a seguir:

Quadro 3 - Legenda dos entrevistados-Gestor

Escola Estadual	Entrevistado	Legenda	Perfil
Belarmino Marreiro	Gestor	G1	Está há 6 nos na função de gestora, tendo formação acadêmica Normal Superior, com especialização em Gestão Escolar e no momento, faz também uma especialização em Gestão Pública.
D. João de Souza	Gestor	G2	Está na escola há apenas 2 meses, tendo formação acadêmica em Geografia e especialização em Gestão Escolar. Trabalhou em outras escolas como gestora
Eng. Arthur Soares	Gestor	G3	Trabalha na educação há 22 anos e está na escola há 2 meses. Tem formação acadêmica em Licenciatura em Matemática e especialização em Gestão Escolar. Exerceu a função de gestor em outras escolas da rede pública.
Juracy Batista	Gestor	G4	Trabalha na escola há 7 anos, tendo formação acadêmica em Letras. Além disso, substitui o gestor nas férias e em outras situações.
Vilma Vitoriano	Gestor	G5	Está na gestão da escola há 4 meses, mas tem experiência no ramo da educação, possuindo formação acadêmica em Normal Superior. Tem experiência em outras funções na área educacional.

Fonte: Elaboração própria a partir das entrevistas.

A participação dos gestores ocorreu de forma satisfatória, apesar daqueles diretores que, por compromissos de trabalho, não puderam realizar a entrevista nas datas previstas, atrasando o processo de coleta de dados. A partir dos dados coletados durante as entrevistas, pode-se dizer que, mesmo aqueles gestores que têm pouco tempo na gestão das escolas em estudo, eles têm experiência no contexto escolar, em razão do conhecimento adquirido no decorrer dos anos em outras instituições escolares.

Quadro 4 - Legenda dos entrevistados – Pedagogo

Escola Estadual	Entrevistado	Legenda	Perfil
Belarmino Marreiro	Pedagogo	P1	É professora e está como apoio pedagógico na escola há uns 2 anos, tendo formação acadêmica em Pedagogia.
D. João de Souza	Pedagogo	P2	Está como Pedagoga há 15 anos na escola, tendo formação acadêmica em Pedagogia.
Eng. Arthur Soares	Pedagogo	P3	Não autorizou a entrevista.
Juracy Batista	Pedagogo	P4	Exerce a função de pedagoga há 2 anos, com formação acadêmica em Pedagogia e especialização em Recursos Humanos. Anteriormente, exercia a função pedagógica em uma escola do interior do Amazonas.
Juracy Batista	Pedagogo	P4	Exerce a função de pedagoga há 2 anos, com formação acadêmica em Pedagogia e especialização em Recursos Humanos. Anteriormente, exercia a função pedagógica em uma escola do interior do Amazonas.
Vilma Vitoriano	Pedagogo	P5	Está como pedagoga na escola há 3 meses, tendo formação acadêmica em Pedagogia.

Fonte: Elaboração própria a partir das entrevistas.

Ressaltamos que os pedagogos se dispuseram a colaborar com a pesquisa, mas a pedagoga da Escola Estadual Eng. Arthur Soares não quis participar da pesquisa, alegando não desejar a gravação de sua fala.

Quadro 5 - Legenda dos entrevistado - Secretário de Escola

Escola Estadual	Entrevistado	Tempo de serviço	Legenda	Perfil
Belarmino Marreiro	Secretário	10 anos	S1	Graduada, trabalha na escola há mais de 6 anos
D. João de Souza	Secretário	20 anos	S2	Formação acadêmica em Ensino Superior Tecnológico da Gestão Pública, com 20 anos no serviço público e 5 meses na atual escola.
Eng. Arthur Soares	Secretário	17 anos	S3	Exerce função na escola há 17 anos e não possui nível superior, com conclusão do Ensino Médio.
Juracy Batista	Secretário	16 anos	S4	Ensino Médio, trabalha na escola há 10 anos.
Vilma Vitoriano	Secretário	15 anos	S5	Formação acadêmica em técnica em contabilidade, está na escola há 6 anos.

Fonte: Elaboração própria a partir das entrevistas.

Destacamos que para possibilitar um melhor entendimento dos dados coletados para a pesquisa, optou-se por analisar o seu conteúdo, levando-se em consideração as seguintes categorias de análise: abandono escolar, gestão escolar e vulnerabilidade social. Tal escolha de análise se justifica, pelo fato de que a vulnerabilidade social é um fenômeno que pretende serem combatidos pelas diversas instâncias sociais, família, sociedade e governo. No entanto, sabemos que esses fenômenos são difíceis de serem combatidos sem o apoio da escola. Assim, a presente pesquisa toma como uma de suas categorias de análise as possibilidades de ações cabíveis à gestão escolar, no que se refere ao abandono, como uma das formas de combate à vulnerabilidade social. Ressaltamos, nesse contexto, que educação é uma mola motriz para que o cidadão possa mudar a sua condição financeira, social e cultural.

Assim, na próxima seção, será realizada uma análise dos dados da pesquisa de campo, oriunda das entrevistas com gestores, pedagogos e secretários das escolas selecionadas para a pesquisa.

2.3.2 A família dos alunos das escolas participantes da pesquisa

A presente pesquisa parte do princípio de que legalmente, a responsabilidade pela educação das crianças e adolescentes recai sobre duas instituições: a família e a escola. Elas precisam estar paralelamente caminhando, para que o compartilhamento de responsabilidades seja comum a esses dois setores. As legislações brasileiras como observaram anteriormente, discorre pontualmente sobre a questão do vínculo entre família e escola.

Nesse sentido, os autores Acosta e Vitale (2015) destacam que as famílias em situação de pobreza vivem em constantes mudanças, seja por questões financeiras ou por problemas sociais. Nesse contexto, existem interferências internas e externas, que acabam por deflagrar um processo de mudanças, responsáveis por atingir, em muitos casos, a todos do grupo familiar. Assim, essas constantes mudanças familiares têm um impacto que reflete diretamente em questões que abordam o acompanhamento na escola do aluno. Portanto, para abordar a categoria da família, é necessário partir de muitos referenciais.

No pensamento de Maria Ozanira da Silva, é explícita a ideia de que:

O entendimento, portanto, é de família enquanto uma instituição social, que pode assumir diferentes estruturas e composição a partir do conjunto de membros que a compõem- e que habitam num ambiente comum-das posições ocupadas por estes na família, das relações estabelecidas em seu interior e desta com o mundo exterior (SILVA, 2016, p.69).

Os alunos que chegam às nossas escolas são oriundos de famílias que participam de uma comunidade, sendo elas inseridas em um determinado território, com peculiaridades que correspondem àquele espaço, havendo costumes, histórias e valores que devem ser absorvidos pela escola. O desafio maior está associado à interação da família com a escola. Assim, é tarefa da escola proporcionar esse ambiente de compartilhamento de ações, para a boa qualidade da educação e a plenitude da aprendizagem entre escola e família. Como bem diz o nosso grande mestre Paulo Freire, “ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo (1997, p.110)”.

No que se refere à participação da família na escola, foi perguntado aos gestores como se dá essa participação na escola em que atuam. Tal pergunta faz-se importante, tendo em vista o fato de que essa participação é uma condição para que uma educação de qualidade aconteça. Sobre isso, o G1 afirmou:

A participação não é boa, só aparecem no final do mês para solicitação de declaração de frequência, quando são chamados para conversar sobre o acompanhamento dos filhos, nunca aparecem. Gostaria que fosse revisto pelo Programa Bolsa Família a responsabilidade do acompanhamento da família com esses alunos. Que os filhos não fossem visto apenas como recurso financeiro, mas que seja dados apoio e incentivo para aprendizagem (G1 da Escola 1, entrevista realizada em 16 de maio de 2017).

Esse entendimento também é pactuado pela G2:

É muito triste, não há preocupação dos pais com a formação educacional dos filhos e sim com o pagamento no final do mês. Sobre o comprometimento da família na vida escolar dos filhos. Que a família precisa criar horários para adequar as atividades dos filhos, incentivando para o cumprimento da rotina escolar. (G2 da Escola 2, entrevista realizada em 16 de maio de 2017).

Tal perspectiva é compartilhada também pela G4, conforme o trecho da entrevista reproduzido a seguir:

Os pais aparecem na escola quando são notificados que o pagamento possa ser suspenso, em outras situações, quando são convocados, raramente aparecem Poucos participam, até para o recebimento do boletim muitos não comparecem, mas se o benefício é bloqueado, aparecem no outro dia solicitando declaração de frequência escolar dos filhos (G4 em exercício da Escola 4, entrevista realizada em 18 de maio de 2017).

A partir dos dados das entrevistas, pode-se dizer que, no que se refere à participação dos pais de alunos beneficiários do Programa Bolsa Família na escola, os G1, G2 e G4 possuem um discurso semelhante. Ou seja, responsabilizam unicamente as famílias pela falta de participação na vida escolar de seus filhos, atrelando o interesse pela frequência escolar à condição para o recebimento do pagamento do PBF no final do mês. É importante pontuar que os G1, G2 e G4 não assumem a responsabilidade de enfatizar e sensibilizar essas famílias, em relação ao direito à educação, que está previsto nos artigos 205 a 214 da Constituição Federal de 1988, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996).

Tal perspectiva sobre os pais beneficiários do PBF também é compartilhada por outros membros da equipe gestora das escolas pesquisadas. Como exemplo, pode-se citar a P2:

A participação dos pais não é muito efetiva, aparecem mais quando são convocados insistentemente e, ou quando estão necessitando de alguma coisa. Aparecem quando são notificados no extrato bancário que o benefício foi suspenso e precisam de uma justificativa para o retorno do benefício, ou seja, participação mínima (P2 da Escola 2, entrevista realizada em 16 de maio de 2017).

Em outro discurso a G1, enfatiza que “os pais dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) com o recebimento do benefício são desestimulados ao mundo do trabalho, preferindo ficar em casa e receber o dinheiro do Governo” (G1 da escola 1, 16 de maio de 2017). Sobre o discurso verificado nas escolas, acerca da participação dos pais que recebem o benefício do PBF, essa visão vai de encontro com as prerrogativas do programa: do alívio imediato da fome, ampliação dos direitos sociais.

A fala da G1 traduz o pensamento de parte da população que possui uma visão equivocada sobre o objetivo e finalidade do PBF. É importante aqui ressaltar que o PBF não possui a intenção de substituir o salário das famílias beneficiárias, mas criar condições legais para que essas famílias consigam superar a sua condição de vulnerabilidade social.

Além disso, devemos refletir mais profundamente sobre o papel da instituição e dos educadores. Se as famílias fossem mais presentes na escola, será que o acolhimento seria satisfatório, com respeito, informação, diálogo, confiança? Essas condições são primordiais para a criação de um espaço acolhedor a esse grupo. No entanto, cabe destacar que são muitos os desafios para que essa participação familiar na escola se efetive, dentre eles, destacamos a questão da mediação dos conflitos, que acontecem no espaço escolar. Muitas famílias querem ser ouvidos, expor as suas opiniões e suas angústias, mas se sentem tolhidas, pela insegurança em se expressar. Nesse sentido, essa participação tem que ser valorizada pela escola.

Segundo Sales (2015), alguns estudos comprovam que houve um aumento significativo na frequência escolar dos alunos participantes do Programa Bolsa Família. Porém, essas famílias precisam do suporte de outras políticas públicas, que garantam o acesso a direitos sociais básicos. Dessa maneira, o acompanhamento das condicionalidades, no caso, o registro da frequência escolar regularmente, é necessário para o monitoramento e recebimento do benefício. Porém, essa condicionalidade é necessária, desde que a referida família não seja penalizada, com a perda do benefício, já que ela contribui para a concretização das responsabilidades do Estado, como são expressas nas diversas legislações do país.

A relação escola e família se dão, primeiramente, através da forma como acontece o tratamento no espaço escolar. Para tanto, é imprescindível o conhecimento da equipe gestora e dos professores sobre a realidade dos alunos com que convivem diariamente. Para o aprimoramento dessa relação, uma estratégia viável seria entender que tipo de aluno frequenta a escola, desmistificando o aluno idealizado pelo docente, sendo entendida a realidade do aluno real. Essa quebra de paradigmas é um passo importante, para que uma nova relação de interação entre família e escola se desenvolva.

2.3.3 O abandono escolar nas escolas selecionadas para a pesquisa

O fenômeno do abandono escolar não pode ser considerado apenas como ausência de aulas sem justificativas, mas como uma problemática social que afeta diferentes fatores e com proporções futuras.

O Ministério da Educação definiu que o valor mínimo é de R\$ 2.875,03 por aluno, que deverá ser investido, de acordo com a Portaria Interministerial nº 8, de 26 de dezembro de 2016. Essa portaria estabelece os parâmetros operacionais para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), no exercício de 2017.

Mediante as políticas educacionais, é necessário investir em uma área educacional ainda maior, pois os problemas com abandono escolar, evasão, reprovação, distorção idade série continuam a persistir nas escolas. Dessa forma, será possível cumprir as metas do Plano Nacional de Educação e conseguir cumprir os prazos, com ajustes nas estruturas financeiras e organizacionais.

O abandono escolar é, assim, encarado como um tipo de perda do sistema que, quando atinge determinada dimensão, é considerada indesejável a todos os níveis pessoal e social. A nossa primeira preocupação deve ser identificar quem abandona a escola prematuramente e analisar os motivos desse mesmo abandono (CASTRO, 2010, p.5).

No intuito de entender a forma como os entrevistados entendem a questão do abandono escolar, foi feita uma pergunta sobre essa temática. A G5 caracterizou essa problemática como sendo “uma causa social, nenhum aluno abandona por sua vontade, existe sempre algo que impede seu desenvolvimento escolar. É um diagnóstico de que algo não está bem, sendo algo desastroso para a escola”. (G5 da Escola Estadual Wilma Vitoriano, entrevista realizada dia 7 de junho de 2017).

Ainda sobre a questão do abandono escolar, faz-se pertinente trazer a fala da P1:

Tanto faz os alunos do Programa Bolsa Família ou não, a postura é a mesma, vamos em busca desse aluno, inclusive com a parceria da Ronda Escolar, uma iniciativa da Polícia Civil, que também faz visita na casa dos alunos faltosos para saber o que está havendo e reverter o quadro atual (P 1 da Escola 1, entrevista realizada dia 16 de maio de 2017).

Uma estratégia que a escola 1 está utilizando para o resgate dos alunos infrequentes é a parceria do Projeto Ronda Escolar, em que a polícia realiza uma visita domiciliar na casa do aluno, para saber qual o motivo das faltas sem justificativa. Diante dessa iniciativa, os resultados estão sendo positivos, pois os pais estão enviando os filhos às aulas.

Destacamos que esse Projeto da Companhia Interativa Comunitária demonstra uma outra vertente da segurança pública, como forma de auxiliar a comunidade escolar a se proteger das diversas violações de direitos, que ocorrem no território em que a escola está inserida. A seguir, abordaremos a fala dos entrevistados sobre a questão do abandono escolar.

Um outro ponto relevante é como a P5 se refere ao abandono escolar, como sendo:

Hoje é um assunto muito problemático, que se vê pelas situações de várias escolas, que no turno noturno é mais presente. E que no caso das séries iniciais, como não há retenção e os pais são mais presentes, a escola informa que a responsabilidade da família é fundamental e que podem ser notificados, pelo Conselho Tutelar, as ausências dos filhos (P5 da Escola 5, entrevista realizada em 7 de junho de 2017).

Outra perspectiva foi compartilhada pela P3 sobre a problemática do abandono escolar:

Para que os alunos não abandonem, seria importante estudarem próximo de suas casas, pois recebemos alunos de outros bairros, bem distantes e o outro seria a falta de compromisso das famílias com os estudos dos filhos. A escola virou um grande parque, eles namoram, brincam, eles usam e vendem droga, fazem de tudo, um momento de lazer. Mas na sala de aula, que para é aprender, pensar num futuro melhor, são poucos que pensam dessa forma, estão lá mais para curtir ou porque o pai obriga comparecer a escola (P2 da Escola 2, entrevista realizada em 16 de maio de 2017).

Diante do exposto, percebemos que a questão do abandono escolar tem ligações com problemas sociais, que afetam diretamente a escola. Além disso, dependendo da idade escolar, os alunos são influenciados pelos pais a frequentarem as aulas. Nesse sentido, os que estão na faixa etária da adolescência são os que têm percentuais maiores nas taxas de abandono escolar. Ademais, a

escola, em muitos casos, utiliza de dispositivos legais da obrigatoriedade de frequência escolar mínima para a conclusão do ano escolar.

2.3.4 A gestão escolar nas escolas pesquisadas

A gestão participativa é um meio capaz de proporcionar, aos profissionais da educação, uma maior democratização da gestão, pois tais ações refletem no planejamento e na tomada de decisões do cotidiano. Segundo Paradela (2016), bons resultados escolares devem ser compartilhados por todos no ambiente escolar. Para tanto, é necessária uma gestão participativa, em que todos desempenham tarefas e se manifestam acerca de suas necessidades e anseios, caracterizando a importância de um trabalho em conjunto.

Cabe, a cada um, a reflexão dessa prática, que favorece as interlocuções, as críticas e uma descentralização, pautada na autonomia, o que abre espaço para uma democracia dentro do colegiado escolar. A abertura desse espaço aos pais, aos professores e aos alunos é uma estratégia que favorece a integração da comunidade escolar com a comunidade do entorno. Essa oportunidade de todos construírem os objetivos, as metas e as estratégias, para o bom funcionamento da escola, permite um atendimento às reais necessidades da comunidade escolar, refletindo em um interesse coletivo. A construção da autonomia acontece, a partir de um trabalho em conjunto, de cooperação mútua, entre equipe escolar e comunidade. Para haver uma gestão democrática na escola, todos os profissionais da educação têm a necessidade de saber a definição da categoria autonomia e as suas dimensões nas atribuições desenvolvidas na escola. Porém, essa autonomia é um desafio para a instituição e para os seus participantes.

No que se refere à gestão democrática nas escolas pesquisadas, buscou-se questionar os entrevistados sobre como eles entendem e praticam a gestão nas suas escolas. Sobre isso, a P2 relatou, em sua resposta, sobre a dificuldade de se fazer uma gestão democrática nas escolas:

A dificuldade vem de cima, haja vista que o cargo de gestão é indicação da própria Secretaria de Educação e também a resistência da Coordenadoria, que limitam, dizendo o que pode e o que não pode ser feito, ou seja, é limitada. A gestora até tenta envolver os demais funcionários, porém, é limitada pela Coordenadoria e

SEDUC. Dessa forma, a gestão democrática fica apenas no papel (P2 da Escola 2, entrevista realizada em 16 de maio de 2017).

A autonomia e a democracia caminham juntas, na constituição de uma gestão democrática como forma de construir a identidade, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996). Assim, a gestão democrática da escola deve estar relacionada com a participação compartilhada, de todos os indivíduos, nas ações escolares. Esse processo envolve professores, alunos, escola, estado e família, sendo fundamentado em uma democracia, em que as atividades estão discriminadas.

Para o gestor, durante a administração de uma escola na rede pública de ensino, muitas vezes é um desafio a construção de uma gestão democrática que atenda às necessidades da educação. O gestor, muitas das vezes, precisa tomar decisões que não agradam a todos. Porém, essas iniciativas são necessárias para uma condução sistemática, a partir de uma liderança marcada pelo comprometimento com os objetivos educacionais, estimulando o espírito de equipe e a proatividade.

Persiste, ainda, o discurso da falta de participação da comunidade escolar na gestão da escola, de acordo com a fala da P2:

A comunidade não é participativa, nem no recebimento do boletim bimestral a grande maioria não comparece. Não se tem contato telefônico com esses pais, pois a escola não oferece tal serviço, o único meio é o meu celular particular. E os professores, em sua grande maioria, participam quando são convocados. (Pedagoga 2 da Escola Estadual D. João de Souza, entrevista realizada em 16 de maio de 2017).

A natureza do trabalho do gestor engloba a participação de uma equipe comprometida com a aprendizagem dos alunos. Hoje, agregam-se novos conceitos, visando as metas mínimas de competência e desempenho, exigidas para enfrentar com sucesso, as situações que nos apresentam como cidadão, como estudante, como trabalhador e ainda como consumidor.

Enfatizamos que as escolas, para melhorarem seu desempenho, deveriam administrar as suas prioridades. Além disso, deveriam tomar as suas decisões com eficácia, como forma de otimizar o uso dos recursos para atender às necessidades da escola e os anseios dos profissionais internos.

A gestão democrática da escola fica fortalecida, quando se incorpora uma visão integradora de sua realidade. Para tanto, é necessário considerar as áreas pedagógicas, financeiras e estruturais, além da comunidade, das relações pessoais, do desempenho escolar e do relacionamento com o ensino. A comunidade escolar e a comunidade do entorno precisam estar envolvidas e comprometidas com o trabalho pedagógico desenvolvido. O conhecimento de todos, em relação a como essa gestão é desenvolvida, depende desse compromisso de todos, por uma educação que garanta direitos.

Não podemos esquecer que as condições de trabalho do professor refletem, também, diretamente no desempenho escolar dos alunos, como podemos exemplificar: salas com lotação extrema, falta de apoio pedagógico ao professor, falta de atendimento especializado para alunos que merecem um “acompanhamento diferenciado”, reflexo de problemas domésticos em sala de aula, questões sociais que desestabilizam os alunos, entre outros.

A escola de hoje tem uma grande necessidade de definir os papéis de cada um na prática desempenhada no cotidiano. Nesse sentido, é preciso responsabilizar pais, alunos e professores, por resultados que não são esperados ou pela dificuldade na relação do processo de aprendizagem, havendo uma reflexão contínua de tudo que é realizado. Um outro fato é a questão da conquista da autonomia pela escola, que implica, no mínimo, na liberdade para gerenciar os seus recursos e para definir as suas diretrizes pedagógicas e administrativas. Com essa definição de papéis, o gestor tem a oportunidade de contribuir para a valorização do potencial de cada um.

Uma instância na escola que contribui para gestão participativa são os Conselhos Escolares, espaços de participação e controle social, concebidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996. Os artigos 14 e 15 apresentam as seguintes determinações sobre a gestão democrática:

Art. 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. Art. 15 – Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica

e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público.

Assim, os Conselhos Escolares foram criados a partir da Portaria Ministerial nº 2.896/2004, do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, com o propósito de promover a participação da comunidade na gestão escolar. Nesse sentido, o Colegiado, formado por representantes (gestor, professor, alunos e funcionários, pais de alunos e também representantes da comunidade local), pode deliberar e definir as prioridades na escola. Dessa forma, atua como um elemento importante para o alcance da finalidade de uma gestão democrática.

Assim, na fala da G1, a escola não está realizando, no âmbito de suas competências, oportunidade para o Conselho Escolar desempenhar as suas atribuições.

O Conselho Escolar se reúne muito pouco, em razão da gestão da escola tentar resolver as situações para que não seja preciso acioná-lo, mas tem papel de mediador que já conseguiu resolver diversas situações e APMC funciona de acordo com a normalidade (G1 da Escola 1 , entrevista realizada em 16 de maio de 2017).

Salientamos que a construção desse espaço democrático não é uma das tarefas mais fáceis. Dessa forma, é necessário um esforço constante de todos, principalmente do gestor da escola, ao ser capaz de gerenciar e ser um mediador, em todas ações desempenhadas por esse Colegiado.

Assim, para a implementação de uma gestão democrática, é necessário uma atuação para além dos muros escolares. Nesse sentido, é necessário que se rompa com o paradigma de que os problemas escolares podem ser solucionados nos limites da escola. A partir de uma articulação com interesses populares, é possível chegar a uma finalidade didática que beneficie a todos, em torno de um bem comum.

2.3.5 A situação de vulnerabilidade social das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família

Precisamos deixar claro que a pobreza cria condições de vulnerabilidade social, reduzindo as expectativas de uma vida com qualidade para as crianças,

adolescentes e seus familiares. Um dos primeiros fatores seria a questão da desnutrição na infância, que compromete todo o seu processo intelectual e físico do indivíduo. Outro fator é a questão do acesso à educação, que, devido às condições insalubres e muitas das vezes regionalizadas, há um impedimento da capacidade da garantia de direitos básicos sociais. Dessa forma, a autora nos remete:

Apesar do uso histórico do termo vulnerabilidade em diversos estudos sociais, as aproximações analíticas à vulnerabilidade social datam apenas dos últimos anos, período em que se levou a cabo maior reflexão a respeito das limitações dos estudos sobre a pobreza e sobre os escassos resultados das políticas associadas a eles na América Latina. Tais enfoques da pobreza – apesar de servirem à identificação dos setores mais desprovidos da população a serem atendidos pelas políticas sociais – não deram conta das complexas raízes desse fenômeno, já que se baseavam apenas no uso de indicadores de renda ou carências que delimitam a insatisfação de necessidades básicas (ABRAMOVAY, 2002, p.28).

Um desafio para as políticas educacionais seria construir uma escola que atenda a uma clientela tão diversificada, com famílias oriundas de classes trabalhadoras, com dificuldades financeiras e estruturais, que impedem, em muitos casos, o acompanhamento da escolarização dos alunos. Em virtude das situações de vulnerabilidades, muitos estudantes se veem prejudicados na conclusão das diferentes modalidades de ensino, na idade oficial. Apontam, ainda, a defasagem escolar, a repetência constante e as reprovações como aliados para o abandono escolar na Educação Básica. Assim, no pensamento de Abramovay (2002):

Neste sentido o conceito de vulnerabilidade ao tratar da insegurança, incerteza e exposição a riscos provocados por eventos socioeconômicos ou ao não-acesso a insumos estratégicos apresenta uma visão integral sobre as condições de vida dos pobres, ao mesmo tempo que considera a disponibilidade de recursos e estratégias para que estes indivíduos enfrentem as dificuldades que lhes afetam (p.30).

A escola inclusiva deve estar preparada para o atendimento dos mais diversos tipos de público, levando em consideração o tempo de aprendizagem, os valores, e o reconhecimento de que cada aluno tem um potencial que deve ser respeitado. De fato, a escola, para se tornar inclusiva, deve se fundamentar na pluralidade, na liberdade, na justiça social, objetivando o desenvolvimento de sujeitos comprometidos, com a transformação social e se reconhecendo com direitos

e deveres. Assim, a escola é caracterizada como um espaço que atenda às diversidades de público. Nesse sentido, é necessária uma escola com diretrizes voltadas para a inclusão de alunos, por meio de uma rede de proteção e promoção social, na perspectiva de consolidação do exercício pleno da democracia.

A partir da associação da desigualdade social e a segregação juvenil, tem-se conseguido esclarecer cenários das complexas nuances da relação juventude e violência. Essa relação é percebida como o produto de dinâmicas sociais, pautadas por desigualdades de oportunidades, segregações, uma inserção deficitária na educação e no mercado de trabalho, de ausência de oportunidades de lazer, formação ética e cultural em valores de solidariedade e de cultura de paz e de distanciamento dos modelos que vinculam esforços a êxitos. (ABRAMOVAY, 2002, p.55-56).

É dever das instituições públicas contribuir para a acessibilidade do acesso à educação, promovendo, aos estudantes, o conhecimento, em especial àqueles em situação de vulnerabilidade, em função das suas condições socioeconômicas. Esses princípios são preconizados pela Constituição Federal de 1988, no seu artigo 206.

Assim, a G1, em entrevista, enfatiza que o Programa Bolsa Família vem contribuindo para a ampliação do acesso à educação e da frequência escolar desses alunos. Vejamos abaixo:

A escola vem conseguindo reverter esse quadro de abandono escolar, não é somente em razão do Programa Bolsa Família, mas também pelas estratégias próprias da escola e o Programa vem dá suporte para referida ação. Pela necessidade de receber o pagamento, os pais acabam acompanhando a frequência escolar dos filhos. E o Programa tem trazido esse aluno para a escola. (G1 da Escola1, entrevista realizada 16 de maio de 2017).

Outra fala que merece destaque é o trabalho realizado pela G5, para garantir o acesso à matrícula e à permanência na escola, como preconiza as legislações do direito à educação.

Fazemos uma ação de monitoramento dos faltosos, contato com as famílias para saber os motivos da infrequência, para os devidos encaminhamentos com a rede de proteção. Reforçando o compromisso da família de acompanhar regularmente a frequência escolar dos filhos (G5 da Escola 5, entrevista realizada em 7 de junho de 2017).

Ressaltamos que a referida ação, realizada pela Escola 5 com os alunos, está proporcionando o acompanhamento da frequência escolar de forma sistematizada. Além disso, são feitos os encaminhamentos, relacionados à violação de direitos dessa clientela, aos órgãos competentes, no caso, ao Conselho Tutelar e ao Ministério Público da área, como determina o Estatuto da Criança e do Adolescente. Essa estratégia vem trazendo pontos positivos para a prevenção ao abandono escolar.

Além disso, outro ponto a destacar é o desafio do estreitamento dos laços familiares dos alunos com a escola. É importante pontuar que a família necessita ser uma parceira nessa relação, pois muitos alunos se encontram em situações de vulnerabilidade social e, lidar com essas situações, pode ocasionar o afastamento da escola.

3 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO EM ESCOLAS ESTADUAIS DA COORDENADORIA DISTRITAL 6

No decorrer da pesquisa, foram encontrados pontos relevantes, que subsidiarão Plano de Ação Educacional-PAE. Essas questões foram identificadas, a partir do que foi constatado nas entrevistas semiestruturada.

A partir do estudo, foi possível constatar algumas questões:

- a) No Projeto Político Pedagógico das escolas, não há ações específicas de prevenção ao abandono escolar.
- b) A maioria da equipe entrevistada da escola associa a frequência escolar do Programa Bolsa Família com o rendimento escolar.
- c) O principal motivo da baixa frequência escolar, apresentado pela família, são casos de doença.
- d) A maioria das escolas responsabilizam as famílias pelo não acompanhamento familiar;
- e) As escolas com maiores índices de abandono escolar da Coordenadoria Distrital 6 estão numa área com índices de vulnerabilidade social.
- f) Os Conselhos Escolares foram criados nas escolas, porém não funcionam de acordo com os objetivos, propostos nas orientações de suas diretrizes.

Diante de tudo o que foi pesquisado sobre a questão do abandono escolar, a partir do recorte, no desenho do Programa Bolsa Família, e da análise das entrevistas, foram encontrados pontos relevantes da pesquisa, que serão apresentado no Quadro 8. Além disso, também serão elencadas propostas, que possam contribuir para prevenção e a diminuição dos índices do abandono escolar, nas instituições escolares da Secretaria. Por fim, será elaborado um Plano de Ação Educacional, que esteja alinhado com os aspectos encontrados na pesquisa.

3.1 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL-PAE: ALTERNATIVAS DE PREVENÇÃO AO ABANDONO ESCOLAR NAS ESCOLAS DA COORDENADORIA DISTRITAL 6

A partir de todo o estudo e da reflexão sobre a problemática da gestão, em relação ao abandono escolar, o terceiro capítulo tem, por finalidade, propor ações que minimizem os percentuais do fenômeno do abandono escolar. Nas escolas, foco da presente pesquisa, o Plano de Ação Educacional poderá ser ampliado para outras escolas que possuam um alto índice de abandono escolar.

Assim, justificamos o Plano de Ação Educacional, com sugestões de propostas para a redução do abandono escolar na Coordenadoria Distrital 06. É uma grande necessidade reverter o quadro atual desse fenômeno, que prevalece nos dados estatísticos da esfera educacional. Para tanto, é fundamental a adesão de todo corpo docente e discente, no processo de implementação do referido plano.

O conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente necessita ser socializado entre os estudantes e seus familiares, sendo apresentada a legislação que ampara, determina e responsabiliza responsáveis legais, poder público, crianças e adolescente pelos direitos e deveres que fazem parte do cotidiano escolar.

Ressaltamos que, no decorrer da pesquisa, vários pontos relevantes foram constatados, servindo como indicações para a formulação de propostas para o PAE. Esses dados podem ser vistos no Quadro 6.

Quadro 6 - Pontos relevantes da pesquisa e propostas

Pontos Relevantes da Pesquisa	Propostas
1.No Projeto Político Pedagógico das escolas não há ações específicas de prevenção ao abandono escolar.	Proposta 1- Criação de um Núcleo de Prevenção ao Abandono Escolar por escola
2.A maioria da equipe entrevistada da escola associa a frequência escolar do Programa Bolsa Família com o rendimento escolar.	Proposta 3-Roda de Conversa com os profissionais da educação para o nivelamento de informações sobre as diretrizes do Programa Bolsa Família.
3.O principal motivo pela baixa frequência escolar apresentado pela família é doença.	Proposta 5- Fórum de debates com gestor, professores e pais sobre as legislações que preconizam a permanência do aluno na escola e a questão da responsabilidade compartilhada entre escola e família.
4.A maioria das escolas responsabiliza as famílias pelo não acompanhamento familiar.	Proposta 2- Reunião periódicas com a comunidade escolar e com os pais sobre as temáticas de prevenção das causas do abandono escolar.
5. As escolas, com maiores índices de abandono escolar da Coordenadoria Distrital 6, estão numa área com índices de vulnerabilidade social.	Proposta 4-Parcerias com as instituições que fazem parte da rede de proteção à crianças e adolescentes do estado
6. Os Conselhos Escolares foram criados nas escolas, porém, não funcionam de acordo com os objetivos proposto nas orientações de suas diretrizes.	Proposta 1- Criação de um Núcleo de Prevenção ao Abandono Escolar por escola

Fonte: Elaboração própria da autora (2017).

Diante do exposto, enfatizamos que, para a implementação de um trabalho para minimizar os índices do abandono escolar na Coordenadoria 06, definimos um plano de ação pautada na técnica 5W2H. Tal escolha se justifica, por ser uma ferramenta prática que viabiliza identificar os passos a serem seguidos das atividades propostas. E ainda, segundo Reyes (2000), possibilita, a qualquer momento, identificar os dados mais relevantes de um plano, quem é quem na instituição, o que faz e o por que realiza, e ainda reflete em uma análise e no conhecimento de todo o processo a ser desenvolvido. Nas próximas linhas, descreveremos, de forma minuciosa, as ações propostas na presente pesquisa.

3.1.1 Proposta 1-Criação de um Núcleo de Prevenção ao Abandono Escolar por escola

O Foco deste Núcleo é desenvolver ações pedagógicas de prevenção ao abandono escolar na rede pública estadual de ensino fundamental, havendo, como princípios norteadores: a igualdade, qualidade, gestão democrática e a valorização de cidadania. O referido Núcleo será composto por professores da rede pública do estado, pais e alunos, que deverão realizar um diagnóstico situacional sobre o número de alunos que estão com faltas consecutivas. Além disso, serão averiguados os motivos dessas infrequências para um monitoramento sistemático, com o auxílio de uma ficha de acompanhamento dos alunos com baixa frequência em sua escola. Caso os alunos sejam reincidentes, as instituições da garantia de direitos deverão ser acionadas, como o Conselho Tutelar e o Ministério Público, para uma intervenção formal na família.

Ressaltamos que os professores serão disponibilizados para atender à demanda do Núcleo e o Pedagogo utilizará a carga horária de dois dias da semana para realizar trabalho de prevenção ao abandono escolar. Os pais e alunos participarão do Núcleo, como colaboradores das ações, em horários que serão acordados em reunião.

Enfatizamos que todas as estratégias traçadas pelo Núcleo devem ser contempladas no Projeto Político Pedagógico da escola, a fim de garantir a sua efetivação. Serão realizadas reuniões quinzenais de avaliação, para a verificação de se o trabalho está alcançando as metas estabelecidas pela equipe, de prevenção ao abandono escolar. Pois, apesar de os entrevistados enfatizarem que o Projeto Político Pedagógico da Escola tem ações e estratégias de prevenção ao abandono escolar, são raros os projetos que contemplam essa temática.

Quadro 7 - Criação de um Núcleo de Prevenção ao Abandono Escolar

What	Why	Who-	Where	When	How	How Much
Criação de um Núcleo de Prevenção ao Abandono Escolar, por escola	Priorizar, no projeto pedagógico da escola, um projeto de ação permanente de prevenção ao abandono escolar, de acordo com a realidade da escola, formando um núcleo de prevenção ao abandono escolar, composto por representantes do Conselho Escolar e do Grêmio Estudantil	O núcleo formado na escola deve envolver pedagogo, professor, pais e alunos.	Na escola.	No prazo de seis meses.	Cada escola terá a autonomia para desenvolver o trabalho do que foi proposto no Projeto Político Pedagógico da Escola.	Não haverá custo, todos os recursos serão oriundos da própria escola.

Fonte: Elaboração própria da autora

É importante que o Conselho Escolar e o Grêmio Estudantil sejam envolvidos no processo de produção das estratégias de prevenção ao abandono escolar, haja vista que são órgãos colegiados que manifestam o desejo da comunidade escolar. Pelo que determina a LDB/1996, essa é uma importante estratégia da gestão democrática, que deve contribuir no processo de construção.

3.1.2 Proposta 2 - Reunião periódicas com a comunidade escolar e com os pais sobre temáticas de prevenção das causas do abandono escolar

A partir do diagnóstico da escola, o Núcleo deve iniciar o trabalho com a elaboração do Plano de Ações Pedagógicas, com a definição de um cronograma de reuniões bimestrais com a comunidade escolar, para refletir sobre as temáticas que envolvem o cotidiano escolar dos alunos, destacando assuntos como violência, bullying, drogas, gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis, métodos contraceptivos, sexualidade e direitos e deveres de crianças e dos

adolescentes, no que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente, como prevenção ao abandono escolar.

Os palestrantes serão das instituições que constituem a Rede de Proteção às Crianças e Adolescentes¹¹, não tendo nenhum custo para a escola. Ressaltamos que, para o trabalho em rede tenha funcionalidade, é necessário integrar todos os atores no processo de planejamento e implementação. A escola, como o centro articulador de todo processo, deve utilizar todas as instituições na área territorial no qual está inserida.

A partir das discussões, a comunidade escolar deve ser convocada para um encontro, em que deve ser explicado detalhadamente como deverá ser o trabalho realizado pela equipe do Núcleo e a necessidade do apoio familiar no referido processo. Para essa interação entre escola, alunos e pais, é pertinente uma Feira Cultural, com projetos que envolvam dança, além do trabalho com conteúdo de educação física, a criação de coreografias diversificadas, abordando assuntos relacionados a outras disciplinas de forma interdisciplinar.

Em língua portuguesa, por exemplo, os alunos devem elaborar poemas, paródias e exposição de mural, identificando os diversos tipos de motivos que impedem a frequência na escola, com sugestões para possíveis soluções.

Destacamos que a escola não é o único meio de ensinar, não é a única forma de educação. A sociedade cria meios de ensinar, aos sujeitos que a constituem, o que ela desejar ou necessita.

Nas palavras de Brandão:

Assim, quando são necessários guerreiros ou burocratas, a educação é um dos meios de que os homens lançam mão para criar guerreiros ou burocratas. Ela ajuda a pensar tipos de homens. (...) a educação participa do processo de produção de crenças e ideias, de qualificações e especialidades que envolvam as trocas de símbolos, bens e poderes que, em conjunto, constroem tipos de sociedade (1981, p.11).

¹¹ Conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, voltadas para o atendimento dos direitos de crianças e adolescentes no nível municipal. A rede local deve articular, com o maior número de organizações, com destaque para aquelas que representam o poder público municipal, os Conselhos de Direito e Conselhos Tutelares, a Justiça da Infância e da Juventude, as entidades de atendimento, o Ministério Público, os órgãos de segurança Pública, a Defensoria Pública e os centros de defesa de direitos, bem como as demais organizações representantes da comunidade, dispostas a contribuir para a promoção e a defesa dos direitos de crianças e adolescentes. (GUIA ESCOLAR- Rede de Proteção à Infância, 2011).

Essa ação conjunta é importante no envolvimento de todos e depende de alguns princípios norteadores para a efetivação da interação entre a escola e a família, tais como:

- a) A escola como espaço de construção de identidade;
- b) A participação da família, em informações de seus filhos sobre a educação para decisões em conjunto, garantindo o seu direito e responsabilidade;
- c) Compartilhar a proteção integral da criança e do adolescente, por meio de ações que integrem as políticas públicas intersetoriais
- d) A educação de qualidade, como direito fundamental de todas as pessoas.

O gestor, ao desenvolver um trabalho de valorização da participação dos pais, fortalece o seu papel como líder, influenciando, dessa maneira, a responsabilidade compartilhada. Nesse sentido, é necessária uma atuação para além dos muros escolares, rompendo-se o paradigma de que os problemas escolares podem ser solucionados nos limites da escola. A partir de uma articulação com os interesses populares, é possível cumprir uma finalidade didática, que beneficia a todos em torno de um bem comum. Como proposta, apresentamos o Quadro 8, referente à síntese dessa ação:

Quadro 8 - Reuniões Periódicas com pais e alunos

What	Why	Who	Where	When	How	How Much
Reuniões periódicas com os pais e alunos.	Propiciar atividades de integração entre escola, alunos e seus familiares, de modo que a família seja co-participante do processo de formação integral do aluno.	O núcleo formado na escola -gestor, pedagogo ,professor, pais e alunos.	Na escola.	No prazo de seis meses, a partir da efetivação do Projeto Político Pedagógico	Exposição de vídeos e Feira Cultural, palestras sobre temáticas de prevenção à violência, bullying, drogas, gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis- DST's, métodos contraceptivos, sexualidade, direitos e deveres das crianças e dos adolescentes.	Não haverá custo, todos os recursos serão oriundos da própria escola

Fonte: Elaboração própria da autora.

A ação proposta depende, principalmente, da união de todos. Nesse sentido, a comunidade escolar e a comunidade no qual está inserida a escola precisam estar envolvidas e comprometidas com o trabalho pedagógico desenvolvido.

3.1.3 Proposta 3 - Roda de Conversa com os profissionais da educação para o nivelamento de informações sobre as diretrizes do Programa Bolsa Família

A partir do 2º semestre do corrente ano, em cada escola pesquisada, como um projeto piloto, será organizado um encontro, de responsabilidade do Núcleo de Prevenção ao Abandono Escolar formado na escola. O encontro acontecerá durante três dias e será intitulado como “Roda de Conversa”. Nesse momento, os educadores da escola, de todos os turnos, analisarão e discutirão sobre as diretrizes do Programa Bolsa Família. Ressaltamos que as temáticas abordadas serão ministradas pelos técnicos do Centro de Referência da Assistência Social-CRAS e pela Coordenação Municipal e Estadual do Programa Bolsa Família. Dessa forma,

será possível esclarecer sobre a caracterização, dimensão do Programa, bem como o caráter intersetorial do mesmo. Com base nas discussões, os participantes deverão construir um relatório sobre todas as conclusões e passos que serão incluídos no Projeto Político Pedagógico de sua escola e encaminhar à Secretaria de Educação do Estado, para posterior acompanhamento.

Quadro 9 - Proposta 3- Roda de Conversa com os profissionais da educação, para o nivelamento de informações sobre as diretrizes do Programa Bolsa Família

What	Why	Who	Where	When	How	How Much
Apresentação de uma “Roda de Conversa”	Socializar o documento para os educadores e debater sobre as possíveis sugestões, de acordo com a diversidade do estado	Técnicos do Cras, da Coordenação Municipal e Estadual do Programa Bolsa Família	Na escola.	No prazo de um mês.	Cada escola terá a autonomia para desenvolver o seu trabalho. Sugerimos exposição oral, apresentação de vídeos com debates, entrevistas de especialistas sobre a temática do Programa Bolsa Família.	Não haverá custo, todos os recursos serão oriundos da própria escola e dos parceiros da escola.

Fonte: Elaboração própria da autora.

Com a referida ação, o gestor tem a responsabilidade de conduzir um trabalho que englobe a participação de uma equipe comprometida com o sucesso da proposta.

Ressaltamos que a roda de conversa é uma metodologia que consiste na criação de espaços de diálogo, em que os educadores podem se expressar e, sobretudo, escutar os outros e a si mesmos sobre a temática abordada. Além disso, essa iniciativa pode estimular a construção da autonomia, por meio da problematização e da reflexão, havendo uma troca de informações.

Conclui-se que, para os educadores, a Roda de Conversa constitui uma ação da gestão democrática proporcionando uma dinâmica participativa de todos que compõem a comunidade. Nesse sentido, há o reconhecimento da escola como um espaço de autonomia. Nesse contexto, os caminhos trilhados devem ser encaminhados pela liderança do gestor. A atuação do gestor tem uma grande relevância em uma escola, para a construção de um espaço de autonomia, que garanta as manifestações de todos.

A escola de hoje tem uma grande necessidade de definir os papéis de cada um na prática desempenhada no cotidiano. Responsabilizar pais, alunos, professores por resultados que não são esperados ou pela dificuldade na relação do processo de aprendizagem nos remete a reflexão contínua de tudo o que é realizado. Um outro fato é a questão da conquista da autonomia pela escola, uma vez que há o mínimo de liberdade para gerenciar os seus recursos e definir as suas diretrizes pedagógicas e administrativas. Com essa definição de papéis, o gestor tem a oportunidade de contribuir para valorização do potencial de cada um.

3.1.4 Proposta 4- Parcerias com as instituições que fazem parte da rede de proteção a crianças e adolescentes do bairro

A partir da realidade verificada na pesquisa, detectamos que as escolas estão inseridas em um território com situações de vulnerabilidades sociais que fazem parte do cotidiano escolar. Nesse sentido, é necessário mostrar, à comunidade escolar, que essas questões precisam ser pensadas diante do contexto. Dessa forma, estabelecer parcerias com instituições da rede de proteção à criança e ao adolescente é fator fundamental para que o gestor gerencie a comunidade escolar, refletindo sobre as intervenções que devem ser adotadas.

Assim, o maior desafio para uma gestão na escola é a efetividade da prática, de forma a alcançar os objetivos propostos. Nesse sentido, o gestor deve ser capaz de mobilizar a instituição escolar, a partir do seu planejamento, execução, monitoramento e avaliação, de forma que os ajustes e reajustes necessários sejam feitos, para caminhar lado a lado com sua equipe escolar. O autor enfatiza:

Neste sentido, o gestor estratégico ultrapassa o papel do mero planejador profissional, tornando-se o conselheiro e facilitador das decisões em todos os níveis da organização. Reconhece-se então que o estrategista-chave é o

gestor executivo dos programas em que a estratégia se desdobra (ESTEVIÃO, 1998, p.6).

Dessa forma, a gestão estratégica direciona e mobiliza as ações de todos na escola e garante a capacidade de todos na tomada de decisões compartilhadas. Nesse sentido, a escola pode ser pautada em uma proposta educativa com práticas pedagógicas regidas por princípios democráticos, sendo toda a comunidade escolar responsável pelo processo. Nessa perspectiva, todos atuam como protagonistas, porém, sem perder de vista o respeito e a hierarquia, tendo como prática cotidiana o diálogo e o princípio da democratização da educação. A forma dessa construção coletiva é autônoma e, para fazê-la, o mais relevante é efetivamente criar a cultura da participação cooperativa na escola, nos processos pedagógicos.

Dessa forma, a escola deverá formalizar um documento, convidando as instituições de saúde, de segurança, de lazer, Conselho Tutelar, Centro de Referência da Assistência Social para uma reunião, com a finalidade de estabelecer parcerias sobre as responsabilidades de cada órgão, na garantia dos direitos de crianças e adolescentes, no que tange as situações de vulnerabilidades em que os alunos estão inseridos, no seu ambiente familiar e escolar. Além disso, é necessária uma reflexão sobre as medidas cabíveis de cada órgão e sobre o serviço de atendimento de cada instituição, sendo esses dados apresentados à comunidade escolar.

Após o referido encontro, um documento formal deverá ser construído e assinado por cada representante legal, para pactuar com as instituições, sendo estabelecido o compromisso de cada uma, como participante da Rede de Proteção de Crianças e Adolescentes. Portanto, propomos uma ação, conforme o Quadro 11 demonstra:

Quadro 10 - Parcerias com as instituições que fazem parte da rede de proteção as crianças e adolescentes do estado

What	Why	Who	Where	When	How	How Much
Parcerias com as instituições que fazem parte da rede de proteção a crianças e adolescentes do estado	Consolidar parcerias com instituições da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente	O Núcleo formado na escola – pedagogo, professor, pais e alunos	Na escola.	No prazo de seis meses, a partir da criação do Núcleo	Cada escola terá a autonomia para desenvolver o seu trabalho, mediante agendamentos de reuniões e formalização de documento.	Não haverá custo, todos os recursos serão oriundos da própria escola

Fonte: Elaboração da própria da autora.

Considerando que, para um processo de mudança ocorrer, é necessário o apoio de todos, é necessária uma explicação de todo o processo e dos impactos que essas iniciativas podem ocasionar numa organização. Isso dará segurança às pessoas, diante das mudanças, havendo muito mais chance de aceitação. Uma recomendação importante é o registro do progresso que essas mudanças refletem na organização, como estímulo para que as pessoas continuem acreditando. Por fim, é necessário que os reflexos da mudança sejam revistos, de forma que sejam implementadas novas medidas, caso necessário.

3.1.5 Proposta 5- Fórum de debates com gestor, professores e pais sobre as legislações que preconizam a permanência do aluno na escola e a questão da responsabilidade compartilhada entre escola e família

A partir do que verificamos nas entrevistas, sobre a importância do nivelamento de informações de professores, pais e alunos, em relação às legislações, é importante construir, juntamente com a comunidade escolar, uma cultura de prevenção à problemática do abandono escolar. Essa questão é muito complexa e, dessa forma, com o Fórum de debates, será possível traçar discussões com os atores e instituições que fazem parte da rede de proteção.

Será realizado um Fórum de discussão, com a participação da comunidade escolar e dos representantes legais da rede de proteção, como: promotor,

conselheiro tutelar e juizes, que serão os mediadores. Nesses momentos, será exposto sobre as legislações brasileiras de permanência na escola e da responsabilidade compartilhada da família e da instituição escolar. Com essa proposta, a escola garante, legalmente, que todos conheçam as legislações e as punições para o descumprimento. Além disso, é importante pontuar que os pais são importantes aliados no referido processo.

Consideramos a descentralização um importante mecanismo de incentivo à qualidade do ensino, além do incentivo a práticas inovadoras, que valorizem o estudante e o professor, no desenvolvimento de ações que busquem fomentar um futuro promissor para os alunos. Para atender a essa necessidade, ilustramos, no Quadro 12, as ações propostas:

Quadro 11 - Proposta 5 - Fórum de debates com gestor, professores e pais sobre as legislações que preconizam a permanência do aluno na escola e a questão da responsabilidade compartilhada entre escola e família

What	Why	Who	Where	When	How	How Much
Fórum de debates com gestor, professores e pais sobre as legislações que preconizam a permanência do aluno na escola e a questão da responsabilidade compartilhada entre escola e família	Explicar, com detalhes, sobre as legislações da Constituição Federal de 88, o Estatuto da Criança e do Adolescente, e Lei de Diretrizes e Bases da Educação sobre a frequência escolar e o acompanhamento dos pais no processo escolar dos filhos.	Os profissionais da rede de proteção à criança e ao adolescente	Na escola.	No prazo de dois meses	Com a exposição oral das legislações pelos profissionais, utilizando projeção de vídeos, estudos de caso e debates.	Não haverá custo, todos os recursos utilizados serão os já existentes na própria escola.

Fonte: Elaboração própria da autora.

A referida ação desafia toda comunidade escolar, os órgãos de direitos e a família, em relação ao cumprimento de todas as legislações. Essa ação é importante, já que muitos dos entrevistados falaram que os pais, dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família, garantiam a permanência dos filhos na

escola, devido ao recebimento do benefício. O maior problema se encontra no campo do desconhecimento das legislações, que preconizam o direito ao acesso, à matrícula e à frequência escolar. Essa ausência de conhecimento envolve muitos profissionais da educação e também dos pais. Nesse sentido, é importante alertar, aos pais e/ou responsáveis, quanto as penalidades previstas em Lei, no Estatuto da Criança e do Adolescente, relacionadas à ausência de seus filhos na escola, no caso o abandono intelectual.

Diante do exposto, destacamos que a natureza fundamental dessas ações, propostas no PAE, são voltadas para prevenção ao abandono escolar, como forma de equacionar o problema, não somente para as escolas da Coordenadoria Distrital 6, mas também para as demais da rede estadual de ensino. Assim, dentro de uma perspectiva democrática, o gestor é o ator principal desse processo de mudanças de paradigmas, através da liderança e do direcionamento participativo, em conjunto com a sua equipe de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2010, mais de 3,8% milhões de crianças e adolescente, na faixa etária de 4 a 17 anos, estavam excluídos da escola, de acordo com o censo demográfico (IBGE, 2010). Dentre esses grupos, estão os pobres e extremamente pobres, pais com o mínimo ou nenhuma escolaridade, negros, habitantes da área rural e famílias em situação de vulnerabilidade social. O referido acesso e a permanência na escola são preconizados em nossa Constituição Federal de 1988, sendo abordado como um direito social fundamental, de responsabilidade da família, do Estado e da sociedade, em seus artigos 205 e 208.

São muitos os casos ainda de abandono escolar, que se tornaram um desafio eminente para a gestão escolar. Assim, a dissertação presente procurou analisar as causas do abandono escolar nas escolas estaduais da Coordenadoria Distrital 06, a partir do recorte do Programa Bolsa Família, como política pública de garantia à permanência na escola, que combate o abandono e a evasão escolar de crianças e adolescentes.

A partir da explanação da pesquisa, foram analisadas, com a coleta de dados, as escolas estaduais Belarmino Marreiro, Dom João de Souza, Engenheiro Arthur Soares Amorim, Juracy Batista, em relação às causas do abandono escolar. Além disso, também foi abordado o gerenciamento da escola estadual Wilma Vitoriano, que vem reduzindo os índices de abandono escolar. Com o recorte dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família, a pesquisa revelou como os profissionais da educação compreendem o Programa e as legislações que amparam o acesso à matrícula escolar e à frequência escolar.

É importante considerar que o Programa Bolsa Família possui problemas estruturais, mesmo constituindo principal ação política para a redução da desigualdade e pobreza no país. Um dos problemas é o fato de o programa limitar a inclusão dos pobres, haja vista que registra apenas o critério de renda para a adesão, desconsiderando o caráter multidimensional da pobreza.

Foi percebido que o Programa atua na redução do abandono escolar, ao aumentar a permanência na escola. Nesse sentido, resultou em um impacto positivo na frequência escolar das escolas pesquisadas, mesmo não sendo suficiente para romper com o ciclo intergeracional da pobreza.

Embora a dificuldade de um país como o Brasil, em relação à garantia da Universalização do Ensino fundamental, perpassa por diversas desvantagens que englobam as populações mais carentes, houve uma contribuição relevante na diminuição das taxas de abandono escolar, se comparado aos outros alunos não beneficiários do Programa Bolsa Família nas escolas pesquisadas. Quando os estudantes e seus familiares, beneficiários do Programa Bolsa Família, são cobrados, por educadores, pelo rendimento escolar, eles acabam frequentando esses espaços.

Outro aspecto a destacar é a fragilidade dos Conselhos Escolares, enquanto instâncias de comunicação entre escola e comunidade nas escolas pesquisadas, que não estão utilizando as prerrogativas para uma gestão democrática. Nesse sentido, manifestações coletivas, na troca de ideias, que iriam contribuir para definição de papéis, com objetivos comuns, deixam a desejar. Essa realidade enfraquece a dimensão pedagógica e estrutural da escola, uma vez que as prioridades não estão sendo discutidas e nem os problemas estão sendo resolvidos em conjunto. Nesse contexto, o Projeto Político Pedagógico se tornou apenas um documento que fica engavetado, sem atualizações ou replanejamento de ações pertinentes à gestão escolar.

Ressaltamos que o Conselho Escolar é um importante aliado na construção de um Projeto Político Pedagógico, voltado para a prevenção ao abandono escolar e para aproximar a família da escola. Dessa forma, é um desafio, para a equipe escolar, desenvolver estratégias voltadas para a coletividade.

A pesquisa revelou que uma gestão democrática faz a diferença no bom andamento da escola. Isso ocorre, porque a participação de todos em ações conjuntas, com discussões acerca de problemáticas que envolvem o âmbito escolar, resultam positivamente nas taxas de diminuição do abandono escolar.

A proposta do Plano Ação Educacional não representa a solução para a toda problemática que envolve a questão do abandono escolar nas escolas da Coordenadoria Distrital 6. Talvez, algumas sugestões devem ser adequadas de acordo com o diagnóstico situacional da instituição. Até porque, pontos relevantes para pesquisa refletem diretamente na gestão escolar do profissional que está na sala de aula.

E por fim, muitos responsabilizam os beneficiários pela condição de pobreza e sua superação, esquecendo que, para que essas mudanças aconteçam no seu

cotidiano, diversos fatores necessitam estar envolvidos e em funcionamento para tal política pública.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amélia Faller. **Família - Redes, Laços e Políticas Públicas**. Editora Cortez. 6ª edição, São Paulo, 2015.

ÁLVARES, Maria; CALADO, Alexandre. **Insucesso e Abandono Escolar: os Programas de Apoio**. In: Maria de Lurdes Rodrigues (Org.), 40 Anos de Políticas de Educação em Portugal: Volume I - A construção do sistema democrático de ensino (pp. 197-230), 2015.

AMAZONAS. Lei nº 4.183, de 26 de junho de 2015. **Aprova o Plano Estadual de Educação- PNE do Estado do Amazonas e dá outras providências**. Diário Oficial do Estado, 2015.

AMAZONAS. Lei nº 78 de 18 de maio de 2007. **Altera a Lei nº 8 de 05.07.2005**. Manaus, AM, 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007. Coleção primeiros passos; 1ª ed. de 1981.

BRASIL. **Constituição Federal**. 1988

BRASIL. **O Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº. 8069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da República.

BRASIL. Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, **posteriormente concretizada na forma da Lei nº 10.836, de janeiro de 2004 e regulamentada pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, surge o Programa Bolsa Família**. Brasília, 2004.

BRASIL. Lei ordinária nº10.836 de 9 de janeiro de 2004. 2004a. **Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências**.

BRASIL. Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004. 2004b. **Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências.**

BRASIL. Portaria Interministerial nº 3.789, de 17 de novembro de 2004. **Estabelece atribuições e normas para o cumprimento da Condicionalidade da Frequência Escolar no Programa Bolsa Família.** Brasília, 2004.

BRASIL. Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007. **Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências.** Brasília, 2007.

BRASIL. Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. **Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências.** Brasília, 2007.

BRASIL. Portaria Interministerial nº 17/2007. **Institui o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contraturno escolar.** Brasília, 2007.

BRASIL. Portaria nº 251, de 12 de dezembro de 2012. **Regulamenta a gestão das Condicionalidades do Programa Bolsa Família, revoga a portaria GM/MDS nº 321, de 29 de setembro de 2008, e dá outras providências.** Brasília: Ministério do Social e Combate à Fome, Brasília, 2012.

BRASIL. **Financiamento da Assistência Social no Brasil:** nota técnica de monitoramento. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, 2012.

BRASIL. Resolução nº 45, de 20/11/2013. **Dispõe sobre os critérios para a utilização de veículos de transporte escolar adquiridos no âmbito do Programa Caminho da Escola,** Brasília, 2013.

BRASIL, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, **entra em vigor o Plano Nacional de Educação – PNE,** Brasília, 2014.

BRASIL. Sistema de Condicionalidades-Sicon. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/>>. Acesso em: 15 de abr. 2016.

BRASIL. Sistema Presença. Disponível em :<<http://www.mec.gov.br/>>. Acesso em: 15 de abr. 2016.

BRASIL. Portaria Interministerial nº 8, de 26 de dezembro de 2016. **Estabelece os parâmetros operacionais para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, no exercício de 2017.** Brasília, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira.** Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/institucional/>>. Acesso em: 15 abri. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Efeitos do Programa Bolsa Família na redução da pobreza e distribuição de renda.** Disponível em:<<http://www.ipc-undp.org/publications/mdsa/46P.pdf>>. Acesso em 15 de set.2016b.

BROOKE, Nigel (Org.). **Marcos históricos na reforma da educação.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, 520 p. Coleção EDVCERE, 19.

BUSSO, Gustavo. **Vulnerabilidad social:** nociones e implicancias de políticas para latinoamerica a inicios del siglo XXI. Seminario Internacional: las diferentes expresiones de lavulnerabilidad social en América Latina y el Caribe. Santiago de Chile: CELADE, 2001.

CASTRO, C. F. V. **Abandono Escolar – Fatores e Estratégias de Combate.** Dissertação (Mestrado). Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal, 2010. Disponível em:<http://repositorio.utad.pt/bitstream/10348/617/1/MsC_cfvcastro.pdf>. Acesso em: 25 set. 2015.

CHARLOT, B. O fracasso escolar: um objeto de pesquisa inencontrável. In: _____ (org). **Da relação com o saber: elementos para uma teoria.** Porto Alegre :Artmed,2000.p.13-31.

CORREA, Zélia Delgado. **Caracterização da Evasão Escolar no CEEBJA de Santa Helena-PR, no primeiro semestre de 2011.**Trabalho de conclusão de Curso Especialização em Educação Profissional Integrada a Educação Profissional Integrada a Educação Básica na Modalidade EJA-Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Medianeira, 2012.

DIAS, Mirian Viviane. **Evasão escolar no ensino fundamental.** Machado: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, 2013.

DRAIBE, Sônia. A construção institucional da política brasileira de combate à pobreza: perfis, processos e agenda, **Cadernos de Pesquisa**, n. 34, UNICAMP, 1998, p.28.

ESTEVÃO, Carlos Alberto Vilar. **Gestão Estratégica nas escolas**. Edição, 1ª ed. Editor: Lisboa Instituto de Inovação Educacional, 1998. Série. Cadernos de organização e gestão escolar, 9. Disponível em:<http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/pol/gestao_estrategica.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2016.

FERNANDES, Cláudia de Oliveira. Fracasso escolar e escola em ciclos: tecendo relações históricas, políticas e sociais. **Anais da 28ª Reunião da ANPED**, 2005.

FERREIRA, Naura S. Carapeto (Org.). **Gestão Democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 2016.

FONTE, Felipe de Melo. **Políticas públicas e direitos fundamentais: elementos de fundamentação do controle jurisdicional de políticas públicas no estado democrático de direito**. São Paulo: Saraiva. 2013, p.58-59

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia-Saberes Necessários á Prática Educativa**, SP: Paz e Terra.1997.

FREIRE, Paulo. **À Sombra desta Mangueira**. São Paulo, Olho d'Água (3ª ed.) 2000.

GADOTTI, Moacyr. **Escola Cidadã**. São Paulo: Cortez, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUEDES, I. C. Quem falta faz falta. Gazeta Vale paraibana [online]. São José dos Campos, 01 dez. 2015. **Discutindo a educação – Debatendo a Educação**. Disponível em: <<http://www.gazetavaleparaibana.com/097.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2010>>.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
Anísio Teixeira. **Programa Bolsa Família sobre a frequência escolar: uma análise de diferenças, a partir da PNAD**. Na Medida, ano 3, n. 6, Brasília, jan. 2011. (Boletim de Estudos Educacionais do INEP). Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/na_medida/BNMedida-ano3-N6Jan2011.pdf>. Acesso em: 12 out. 2015.

KLEIN, Ruben. Seminário: **A crise de audiência no ensino médio. A falta de participação dos jovens no ensino médio**. Instituto Unibanco. São Paulo, 2008.

KAZTMAN, R. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. **Revista de la CEPAL**, Santiago do Chile, n.75, p.171-189. dec. 2001.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

LEITE, Lucia Helena Alvarez. Caderno Digital - Módulo III: **Escola: Espaços de tempos de reprodução e resistências da pobreza**. 2015. Disponível em: <www.cerfort.ufam.edu.br>. Acesso em: 05 dez. 2016.

LÜCK, Heloisa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Editora Positivo, 2009.

NEUBAUER, Rose; SILVEIRA, Ghisleine Trigo. **Impasses e alternativas de para a América Latina: Gestão dos sistemas escolares – quais caminhos perseguir?** 2008. Disponível em: <<http://www.ppgp2014.caedufjf.net/mod/resource/view.php?id=2344>>. Acesso em: 02 de set. 2017.

NOVOA, A. **As organizações escolares em análise**. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1995.

PARADELA, Victor. **Competências da liderança na Gestão Escolar**. Programa de pós-Graduação Profissional da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGP/UFJF) 2016. Disponível em: <<http://www.ppgp2014.caedufjf.net/mod/resource/view.php?id=2747>>. Acesso em: 09 jun. 2016.

REYES, A.E.L. **Implantação de um sistema de qualidade**. São Paulo: USP, 2000. Disponível em: <<http://www.esalq.usp.br/qualidade/pagexp1.htm>>. Acesso em: 14 de jul. 2016.

ROLDÃO, Maria do Céu. A Mudança anunciada da escola ou um paradigma de escola em ruptura? IN: **A Escola reflexiva e nova racionalidade** /organizado por Isabel Alarcão. - Porto Alegre: Artmede Editora, 2001. Disponível em: <<http://www.ppgp2014.caedufjf.net/mod/resource/view.php?id=257>>. Acesso em: 30 de jul. 2016.

SALES, Tainah Simões. **O Estado, a pobreza e o Programa Bolsa Família**. 1ªed. Curitiba: Editora Prismas,2015.

SÃO PAULO. Diário Oficial de São Paulo. Resolução nº 42 de 18 de agosto de 2015. **Institui o Projeto “Quem Falta Faz Falta”, no âmbito do Programa Educação – Compromisso de São Paulo, e dá providências correlatas**. São Paulo, 2015.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. **A Política Social Brasileira no Século XXI: A prevalência dos programas de transferência de renda**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Bolsa Família: Verso e Reverso**. Campinas: Papel Social, 2016.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para à Infância, **O Enfrentamento da exclusão escolar no Brasil-Campanha Nacional pelo Direito à Educação**.Brasília,2014.

WEISSHEMER, Aurélio. **Bolsa Família-Avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil**.2. ed. São Paulo: Perseu Abramo.2010.

APÊNDICE A

Entrevista semi-estruturada

A presente pesquisa faz parte da dissertação exigida na Disciplina Dissertação III, a ser desenvolvida pela mestranda Aline Albuquerque da Cruz do Curso de Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública, ofertado pela Universidade Federal de Juiz de Fora-UFJF. A finalidade deste trabalho é propor ações de prevenção ao abandono escolar nas escolas estaduais da Coordenadoria Distrital 06. Solicitamos sua colaboração por meio da Entrevista semi-estruturada, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo. A sua participação na pesquisa é voluntária, o procedimento não oferece qualquer tipo de risco para sua integridade. Seus dados pessoais serão mantidos em sigilo e suas respostas serão usadas exclusivamente para pesquisa. Ressaltamos, que você deve responder de acordo com sua opinião. Agradecemos sua participação.

Ao Gestor da escola e ao Pedagogo

1. Como é a participação dos pais, alunos, professores, pedagogos, entre outros, nas ações da escola?
2. Quais são as dificuldades de se fazer uma gestão democrática?
3. De que maneira a gestão escolar incentiva os alunos a frequentarem as aulas?
4. Como é o funcionamento do Conselho Escolar e da Associação de Pais, Mestres e Comunitários-APMC?
5. Na sua escola há ações voltadas para a participação da família na escola? No caso de sim, que tipo de ações e com qual finalidade?
6. Como é a participação na escola dos responsáveis pelos alunos que recebem o Programa Bolsa Família?
7. A escola faz reuniões com os responsáveis pelos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família? Quais são as temáticas mais tratadas?
8. Quais são as atribuições da escola com relação ao Programa Bolsa Família?
9. Os alunos beneficiários do Programa Bolsa Família possuem algum tipo de acompanhamento pedagógico por parte da equipe gestora? Se sim, de que tipo é esse acompanhamento e como é realizado?

10. De que maneira as orientações do Programa Bolsa Família são repassadas para gestão da escola?
11. De que maneira o Programa Bolsa Família tem contribuído na permanência do aluno na escola.
12. Quais ações a escola implementa depois que identifica que o aluno do Programa Bolsa Família não está frequentando a escola?
13. O Projeto Político Pedagógico da escola possui ações voltadas para o combate do abandono escolar? Quais são as ações?
14. Na sua opinião, os alunos beneficiários do Programa Bolsa Família sofrem algum tipo de discriminação na escola?
15. Os alunos beneficiários do Programa Bolsa Família faltam às aulas com frequência? Quais são os motivos dessas faltas?
16. Na sua opinião, como o Programa Bolsa Família contribui para redução do abandono escolar em sua instituição de ensino?
17. As famílias dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família participam das atividades rotineiras das escolas? Que atividades são essas?
18. Que atividades são desenvolvidas pelas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família?
19. Quais ações a escola realiza para prevenir o abandono escolar? Existe uma diferença de tratamento entre os alunos de forma geral e os do PBF?
20. Algumas Considerações sobre a temática.

APÊNDICE B

Entrevista semi-estruturada

A presente pesquisa faz parte da dissertação exigida na Disciplina Dissertação II, a ser desenvolvida pela mestrande Aline Albuquerque da Cruz do Curso de Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública, ofertado pela Universidade Federal de Juiz de Fora-UFJF. A finalidade deste trabalho é propor ações de prevenção ao abandono escolar nas escolas estaduais da Coordenadoria Distrital 06. Solicitamos sua colaboração por meio de questionário, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo. A sua participação na pesquisa é voluntária, o procedimento não oferece qualquer tipo de risco para sua integridade. Seus dados pessoais serão mantidos em sigilo e suas respostas serão usadas exclusivamente para pesquisa. Ressaltamos, que você deve responder de acordo com sua opinião. Agradecemos sua participação.

Para o Secretário da escola

1. Como é realizada a coleta da frequência escolar dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família na escola?
2. Quais as principais justificativas que as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família informam pela baixa frequência escolar?
3. A escola faz reuniões com os responsáveis pelos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família? Quais são as temáticas mais tratadas?
4. Quais são as atribuições da escola com relação ao Programa Bolsa Família?
5. De que maneira o Programa Bolsa Família auxilia na permanência do aluno na escola.
6. Quais ações a escola implementa depois que identifica que o aluno do Programa Bolsa Família não está frequentando a escola?
7. Na sua opinião, os alunos beneficiários do Programa Bolsa Família sofrem algum tipo de discriminação na escola? No caso de sim, quais tipos?
8. Na sua opinião, o Programa Bolsa Família contribui para redução do abandono escolar em sua instituição de ensino? De que forma contribuiu?
9. Quais ações a escola realiza para prevenir o abandono escolar?

APÊNDICE C**LISTA DE MOTIVOS DA BAIXA FREQUÊNCIA - 2013****Conjunto A – Beneficiário com vínculo escolar/matrícula escolar****MOTIVOS****Tratamento de doença e de atenção à saúde do aluno**

- 1 a - Doença/problemas físicos
- 1 b - Doença/problemas psicológicos/mentais
- 1 c - Pós-parto/gravidez de risco/TPM

Doença na família/óbito na família/óbito do aluno

- 2 a - Óbito do aluno
- 2 b - Doença de pessoa da família prejudicando a frequência do aluno à escola
- 2 c - Óbito de pessoa da família prejudicando a frequência do aluno à escola

Fatos que impedem o deslocamento/ acesso do aluno à escola

- 4 a - Enchente
- 4 b - Falta de transporte
- 4 c - Estradas intransitáveis
- 4 d - Violência na área onde mora
- 4 e - Inexistência de pessoa para levar à escola
- 4 f - Grande distancia entre a residência e a escola
- 4 g - Outro

Concluiu o Ensino Médio

- 6 a - Sabe-se que ingressou no Ensino Superior
- 6 b - Sabe-se que ingressou no Ensino Técnico Profissionalizante ou outro curso
- 6 c - Não se sabe se houve continuidade nos estudos

Suspensão escolar

- 7 a - Com tarefas domiciliares
- 7 b - Sem tarefas domiciliares

EJA Semipresencial

- 8 a - Com acompanhamento regular
- 8 b - Sem acompanhamento regular

Situação coletiva que impede a escola de receber seus alunos

- 9 a - Férias escolares
- 9 b - Greve
- 9 c - Calamidade pública que atingiu a escola ou exigiu o uso do espaço como abrigo
- 9 d - Escola sem professor
- 9 e - Reforma geral da escola
- 9 f - Escola fechada por situação de violência
- 9 g - Falta de merenda escolar
- 9 h - Outro

Participação em jogos estudantis/atividade escolar extra-classe

- 10 a - Considerada atividade escolar
- 10 b - Não é considerada como atividade escolar

Preconceito/Discriminação no ambiente escolar/bullying

- 11 a - A escola está agindo no enfrentamento do problema
- 11 b - A escola ainda não está agindo no enfrentamento do problema

Ausência às aulas por respeito às questões culturais, étnicas ou religiosas:

- 12 a - Indígenas
- 12 b - Circenses

12 c - Ciganos

12 d - Opções religiosas

12 e - População de rua

Gravidez

51 a - Gravidez de risco (sistema lançará para o motivo 1)

51 b - Não é gravidez de risco

Situação de rua

52 a - A escola sabe que o aluno conta com o acompanhamento da rede de proteção local

(Cons. Tutelar/CRAS/CREAS)

52 b - A escola não sabe se conta com acompanhamento da rede de proteção social.

Negligência dos pais ou responsáveis

53 a - A escola examinou a questão com as famílias

53 b - A escola não abordou esta questão com as famílias

Trabalho infantil

54 a - A escola sabe que o aluno conta com atenção da rede local de proteção e/ou participa do PETI

54 b - A escola não sabe se o aluno conta com acompanhamento da rede de proteção local

Motivo da baixa frequência não foi informado

58 a - A escola não procurou saber o motivo junto à família

58 b - A escola esclarece que a família não informou o motivo

58 c - A escola, apesar de solicitada, não informou o motivo

58 d - Não foi identificado motivo adequado nesta tabela

Violência/Agressividade no ambiente escolar

60 a - A escola está atuando no enfrentamento da situação

60 b - A escola ainda não está atuando no enfrentamento da situação

Trabalho do Jovem

62 a - Emprego formal (a partir de 16 anos)

62 b - Estagiário sem vínculo empregatício

62 c - Trabalho informal

Exploração/Abuso Sexual

63 a - A escola sabe que a rede de proteção local já foi acionada/comunicada

63 b - A escola não sabe se a rede de proteção foi acionada/comunicada

Desinteresse/Desmotivação pelos estudos

64 a - A escola vem agindo para identificar as causas dessa situação

64 b - A escola não tem procurado identificar as causas dessa situação

Abandono Escolar/ Desistência

65 a - A Escola vem agindo para identificar as causas desse comportamento

65 b – A Escola não tem conseguido agir em relação a essa situação

Questões sociais, educacionais e/ou familiares

68 a - Separação dos pais

68 b - Necessidade de cuidar de familiares (idoso, criança, pessoa com deficiência)

68 c - Viagem com a família (trabalho sazonal/agricultura temporária/colheita/outros)

68 d - Casamento do(a) Aluno(a) – Atualizar cadastro familiar

68 e - Falta de uniforme/calçado/roupa adequada

68 f - Pais “sem domínio” dos filhos/relação familiar precária

68 g - Família desconhece as faltas da criança às aulas

68 h - Aluno com deficiência/necessidades especiais sem apoio/estimulação para

permanecer na escola

Envolvimento com drogas/atos infracionais

70 a - A escola sabe que foi encaminhado aos órgãos competentes

70 b - A escola não sabe se houve encaminhamento adequado

Violência Doméstica

71 a - A escola sabe que a criança já foi encaminhada à rede de proteção social

71 b - A escola não sabe se a criança foi encaminhada à rede de proteção social

Conjunto B – Beneficiário sem vínculo escolar/matricula escolar.

(O beneficiário colocado neste Conjunto receberá zero de frequência sendo que

estes registros não serão computados no quantitativo do relatório de baixa frequência).

CARACTERIZAÇÃO DE SITUAÇÕES

Beneficiário sem vínculo/matricula escolar por uma das situações abaixo caracterizadas:

72 a - Inexistência de ensino fundamental na comunidade em que mora

72 b - Inexistência de ensino médio no território onde mora

72 c - Inexistência de serviços educacionais para acampados/ciganos/circenses/itinerantes.

72 d - Inexistência de serviços educacionais em situação de internação/privação de liberdade/internação em clínica ou hospital

72 e - Inexistência de escola indígena no território onde mora.

72 f - Concluiu o ensino fundamental/EJA e inexistente oferta imediata da etapa seguinte.

72 g- Beneficiário concluiu o Ensino Médio

72 h - Inexistência de atendimento educacional especializado para beneficiário com deficiência/necessidade educacional específica.

72 i - Inexistência de transporte/locomoção acessível à escola para beneficiário com deficiência/necessidade especial.

72 j - Questões de resistência da família para que o beneficiário com deficiência/necessidade especial frequente a escola.

72 k - Inexistência de acessibilidade no ambiente escolar para o beneficiário com deficiência/necessidade especial.

72 l - Negativa da escola em receber a criança com deficiência/necessidade especial alegando falta de vaga

72 m - Transferência em andamento/pendente – permanecendo sem solução/aceite, após

o encerramento de 02 (dois) períodos de coleta, o beneficiário será lançado como Não

Localizado no município de origem do cadastro familiar.

72 n - Beneficiário sem vínculo/matricula escolar foi encontrado, mas não quer mais estudar.

72 o - Beneficiário sem vínculo/matricula escolar foi identificado em condição de óbito

(falecido).

72 p - Beneficiário com dados errados impedindo a identificação pela escola (nome errado/data de nascimento errada/NIS duplicado).